

UFF - Universidade Federal Fluminense

IACS - Instituto de Artes e Comunicação Social

PPCULT - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades

Mestrado em Cultura e Territorialidades

TAIANE DE SOUZA ALEXANDRE CORDEIRO

Da Villa Imperial à Cidade Contemporânea - E se Petrópolis fosse nossa?

Uma análise sobre Direito à Cidade e Territorialidades na cidade

Niterói

2020

TAIANE DE SOUZA ALEXANDRE CORDEIRO

Da Villa Imperial à Cidade Contemporânea - E se Petrópolis fosse nossa?

Uma análise sobre Direito à Cidade e Territorialidades na cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues

Niterói

2020

TAIANE DE SOUZA ALEXANDRE CORDEIRO

Da Villa Imperial à Cidade Contemporânea - E se Petrópolis fosse nossa?

Uma análise sobre Direito à Cidade e Territorialidades na cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa (UFF)

Prof. Dr. Júlio Cesar Gabrich Ambrozio (UFJF)

Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues (Orientador)

Agradecimentos:

O presente trabalho é resultado de um processo por vezes cansativo, alternando entre a rotina de trabalho como freelancer em mídias digitais, com as aulas presenciais tão incríveis do ciclo presencial, as conversas sempre enriquecedoras e afetuosas com os colegas de turma de 2018 e com uma vontade muito grande de ver esse ciclo completo.

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, por ter acolhido meu projeto e me proporcionado uma experiência acadêmica tão leve e rica e ao meu orientador Luiz Augusto Rodrigues por toda a paciência com meu processo nos últimos meses.

Dentre os colegas de turma, agradeço especialmente à querida Julia Motta, que chegou a me ligar quando, às vésperas da qualificação, eu estava achando que não conseguiria para me convencer a seguir em frente, com suas palavras fortes e afetuosas. Foi importante demais receber esse incentivo de alguém que eu admirava tanto.

Aos meus pais Débora e Fernando pelo carinho, acolhimento e pela força que sempre me deram em todos os meus projetos, desde que eu era só a filha que gostava de estudar e que eles moveriam o mundo para ver tendo acesso ao melhor que eles pudessem oferecer.

Ao meu namorado e geógrafo favorito, Bruno, por todas as conversas que me levaram ao âmbito territorial e geográfico dessa pesquisa, pelo constante incentivo, por ir comigo nos trabalhos de campo, me ajudar a elaborar meus raciocínios, e por me dizer que eu conseguia sim, mesmo quando eu estava cansada e dizendo que não tinha perfil para a vida acadêmica.

Aos amigos geógrafos, que quase me formaram geógrafa por tabela, aos amigos que compartilharam conversas tão ricas em meus tempos de apartamento compartilhado, que de certa forma gestaram esse projeto junto comigo, à minha amiga agrônoma Rafaela, que respondeu e repassou meu questionário netnográfico com toda a empolgação do mundo, como

se fosse um projeto dela e à minha amiga Fernanda, que na reta final vibrou junto comigo a cada nova página, incentivou pelo Whatsapp e vibrou com cada nova página que eu anunciava ter escrito.

Agradeço também ao Yuri Moura, ativista petropolitano que, tão logo soube da minha pesquisa, se prontificou a espalhar o questionário netnográfico em todos os seus grupos, expandindo em muito a amostra que eu teria a analisar.

E finalmente, agradeço à minha cidade por me suscitar tantos questionamentos e ser parte de quem eu sou.

RESUMO:

A dissertação busca abordar a questão do Direito à Cidade em Petrópolis, analisando a dinâmica e as territorialidades que envolvem a cidade atual a partir de seus processos de formação e desenvolvimento, das prioridades adotadas desde então, das contradições geradas por esses processos e prioridades e das demandas e potencialidades dessa cidade. O objetivo é proporcionar uma análise da cidade para além de seu título de cidade imperial, do turismo e da função de cidade de descanso, veraneio e moradia ocasional, compreendendo a relação dos moradores fixos com aquele espaço, suas subjetividades, imaginários coletivos e perspectivas.

Palavras-chave: Territorialidades, Valor de uso, Valor de Troca, Cidade-museu, Cidade-shopping, Direito à Cidade.

ABSTRACT:

The dissertation seeks to address the issue of the Right to the City in Petrópolis, analyzing the dynamics and territorialities that involve the current city as of its processes of formation and development, the priorities adopted since then, the contradictions generated by these processes and priorities and the demands and potential of this city. The objective is to provide an analysis of the city in addition to its title of imperial city, tourism and the function of city of rest, summer and occasional housing, understanding the relationship of fixed residents with that space, its subjectivities, collective imagery and perspectives.

Keywords: Territoriality, Use value, Exchange value, City-museum, City-shopping, Right to the City.

Lista de ilustrações:

Sistema Viário Regional no Plano Diretor de Petrópolis.....	26
Banner usado para atrair novos empresários.....	27
Gráfico de perfil socioeconômico de Petrópolis.....	28
Linha do tempo do desenvolvimento da cidade.....	29
Problemas atuais da cidade.....	30
Planta da Villa Imperial por Julio Frederico Koeler (1846).....	31
Traçado do Caminho Novo.....	32
Traçado da Estrada União e Indústria.....	33
Trajetos da BR-040.....	33
Trechos de texto de um site local sobre petropolitanos	46
Comentários em rede social sobre a realidade local.....	49
Perfil de público do Festival Sesc de Inverno.....	56
Palácio de Cristal durante a Bauernfest.....	60
Palácio Quitandinha com iluminação especial no Festival Sesc de Inverno.....	62
Perfil de público do Festival Sesc de Inverno.....	64
Papai Noel cumprimenta o público no Natal Imperial.....	65
Ator caracterizado como imperador desfila em carruagem elétrica no Natal Imperial.....	67

Sumário:

Apresentação	10
Introdução: Cidade de quem?	18
Capítulo 1 - Margens da Cidade Imperial.....	31
Capítulo 2 - Eu, Petropolitano do século XXI - Impasses da cidade atual	43
Capítulo 3 - E Se Petrópolis fosse nossa? Uma análise sobre o Direito à cidade com base nos grandes eventos locais.....	58
Capítulo 4 - Por uma nova leitura da cidade: O Petropolitano e os hábitos de uso da cidade nos tempos atuais	81
Conclusão - Perspectivas e possibilidades para um novo modelo de cidade.....	96
Bibliografia	105
Apêndice -----	108

Apresentação

Antes de apresentar a pesquisa, gostaria de uma apresentação breve sobre a experiência de vida e as motivações que me levaram ao tema. Sempre me vi um tanto desafiada a compreender as razões de cada lugar, coisa ou pessoa de ser como é. Entendo que vários processos nos levam a ser o que somos e esses processos também afetam a natureza, a sociedade, o espaço, os territórios e tudo o que nos rodeia. Nascida e criada em Itaipava, terceiro distrito de Petrópolis, sempre olhei com certa curiosidade para a forma como meu lugar se desenvolvia. Cresci ouvindo falar de patrões e empregadas, normalmente pelo ponto de vista das empregadas e empregados. Filha de marceneiro com cabeleireira, neta e bisneta de donas de casa e empregadas domésticas, com pequenos comerciantes na família, sempre vi as coisas melhorando ou piorando financeiramente à medida que o local se enchia ou se esvaziava de visitantes e moradores ocasionais. Era como se dependêssemos sempre de quem vinha passar fim de semana ou férias.

Entre os 15 e 16 anos, trabalhei, por 2 anos, no comércio do meu bairro, um ano como atendente da loja de materiais de construção e outro da videolocadora. Funcionávamos de domingo a domingo, mas o movimento melhor mesmo era nos fins de semana. As semanas eram lentas, até que chegava sexta-feira e o ritmo mudava com a chegada dos “patrões”. A nós, que vivíamos o cotidiano local, cabia sempre atender bem, ser solícito, fazer a nossa parte para que eles fossem bem recebidos e continuassem vindo, para movimentar nossa economia, nos ajudar a pagar as contas. Fora essa dinâmica de fim de semana, as perspectivas eram não muito amplas naquele lugar, por muitos anos. Nesses anos, de 2005 e 2006, em meio a Era Lula, alguns privilegiados, como eu, conseguiriam buscar um curso superior ou outra qualificação na cidade ou fora dela, mas nem sempre se desejava isso. Alguns vizinhos conseguiram optar por estudar em universidades privadas no Centro de Petrópolis, mas entre outros imperava a mentalidade de que faculdade era “coisa de rico”, ainda que as

possibilidades estivessem mais abertas, em relação a anos anteriores. Tratava-se de um bairro pequeno, dentro daquele distrito, um bairro onde todos se conheciam, e a maioria trabalhava em casas de veraneio ou no comércio local, por gerações seguidas. Pensar em quebrar aquele ciclo parecia, para muitos, algo distante.

Nossos cotidianos eram pacatos. Cumpríamos nosso expediente, víamos novelas na TV aberta, assistíamos futebol, frequentávamos a igreja do bairro, íamos ao supermercado, visitávamos familiares. Nesse período, eu cursava o Ensino Médio, além de trabalhar no comércio local, pertencente a familiares. Minha escola já refletia um certo paradoxo em relação ao meu bairro. Era uma escola particular, fundada cerca de 8 anos antes, por professores formados, em sua grande maioria, por universidades públicas. Conseguimos uma bolsa considerável e meu pai, numa boa fase profissional, conseguiu bancar os três anos. Mas, a realidade dos meus colegas era, de fato, bem diferente. Na minha turma, já havia um número considerável de pessoas que vinham do Rio de Janeiro ou da região metropolitana em busca de mais qualidade de vida, fenômeno que se iniciou nos anos 2000 e se acentuou nos anos que se seguiram. Era inegável: as perspectivas deles eram muito mais amplas, suas visões de mundo também. Mas, aqueles professores, também oriundos de famílias humildes locais, me inspiravam a seguir em frente, curiosa, e a buscar na universidade aquilo que eu encontrava neles: a possibilidade de ir além do que a vida, até então, havia me oferecido. Não necessariamente em termos de sucesso financeiro, mas de acesso ao conhecimento, esse bem tão precioso e pouco democratizado. Estar naquele espaço para mim, vindo de onde eu vinha, era uma espécie de presente, ao qual eu queria que mais pessoas tivessem acesso.

No meu bairro, eu ouvia que a minha escola era de rico, e, em defesa, dizia que era uma escola normal, inclusive muito boa, e contava a história dos professores, numa tentativa de dizer que era feita por pessoas como nós e podia ser para cada um de nós. Outros diziam que era uma escola “muito puxada”, que aquilo não era normal, estudar tanto, e que não

tinham cabeça para aquilo. De fato, havia mais tempos de aulas, mais conteúdo, afinal a ideia era que ao chegar no vestibular pudéssemos lidar com qualquer conteúdo abordado. A esse argumento, eu respondia que não era bem assim, que era muito conteúdo mas que era possível acompanhar. Mas, o motivo de expor aqui esse relato pessoal é o fato de que estudar naquela escola, o Instituto Educacional Professor Alaor, me colocou pela primeira vez em uma espécie de entrelugar, dentro do meu próprio bairro. Estar na minha escola e estar no meu bairro, a apenas meia hora de distância a pé ou dez minutos de carro, eram duas experiências muito diferentes. Mudavam os modos de falar, as visões de mundo, as perspectivas. E eu, desde então, passei a me inquietar com aquelas diferenças, com aquela desigualdade tão visível e ao mesmo tempo tão naturalizada naquele espaço.

Na escola, eu transitava por vários grupos, mas me aproximava mesmo de poucos, como boa adolescente. Em casa, eu não tinha computador, nem internet, nem TV a cabo, nem acesso tão amplo a outros meios de lazer e, até mesmo, aprendizado. Me sentia tão legítima a estar ali como todos os outros e fiz alguns amigos naquele espaço. Mas, as diferenças existiam: a minha experiência de vida, estudando e trabalhando era diferente da dos colegas. No meu tempo livre, eu ficava mais com meus colegas de bairro, de trabalho e com minha família. O fato foi que algo me mordeu ali, naquele entrelugar: uma vontade muito grande que todos no meu bairro tivessem as mesmas perspectivas dos meus colegas de escola e uma série de questionamentos que perduraram ao longo do tempo: por que achamos que não temos direito? De onde vem isso?

Em 2008, eu passei para o curso de Estudos de Mídia na UFF, fui morar em Niterói e me encontrei em pé de igualdade com meus novos colegas, também universitários e muitos morando em repúblicas. Era como se eu me descobrisse livre num outro local, como se um novo universo se abrisse diante dos meus olhos. Eu estava habitando uma parcela da cidade majoritariamente universitária, mas passei a achar que a cidade de Niterói era, sim, muito

melhor que a minha Petrópolis. Entrei numa espécie de birra ou antipatia com minha cidade. Afinal, como pode me sentir mais digna de ocupar uma cidade na qual eu não nasci, do que uma na qual nasci e fui criada? Não compreendia como algo maior nessa época e sim como uma cidade em que eu não era ninguém e outra em que eu era uma universitária. Em Niterói, na UFF, foi como se a vida se tornasse mais simples e leve naqueles anos de faculdade. Tanto que adotei a cidade até 2019, como minha casa, meu lugar no mundo. Na verdade, o que mudou entre uma cidade e outra foi o lugar que eu passei a ocupar: como universitária, eu tinha perspectivas que como moradora de Petrópolis, atendente de videolocadora ou de loja, não pareciam me caber, assim como não pareciam caber aos meus colegas de bairro. Mas, a pergunta seguia: por que é assim? A inquietação de uma jovem não privilegiada que mora no Brasil e descobre que as desigualdades têm suas faces, que vão muito além do dinheiro e permeiam os espaços e as relações nele exercidas.

Entretanto, todo esse tempo, ao todo onze anos como moradora, me fizeram ver uma Niterói bem diferente da universidade e com problemas muito semelhantes a Petrópolis. Afinal, estamos na cidade com um dos maiores IDHs do país, mas logo se percebe que ela não é tão acolhedora assim com quem não parece ter o privilégio de ocupar seus bairros mais nobres, como Icaraí e Ingá. Trabalhando em uma empresa local, entre 2014 e 2015, me dei conta que meus colegas ali eram muito semelhantes aos colegas da escola. Eles, inclusive, não frequentavam muito a parcela da cidade mais próxima à universidade. Estavam restritos às proximidades de suas casas, em Icaraí ou arredores. Não necessariamente por antipatia ou senso de superioridade. Eram construídos estigmas ali, sobre os espaços da cidade que não eram apropriados para se frequentar e ocupar, como a própria Cantareira, praça constantemente ocupada pelos estudantes da UFF, que segundo eles era meio barra pesada ou não combinava com seu estilo. Embora fossem pessoas muito simpáticas, eu percebi ali que a desigualdade afetava tanto as relações dos niteroienses quanto a dos petropolitanos com as

cidades e os espaços que as compõem, de forma diversa, porém semelhante. Acabou ali a noção de que o problema era apenas Petrópolis, havia algo maior a ser considerado.

Desde 2013, eu desejava fazer mestrado, mas ainda não tinha encontrado um tema suficientemente relevante para ser aprovado na seleção ou que realmente me motivasse a ponto de escrever um bom projeto. Foi em 2018, que encontrei o tema que teria dupla utilidade em minha vida: acadêmica e pessoal. Petrópolis carecia ser analisada academicamente por um viés que contemplasse os moradores como eu e meus familiares, e não somente Dom Pedro II, a Princesa Isabel, o Visconde de Mauá, e as tradições criadas por esses ilustres ocupantes ou pelos veranistas que movimentam nossa economia até os dias atuais, ou pelo turismo que se seguiu e que até hoje pauta as políticas públicas da cidade. É preciso analisar a Petrópolis do cotidiano calmo, as necessidades das pessoas para além do turismo, do veraneio, da moradia ocasional. Mais do que isso, é preciso ver Petrópolis para além dos condomínios erguidos recentemente. Já eu, pessoalmente, precisava fazer as pazes com o meu lugar para além das minhas próprias experiências.

Esse trabalho poderia ser feito sobre muitas outras cidades, com diferentes dinâmicas de desenvolvimento e ocupação, inclusive sobre Niterói. Afinal, a desigualdade é um fato comum à maioria das cidades brasileiras e estrangeiras e afeta no direito que cada pessoa tem de ocupar e vivenciar aquele território. Mas, dada a minha inquietação de toda uma vida acompanhada de certa necessidade de retorno para a minha cidade dentro da minha trajetória acadêmica ou profissional, eu escolhi Petrópolis. Entender o que a levou a ser como é e refletir sobre como ela pode se tornar mais próxima de seus cidadãos comuns tem sido, para mim, uma jornada fascinante e complexa, de conhecimento sobre aquele espaço, sobre direito à cidade, sobre território e territorialidades, e, conseqüentemente, de auto-conhecimento. Cada capítulo busca analisar a cidade por um viés mais próximo do cotidiano de sua maioria, mais alinhado com sua realidade.

Em “Introdução: Cidade de quem?”, buscamos aprofundar e contextualizar o cenário da pesquisa, compreendendo as origens e considerando alguns fluxos que compuseram a formação da cidade, como o planejamento urbano da Villa Imperial, hoje o Centro Histórico, o breve período de desenvolvimento industrial e as estradas que passaram pelos distritos em direção a Minas Gerais, expandindo, mesmo de forma não planejada, o desenvolvimento da cidade para além da Villa Imperial, levantando as questões suscitadas por esses processos e fechando com uma provocação sobre quem seria o petropolitano atual e como a cidade deveria funcionar para atender aos seus anseios.

O “Capítulo 1 - Margens da Cidade Imperial” é destinado a um recorte mais plural da cidade, compreendendo o desenvolvimento dos distritos até os tempos atuais, no qual parte da população, antes flutuante, passou a ver a cidade como refúgio, principalmente nos anos 2000, quando muitos moradores deixaram o Rio de Janeiro em busca de uma qualidade de vida que acreditam estar diretamente ligada à tranquilidade da serra. A fuga da violência urbana do Rio de Janeiro é uma das principais motivações dessa movimentação, e a intensificação de desigualdades e o aumento do padrão de consumo são algumas das consequências para a cidade e os distritos. A espetacularização urbana, a relação entre a musealização do centro histórico e a cidade-shopping que se constrói na área de Itaipava e a gentrificação que se dá à medida que a cidade se expande também se tornam foco da nossa discussão nesse capítulo, onde analisamos a dinâmica da cidade a partir dos conceitos de anti-cidade (Caiafa) /não-cidade (Jacques) e o estilo boutique (Harvey), a fim de embasar a problemática levantada pela pesquisa com conceitos de planejamento urbano e territorial.

No “Capítulo 2 - Eu, Petropolitano do século XXI - Impasses da cidade atual” trabalhamos os conceitos de território e territorialidade, abordando os impasses da cidade atual, utilizando dados do trabalho de campo assim como as minhas apreensões e vivências para falar sobre as subjetividades do petropolitano atual. Relacionamos esses aspectos com os

conceitos de território e territorialidade (Haesbaert), a fim de compreender as relações que se constroem naquele espaço e os fatores sociais, históricos e culturais que as impactam direta ou indiretamente. Trata-se de um trabalho etnográfico, com o olhar de um observador participante.

Já o “Capítulo 3 - E Se Petrópolis fosse nossa? Uma análise sobre o Direito à cidade com base nos grandes eventos locais”, trabalha os conceitos de direito à cidade e as maneiras como a população entende que pode exercê-lo a partir da repercussão, divulgação e da percepção da população sobre eventos como a Bauernfest, o Festival de Inverno e o Natal Imperial, relacionando com a dinâmica de formação da cidade e utilizando o conceito de Direito à Cidade de Henri Lefebvre. A ideia é compreender, a partir da repercussão e do movimento que esses eventos geram na cidade que tipo de imaginário da cidade eles alimentam e como os cidadãos locais lidam com esses festejos.

No “Capítulo 4 - Por uma nova leitura da cidade: O Petropolitano e os hábitos de uso da cidade nos tempos atuais”, abordamos os resultados da pesquisa netnográfica sobre os hábitos dos moradores atuais. O questionário de 20 perguntas, sendo metade objetiva e metade discursiva, obteve um total de 632 respostas e pode nos dar uma amostra sobre parte do perfil socioeconômico da cidade, o cotidiano desses moradores, suas vivências e perspectivas de cidade. O que os agrada? O que não os agrada? Por onde transitam? O que desejam? A ideia é olhar a cidade na perspectiva desses moradores, mesmo sabendo que a amostra tem um recorte considerável, já que a pesquisa se deu através de um questionário on-line, devido à pandemia de Covid-19, o que fez com que a dinâmica de uso da tecnologia também fosse um importante indicador no que se refere a esse recorte. Enxergar a cidade por essa ótica da pesquisa netnográfica, pode nos ajudar a entender se as hipóteses desse trabalho estão alinhadas com a visão dos moradores ou se os mesmos têm novos pontos de vista a nos oferecer.

Finalmente, na conclusão “Perspectivas e possibilidades para um novo modelo de cidade”, tentamos compreender os resultados dessa pesquisa, sintetizar o que os conceitos somados à vivência da pesquisadora, à História da cidade e ao perfil dos moradores podem nos dizer sobre o que se espera para que a cidade possa ter seu valor de uso exercido de forma plena por todos. Talvez essa compreensão possa pautar medidas e ações para que um novo modelo de cidade seja possível, em que haja maior representatividade e consciência da realidade dos moradores, tanto por parte dos gestores públicos quanto por parte da própria população.

Não há, neste trabalho, a pretensão de desconstruir o que conhecemos da cidade até aqui. A proposta é compreender a cidade para além do que já conhecemos, para, quem sabe, um dia, conseguir propor mudanças coletivas que possam dar a todos os cidadãos o mesmo direito sobre a cidade que habitam, uma experiência mais plena sobre a mesma e uma maior pertença em relação àquele espaço. Afinal, uma cidade pode aprender muito com seu passado, mas é mudando o presente que ela pode construir um futuro brilhante.

Introdução: Cidade de quem?

Fundada em 16 de março de 1843, por decreto do então imperador D. Pedro II, sob planejamento do engenheiro alemão Julio Frederico Koeler, Petrópolis é permeada por uma série de contradições desde a sua origem. Já na primeira metade do século XIX, a região começou a receber imigrantes para construir o que hoje conhecemos como Caminho Real, que levava às Minas Gerais. Entretanto, foi um decreto de D. Pedro II, em 1843, o que iniciou a construção da cidade, propriamente dita, com um planejamento urbano restrito à área da Villa Imperial, que direcionou consideravelmente o desenvolvimento da região, a partir do Plano Koeler.

Koeler planejou a Villa Imperial tomando por referência as cidades alemãs, de acordo com ideais iluministas de planejamento urbano, elaborando um espaço totalmente voltado à Família Imperial e à sua conveniência, assim como a de outros membros da corte, que também viriam a habitar a região, durante o período de verão, para fugir do calor do Rio de Janeiro e também de eventuais efervescências políticas na capital. Também em 1843, o Governo da Província do Rio de Janeiro tomou a resolução de construir estradas para estabelecer uma conexão segura entre a Capital e a Província de Minas Gerais, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento da região, incluindo a área que estava além da Villa Imperial, referente aos distritos da então cidade de Petrópolis .

Até o início do século XX, a cidade viveu tempos áureos destinados quase exclusivamente ao veraneio, embora a cidade tenha vivido também um certo desenvolvimento industrial, ainda que isso não previsto no projeto inicial do engenheiro Koeler. Apesar de não ser construída com intuito de se industrializar, poucos anos após sua fundação, a cidade de Petrópolis já contava com indústrias, como a Cervejaria Bohemia, a primeira fábrica de cervejas do país, fundada em 1853. A partir de 1870, outras indústrias também se instalam na cidade, mais precisamente no primeiro e no segundo distrito, o que possibilitou a criação de uma classe operária, em muito formada por imigrantes europeus.

As indústrias eram predominantemente têxteis e geraram uma ocupação diferente na região, que ganhou também operários, muitos deles imigrantes oriundos da Europa, que se instalaram principalmente no Centro Histórico e no distrito de Cascatinha, devido à proximidade com as fábricas.

no interior de territorialidade que ecoava a antiga vilegiatura assentada na propriedade, residência, fortuna, quiçá no prestígio e na autoridade -, em 1873, surgia a primeira fábrica de fiação e tecelagem de algodão, distante cerca de quinhentos metros do Palácio de Verão de Pedro II. Poder-se-ia escrever: instalava-se o subúrbio industrial e proletário no padrão descrito por Lefebvre. (AMBROZIO, 2008, p.20-21)

Mas, segundo Arbos (1943), esse desenvolvimento não chegou a ter muita autonomia, ficando sempre subordinado, de certa forma, ao desenvolvimento da indústria carioca.

Assim, certas vantagens que fazem Petrópolis uma colônia de veraneio do Rio, fazem-na igualmente, uma colônia industrial. Como cidade de veraneio não teria passado de proporções modestas e continuaria limitada a atividade essencialmente periódica que tornava outrora o inverno um período de ‘pavor para o comércio’. Como cidade industrial, ela fixou uma população permanente e fortemente acrescida que a mantém durante o ano todo em movimento e em atividade. (ARBOS, 1943, p.217)

Essa movimentação pode ter causado mudanças na dinâmica proposta pelo planejamento inicial. Será que esses operários se sentiam inseridos na dinâmica da cidade? Muito além deles, a cidade contava já com outros habitantes em seus distritos, em áreas mais rurais como o terceiro, quarto e quinto distrito. Essa parcela da população foi sempre maioria. Essa cidade se desenvolveu graças a ela, mas será que é com base nela que as decisões são tomadas, seja em 1843, no ato da fundação, no período industrial não previsto, a partir de 1870, a partir da proclamação da República, em 1889, ou em algum momento da história da cidade?

Além do distrito de Cascatinha, que teve seu desenvolvimento impulsionado pela indústria têxtil, que também impulsionou bairros na região central da cidade, os distritos mais afastados como Itaipava, Pedro do Rio e Posse também tiveram um fator decisivo para sua ocupação e desenvolvimento: a construção da Estrada União e Indústria. A via, que liga Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), intensificou a expansão desse eixo de ocupação do território da cidade para além do Centro Histórico. Iniciada em 1856 e inaugurada em 1861, a estrada foi a primeira asfaltada e, por muito tempo, a via mais importante do país. Graças a ela, os distritos de Itaipava, Pedro do Rio e Posse intensificaram sua ocupação, que se iniciara ainda nos tempos da abertura dos caminhos para Minas Gerais, com atividades agrícolas e parada para viajantes.

A expansão da Estrada de Ferro de Petrópolis, cujo primeiro trecho ia até a Raiz da Serra, inaugurado em 1854 pelo Barão de Mauá, partindo do Porto de Mauá, em Magé (RJ), também movimentou tais caminhos. Entre 1883 e 1886, a E. F. Príncipe do Grão Pará adquiriu a ferrovia

inicial e construiu prolongamentos até Petrópolis (RJ) e Areal (RJ). No caminho da ferrovia foram instaladas algumas estações, algumas ainda existentes, como a Estação de Nogueira, que hoje é um pequeno museu, e a de Pedro do Rio, hoje um centro cultural. Somando-se ao trajeto da Estrada União e Indústria, as estações ferroviárias também trouxeram mais atividades, como casas de hospedagem para viajantes. No início do século XX, a partir de certa saturação do Centro Histórico, e possivelmente da expansão das atividades industriais na região central da cidade, os distritos também passam a ser vistos como polos de veraneio, conforme nos relata Ambrozio (2008).

Contudo, seria necessário escrever que essa velha cenografia é um dos principais pressupostos do turismo na cidade; ruas e prédios apresentados como vestígios de um paisagem imperial e, marginalmente, republicana. O primeiro distrito, embora sendo o depositário urbano e arquitetônico da antiga vilegiatura, não seguiria hoje como local privilegiado da produção espacial realizada pelo turismo de Petrópolis, pois a industrialização e o adensamento urbano atulhou a paisagem desse distrito, restando - com seu casario - apenas algumas ruas no núcleo central, além de cinco representativos prédios de visitação: o Museu Imperial, antiga residência de campode D. Pedro II; o Palácio Rio Negro, residência sazonal dos presidentes brasileiros até a fundação de Brasília; o Museu Casa de Santos Dumont, pequeno chalé instalado em uma encosta; o Palácio de Cristal, estrutura de ferro e vidro inaugurado, em 1884, como abrigo de exposições de flores e locais de festas, a Catedral de São Pedro de Alcântara, prédio católico em estilo neogótico, em cujo interior encontram-se os restos mortais e as estatuárias mortuárias de D. Pedro II e da imperatriz, da princesa Isabel e do Conde D'Eu. (AMBROZIO, 2008, p. 30-31)

Com o passar dos anos, o transporte ferroviário perdeu força no país enquanto as rodovias se consolidavam cada vez mais como principais artérias do país. Em meados da década de 1980, foi construída a BR-040, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, um alcance maior que o da Estrada União e Indústria, tornando-a uma via secundária. O percurso da “nova” rodovia passa por Petrópolis um pouco mais distante do Centro Histórico e de Cascatinha, e muito próximo de Itaipava, Pedro do Rio e Posse, distritos cortados também pela União e Indústria. Essa configuração intensificou esse movimento, de expansão das atividades de veraneio para os distritos, criando polos de veraneio em outros locais antes pouco visados, como Secretário, Araras e Vale das Videiras, todos com acesso às margens da rodovia.

Já no início dos anos 2000, uma nova movimentação pode ser percebida no uso da cidade: a proximidade com a capital do Estado, proporcionada pela BR-040, somada ao aumento da violência urbana na região metropolitana atrai uma série de novos moradores para a cidade, motivados pela promessa de maior liberdade e qualidade de vida. Não há dados absolutos sobre esses fluxos, mas eles são muito perceptíveis principalmente no distrito de Itaipava, que ganhou

uma série de novos condomínios, passando a contar com mais prédios de apartamentos e serviços de consumo, como shoppings e restaurantes. Muitos desses moradores mantêm uma vida na capital, devido ao seu trabalho e afins, mas eles passam a matricular seus filhos nas escolas locais, frequentam os espaços de consumo nos fins de semana e, conseqüentemente, atraem muito o mercado local.

Todos os fluxos acima descritos, e outros mais, influenciaram na formação da cidade e seus resultados podem ser percebidos ainda hoje ao observar as dinâmicas da cidade. A seguir, tentaremos aprofundar essas análises para compreender como eles podem ter influenciado na relação dos cidadãos com o espaço urbano e também com os subúrbios, já que uma das principais propostas desse trabalho é analisar a cidade como totalidade, entendendo os distritos como suas partes fundamentais e não como meros apêndices da Cidade Imperial.

Petrópolis para além do Império

Para além do planejamento urbano de Koeler, a cidade se estabeleceu e manteve seu desenvolvimento, mesmo ainda após o fim do império. Porém, ao que parece, toda sua história ficou com base no passado imperial e colono, de cujas tradições ainda se tem muito orgulho por lá, conforme brada o hino municipal, composto em 1972 pelo mineiro Geraldo Ventura Dias, para um concurso organizado à época pela prefeitura para que a cidade tivesse um hino, sendo ele o vencedor:

“Petrópolis
Tens do passado gloriosas tradições
Petrópolis
Cultura e fibra de homens de outras nações
Que lutaram e criaram as riquezas
Guardaram as belezas que devemos defender”

(Hino de Petrópolis, DIAS, Geraldo Ventura. 1972)

A valorização dos colonos europeus é um traço muito ressaltado na região do primeiro distrito. Essa exaltação não ocorre por acaso, o engenheiro Julio Frederico Koeler projetou a cidade com pretensão a valorizar a “mão-de-obra livre”, mais barata que a mão-de-obra negra escravizada, que exigia pagamento aos senhores através da contratação dos chamados “escravos de ganho”. A mão de obra negra era tratada por Koeler e seus agregados como menos produtiva, embora tenha sido utilizada durante boa parte da construção da Villa

Imperial. Entretanto, a maior parte cidade foi construída por colonos de forma a legitimar o trabalho livre e, com a intenção de apagar o passado agrário e escravocrata da região, o que parece compreensível já que a abolição da escravatura já era pauta de discussão em todo o país, ao longo do século XIX.

Os colonos que vieram da Europa eram parte do projeto de Koeler, que incluía a doação de terras aos mesmos, visando que eles produzissem o que fosse necessário para a subsistência da Villa Imperial. Mais um indício de que os distritos não se integravam a esse projeto, uma vez que neles já havia produção agrícola capaz de atender a tais demandas. Os imigrantes entraram nessa dinâmica como instrumentos de legitimação dessa lógica de cidade planejada nos moldes europeus. Vale ressaltar certo caráter eugenista nessa lógica, numa época em que se incentivava a vinda de colonos brancos para “branquear” a população predominantemente negra. Quando se pesquisa mais sobre a história da cidade, pouco se encontra sobre a população negra, um indício grave do apagamento dessa população, uma vez que os poucos registros encontrados demonstram capítulos importantes na história da cidade, como a existência de quilombos em áreas mais remotas.

O projeto da nova povoação apagava, portanto, os vínculos pretéritos com o populacho e com a tradição dos serviços de hospedagem e alimentação aos tropeiros e outros viajantes de níveis sociais menos abastados. Inviabilizando, adicionalmente, quaisquer demandas por parte das antigas camadas populares à sua permanência em solo, agora, urbanizado, valorado e tributado. (DIAS, 2016, p.66)

Portanto, podemos entender Petrópolis como uma cidade construída dentro dessa lógica civilizatória europeia, mas somente no perímetro compreendido pela Villa Imperial, hoje seu Centro Histórico, o que pode ter levado as camadas populares para os distritos e áreas mais afastadas dentro do próprio Centro Histórico. Para além disso, tal planejamento centralizado pode ter influenciado inclusive no valor de uso das áreas comuns da cidade, na forma como a população como um todo ocupou e ainda ocupa as áreas comuns, como ruas e praças, e até mesmo espaços ditos privados como shoppings e galerias, que por seu uso privado se encaixariam no valor de troca.

No transcorrer desse percurso, encontraremos características já isoladas, problemas já formulados que reaparecerão com uma maior clareza. Em particular, a oposição entre valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) surgirá em plena luz. (LEFEBVRE, 1968, p. 35)

Após a queda do Império e uma série de crises econômicas no período republicano, muitos imóveis construídos no Centro Histórico acabaram sem grandes atribuições, alguns abandonados, outros alugados por bancos, escolas, órgãos públicos e outros negócios, comprometidos com sua preservação. Mas poucos deles são abertos à visitação e à ocupação por parte da população. Com esse cenário, à parte do cotidiano, pode ter se criado certa distância entre esses espaços na paisagem urbana e as realidades dos sujeitos que por ela transitam. O viés patrimonialista trazido pelo projeto urbano de Koeler, assim como sua limitação somente ao Centro Histórico, pode ter se tornado portanto um fator de perpetuação de poder e desigualdades sociais.

Para além do sentido arquitetônico, não há, nesses casos, a preservação da memória, uma vez que não há necessariamente uma memória, mas um reforço da condição de cidade projetada pela elite para ela mesma. E, aparentemente, essa lógica se perpetua ainda nos dias de hoje, conforme demonstra a abordagem do Plano Diretor de Petrópolis (2013, p. 13) sobre o Centro Histórico:

Nos dias de hoje, em face da configuração físico-geográfica do sítio, ainda se verifica que as áreas urbanizadas se estendem ao longo dos vales, margeando rios e riachos. Porém, desde o plano original de Petrópolis, elaborado, por encomenda de D. Pedro II, pelo engenheiro militar alemão Major Julius Frederico Köeler, tal configuração é observada. Esse trabalho foi desenhado respeitando os condicionantes topográficos e adotando um traçado “Vitruviano”, ao longo dos cursos d’água retificados, margeados por avenidas generosas, ensejando a previsão de edificações monumentais ao fim de suas perspectivas. (Plano Diretor de Petrópolis, 2013, p. 13)

Há um grande apreço pela forma como a cidade foi planejada e um respeito primoroso a essa forma, o que é compreensível e legítimo do ponto de vista patrimonial. Mas, seria importante que esse patrimônio fosse inserido numa lógica mais inclusiva, possibilitando que ele seja ressignificado dentro de uma lógica de cidade não somente de grandes riquezas patrimoniais, mas que saiba se ressignificar com base nas demandas da população ao longo dos tempos, que podem trazer novos desafios. Canclini (1989) observa que a preservação do patrimônio material sem nenhuma apropriação por parte da população nada mais significa do que perpetuação de poder, uma maneira de dizer que ainda que o tempo passe, as relações de poder seguem as mesmas. “(...) O tradicionalismo substancialista incapacita para viver no

mundo contemporâneo, que se caracteriza por sua heterogeneidade, mobilidade e desterritorialização.” (CANCLINI, 1989, p.166)

É possível que a aura de Cidade Imperial, que prevaleceu após o declínio do Império e todos os signos que o legitimam, possam ser parte de um imaginário do petropolitano atual que atrapalha a construir uma cidade mais igualitária. A cidade foi, sim, construída pelos desígnios de um imperador, que a tinha como refúgio, e tal fato não deve ser necessariamente desprezado. O que se precisa é valorizar o que se construiu em seguida, para além desses desígnios, e que também constitui a cidade, além de reconhecer certas problemáticas, geradas pela lógica de se construir uma cidade da elite para a elite. De acordo com a avaliação de Canclini (1989), essa valorização do passado, em detrimento do presente, acontece em muitas outras cidades da América Latina, sendo um dos muitos resultados dos anos de colonialismo.

(...) o sentido histórico intervém na constituição de agentes centrais para a constituição de identidades modernas, como as escolas e os museus, este é o papel dos ritos e das comemorações na renovação da hegemonia. (...) Por isso mesmo, o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o tradicionalismo substancialista. Foram esses grupos – hegemônicos na América Latina desde as independências nacionais até os anos 30 do século XX, donos “naturais” da terra e da força de trabalho das outras classes – os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. (...) A conservação desses bens arcaicos teria pouco a ver com sua utilidade atual. Preservar um lugar histórico, certos móveis e costumes é uma tarefa sem outro fim que o de guardar modelos estéticos e simbólicos. Sua conservação inalterada testemunharia que a essência desse passado glorioso sobrevive às mudanças. (...) Essa é a base das políticas autoritárias. O mundo [nesse caso, a cidade] é um palco, mas o que deve ser representado já está prescrito. As práticas e objetos valiosos já se encontram catalogados em repertório fixo. (...) Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem. (CANCLINI, 1989, p.160-162)

A partir do momento em que se vê, em uma cidade, um patrimônio meramente estético, e com um recorte de classe tão específico, à parte do cotidiano atual, se cria uma distância entre essa cidade e os sujeitos que por ela transitam. Em Petrópolis, há muitas construções tombadas, por exemplo, cuja população mal sabe o nome, a função histórica ou a razão do tombamento. É a isso que nos referimos quando falamos nesse tipo de patrimonialismo, que não considera os valores de uso (LEFEBVRE, 1968) para a população local e sim um certo valor de troca (LEFEBVRE, 1968), já que tal cenário se torna atrativo turístico, imóveis com aluguéis mais elevados e até mesmo renda para a família Imperial, já que até hoje quando um imóvel do Centro Histórico muda de dono, o novo proprietário precisa pagar 2,5% do valor em laudêmio para

receber a escritura. Uma curiosa manutenção de privilégio mesmo depois de tantos anos de “doação” de tais terras.

O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). (LEFEBVRE, 1968, p. 20).

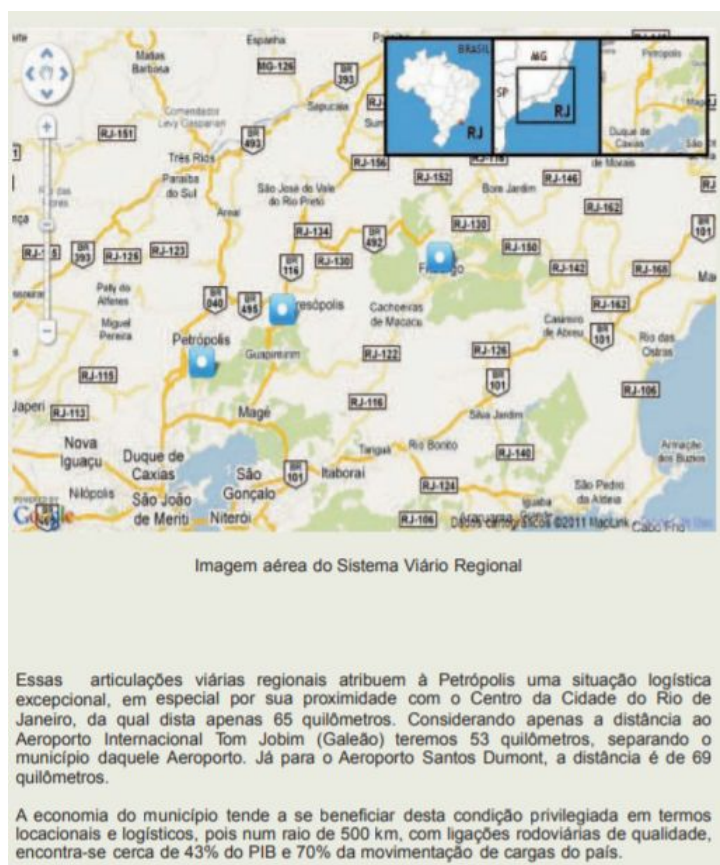
O que esse trabalho propõe é que se vá além das representações já consolidadas sobre a cidade de Petrópolis, conhecida por ser o refúgio de D. Pedro nos tempos do império, por seus casarios e palacetes, seu clima agradável e seus encantos turísticos. Além dessas representações normalmente abarcarem somente o primeiro eixo de desenvolvimento da cidade, o Centro Histórico, elas talvez não dêem conta do que vamos buscar aqui: que é o significado desse espaço para quem o habita nos tempos atuais. É preciso ir além desse cenário imperial e patrimonialista para descobrir o petropolitano comum o vivencia, que referências ele tem de sua própria cidade e o que ele pode querer para que essa cidade também o contemple.

É provável que a ideia que se tem da cidade hoje, pelo senso comum, não corresponda diretamente à sua realidade e à abrangência do seu território, que não corresponda às subjetividades e aos cotidianos dos moradores que ocuparam esse espaço após a família imperial e os veranistas, trazidos de certa forma, por sua influência.

Espaço urbano de cenografias verdejantes e européias, a vilegiatura petropolitana era destinada às classes abastadas, guardando parentesco com as antiquíssimas circunvizinhanças, para as quais chama a atenção Mumford ao observar, tão antigo quanto as cidades, o subúrbio como paisagem sazonal da nobreza e local dos trabalhos agrícolas. (AMBROZIO, 2008, p.20)

Em função desse formato inicial de ocupação e urbanização, que priorizava o bem-estar da elite, Petrópolis cresceu com a tradição do veraneio e se manteve com base no turismo, existente justamente devido ao seu passado “imperial”, mas teve seu eixo de desenvolvimento diversificado por uma série de fatores. A dinâmica de formação dos distritos também foi influenciada pela formação dos novos polos de veraneio, com a construção da Estrada União e Indústria e da BR-040. Conforme consta no trecho a seguir, retirado do Plano Diretor de Petrópolis, a boa localização da cidade é ainda tratada como atrativo para visitantes, novos moradores e investidores.

Figura 1 - Sistema Viário Regional no Plano Diretor de Petrópolis



Fonte: Plano Diretor de Petrópolis, 2013.

Quanto ao veraneio, podemos considerar que, ao longo dos anos, ele pode gerado um certo processo de “gentrificação”. Segundo relatos de moradores mais antigos, ao comprar as terras dos antigos lavradores por preços baixos, no início do século XX, muitos “veranistas” contratavam os antigos donos como caseiros. Em troca os novos donos deixavam os empregados sazonais morando em espaços dentro de seus terrenos. Muitas famílias que antes viviam da atividade agrícola, acabaram por trabalhar para veranistas por gerações, nos anos posteriores, devido à venda de suas terras. Outras conseguiram se estabelecer em atividades como as áreas de comércio e serviços e conseguiram alcançar um padrão de vida razoável, de acordo com o estabelecido por novos moradores, de maior poder aquisitivo.

Mas, como a chegada desses novos moradores não necessariamente continuou absorvendo a mão de obra dessas famílias e os trabalhos oferecidos na região também não remuneravam de acordo com o aumento do custo de vida gerado pela chegada desses novos moradores, muitas pessoas, ao não conseguir acompanhar a especulação imobiliária na região,

podem ter se mudado para outros locais, criando zonas periféricas e aumentando a desigualdade da região.

Além disso, a valorização de tudo o que foi feito por e para a população flutuante da cidade, composta em grande parte pela elite carioca e fluminense, acabou por enfraquecer, com o tempo, as tradições de algumas populações que habitaram a região antes do local virar polo de férias. Ou seja, ao venderem suas terras, foi como se essa população mais pobre perdesse também sua relevância na história local, assim como sua visibilidade para as políticas públicas locais. Um exemplo do viés ainda patrimonialista adotado pela cidade, é um banner retirado da primeira página do site da prefeitura, que convida empresários a investirem na cidade sob a alcunha de imperial:

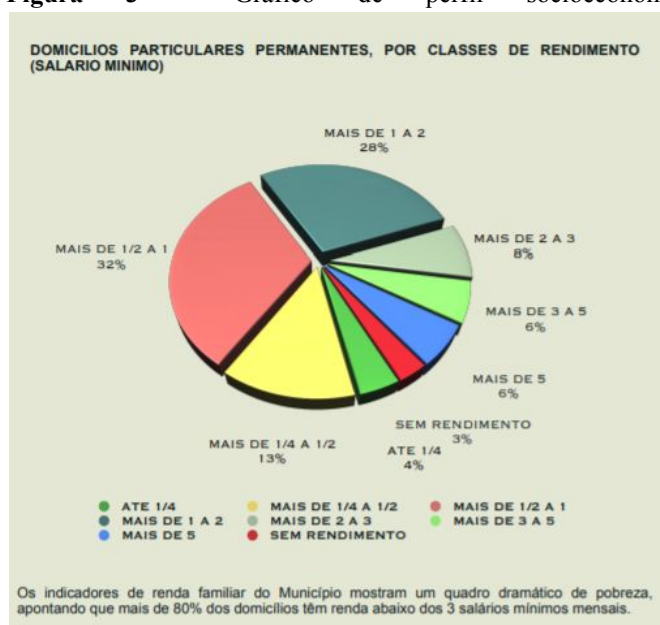
Figura 2 - Banner usado para atrair novos empresários.



Fonte: Site da Prefeitura de Petrópolis. 2019. <<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/>>

Entretanto, os dados oficiais sobre a população da cidade demonstram características bem distantes desse status tão glorioso. Segundo o IBGE, em 2017, a população estava em 295.917 pessoas, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.0%. Além disso, 30,4% da população ocupada apresentava rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. A falta de trabalho formal, portanto, vem sendo um desafio enfrentado pela população local nos últimos anos. E os baixos salários contrastam com o alto custo de vida, ocasionado pelo aquecimento do mercado imobiliário e a atração da população da Região Metropolitana e da capital, cujos salários são mais altos, em busca de segurança e qualidade de vida locais. Ainda assim, a realidade da maioria da população é alarmante, conforme consta no Plano Diretor de Petrópolis (2013):

Figura 3 - Gráfico de perfil socioeconômico de Petrópolis



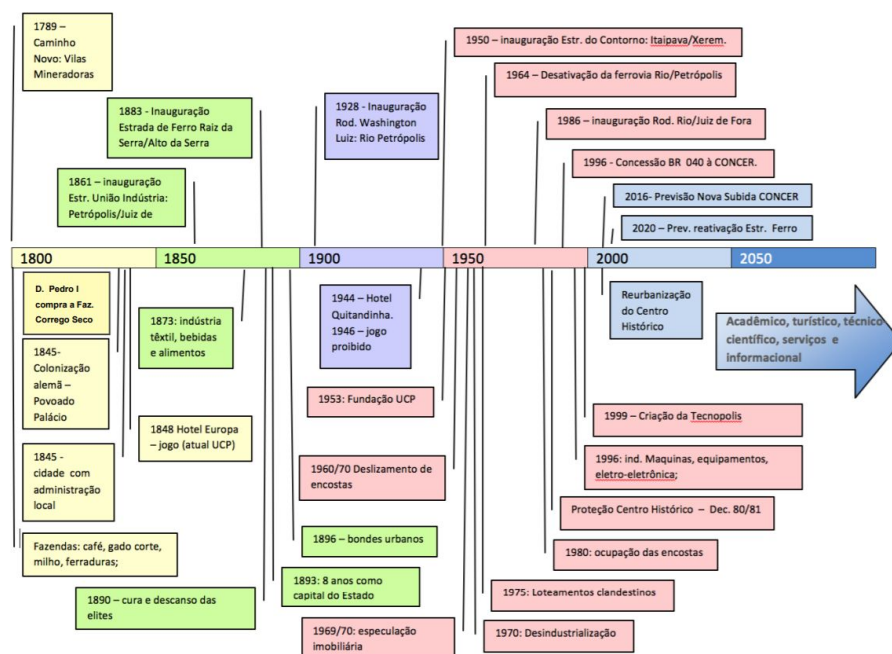
Fonte: Plano Diretor de Petrópolis, 2013.

É preciso conhecer mais sobre esse cidadão médio petropolitano para compreender a cidade para além da alcunha de imperial, assim como compreender se ele se sente pertencente e como ele vivencia o seu Direito à Cidade. Guattari (1992) escreve que “as cidades se caracterizam em grande parte pelos processos subjetivos que deflagram”, conforme citado por Caiafa (2003, p.92). Se faz necessário tomar por base esses processos e também o histórico de construção e desenvolvimento da cidade para entender e identificar as contradições que a compõem.

De acordo com o Plano Diretor de Petrópolis, é possível perceber como um certo crescimento desordenado, ao longo do século XX vai trazendo também mais problemas para a cidade, a partir da análise da ilustração abaixo, que constrói uma espécie de linha do tempo, com fatos que tiveram importância ao longo da História da cidade. A linha do tempo:

classifica a história da vida municipal por períodos, relacionando a inserção do Município nos sistemas de acessibilidade regional com eventos econômicos, sociais e culturais. Tal opção metodológica enseja reconhecer heranças, intencionalidades e ocasionalidades, permitindo aventar novos sentidos ao futuro, superpostos ou acoplados aos pré-existentes. (Plano Diretor de Petrópolis, 2013, p.27)

Figura 4 - Linha do tempo do desenvolvimento da cidade.



Fonte: Plano Diretor de Petrópolis, 2013.

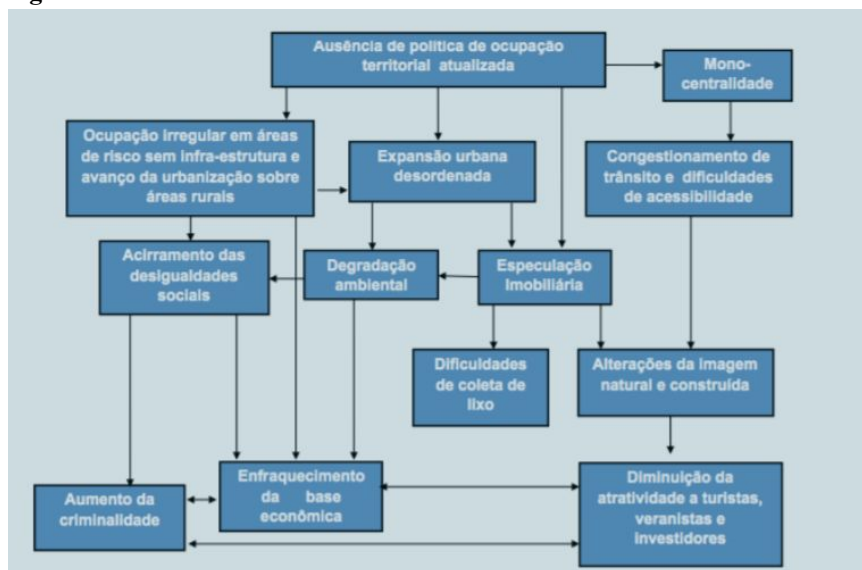
Como se pode ver, no processo de desenvolvimento da cidade, os problemas mais graves e atuais, como os deslizamentos de terra, a ocupação de encostas e os loteamentos clandestinos começam a aparecer a partir da década de 1960, sendo, provavelmente, intensificados pela desindustrialização da cidade, que é considerada aqui a partir de 1970. Será que, em algum momento anterior, houve um planejamento para evitar esses problemas? Como a cidade lidou e ainda lida com esses problemas, que naturalmente atingem mais fortemente as populações mais pobres? Ao não considerar essa população, a cidade esteve, durante muito tempo, aprofundando desigualdades e criando problemas graves, que nos tempos atuais se tornam mais evidentes, como as tragédias já regulares durante o período das chuvas de verão.

O Plano Diretor de Petrópolis (2013) se encerra com alguns diagnósticos sobre os principais desafios para as políticas urbanas nos anos posteriores, que talvez possam nos dar um panorama. Além dos desafios apontados, chama atenção o primeiro tópico levantado, que versa sobre o uso do território.

Em primeiro lugar, no esforço de se analisar os aspectos físico-territoriais do Município de Petrópolis é preciso considerar que o espaço geográfico como

categoria histórica, só tem significado se observado concomitantemente ao seu uso, tornando-o “território utilizado”.

Figura 5 - Problemas atuais da cidade.



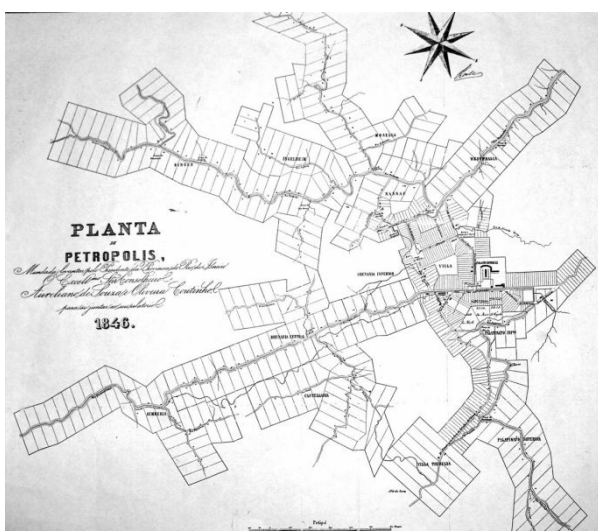
Fonte: Plano Diretor de Petrópolis, 2013.

Afinal, quem é o petropolitano atual e como a cidade deveria funcionar para atender aos seus anseios? É o que pretendemos ajudar a responder ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, através de trabalhos de campo, análises de dados sobre o perfil cultural da cidade e de um questionário onde entrevistamos 632 pessoas, uma amostra pequena porém considerável dessa população, que tem utilizado a internet como forma de participação social.

Capítulo 1 - Margens da Cidade Imperial

Desde sua fundação, a cidade de Petrópolis (RJ) segue uma lógica de ocupação voltada para as classes mais abastadas, uma cidade planejada para receber a então Família Imperial e a elite que a acompanhava, com uma colônia de europeus para atender às demandas agrícolas e que embora contasse com um território bem maior do que o compreendido pela então Villa Imperial, não incluía todo esse território em seu planejamento urbano.

Figura 6 - Planta da Villa Imperial por Julio Frederico Koeler (1846).



Fonte: Petrotur, 1846.

A cidade foi fundada em 1843, por decreto de D. Pedro II, tendo como sede um Centro Histórico suntuoso, baseado em cidades européias, que reforçava o poder do imperador e se tornou um símbolo do poder do império para além da capital, que era o Rio de Janeiro.

O território era parte do Caminho Novo, que passava pela região onde foi construída a Villa Imperial e também pelas localidades de Itaipava, Pedro do Rio e Secretário, para chegar à região das Minas Gerais. Essas localidades, portanto, já eram impactadas por esse fluxo de pessoas antes da fundação da cidade. E portanto já haviam sido ocupadas por fazendas, sítios e pequenas vilas agrícolas, normalmente compostas por imigrantes que vieram abrir o Caminho Novo.

Figura 7 - Traçado do Caminho Novo.



Fonte: Instituto Estrada Real, 2019.

A ocupação dessas regiões também foi ampliada com a expansão da Estrada de Ferro de Petrópolis, projetada pelo Barão de Mauá, que ligava o Porto da Estrela, em Magé, à Raiz da Serra, sendo posteriormente comprada por cafeicultores de Minas Gerais e compoando a Estrada de Ferro Leopoldina, que se estendia até a Zona da Mata Mineira. No antigo caminho da ferrovia foram instaladas algumas estações, que oportunizaram a ocupação das terras do entorno. Alguns resquícios do trem, ainda existentes, são a Estação de Nogueira, que hoje é um pequeno museu, e a de Pedro do Rio, que hoje é um pequeno Centro Cultural. Além disso, há um caminho conhecido como Estrada Mineira, que margeia o Rio Piabanha e fez parte também do trajeto da linha do trem, e hoje é uma via alternativa à Estrada União e Indústria, a principal da cidade, passando por bairros como Corrêas e Nogueira, e ocupado por uma série de construções, muitas em áreas de risco, às margens do Rio Piabanha.

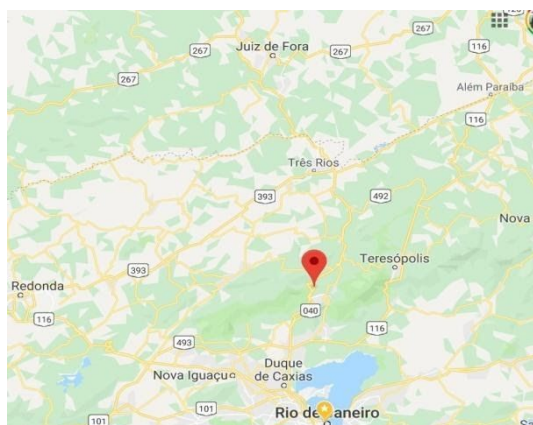
Figura 8 - Traçado da Estrada União e Indústria



Fonte: Google Maps, 2019.

A construção da Estrada União e Indústria, que liga Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), também acabou por expandir esse eixo para além do Centro Histórico. Iniciada em 1856 e inaugurada em 1861, a estrada foi a primeira via macadamizada do país e por muito tempo sua via mais importante. Graças a essa estrada, os distritos de Itaipava, Pedro do Rio e Posse se integraram, de certa forma, ao Centro Histórico, intensificaram sua ocupação e foram além das atividades agrícolas, iniciando outras atividades, ocasionadas pelos postos de parada existentes ao longo da via rumo a Minas Gerais. A estrada se expande ainda, passando pelos municípios de Areal (RJ) e Três Rios (RJ), que também se desenvolveram bastante em função dela, antes de chegar a Juiz de Fora (MG).

Figura 9 - Trajeto da BR-040.



Fonte: Google Maps, 2019.

Em meados da década de 1980, foi construída a BR-040, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, com alcance maior que o da Estrada União e Indústria, tornando-a uma via secundária. O trajeto da “nova” rodovia passa um pouco mais distante do Centro Histórico e de Cascatinha, e muito próximo de Itaipava, Pedro do Rio e Posse, distritos cortados também pela União e Indústria. Essa configuração intensificou uma tendência a expandir as atividades de veraneio para os distritos, criando polos de veraneio em outros locais antes pouco visados, como Secretário, Araras e Vale das Videiras, todos com acesso às margens da rodovia.

É importante traçar esse panorama para compreender como chegamos ao cenário atual, no qual o último eixo de crescimento se expande nas décadas de 1980 e 1990, culminando nos anos 2000, devido ao aumento da violência na capital, que gera uma nova busca por qualidade de vida nas cidades próximas à capital, para viver com suas famílias. Se, antes, o local já era conhecido por ser o refúgio do imperador e posteriormente da elite carioca devido ao clima agradável, às belas paisagens e à atmosfera de luxo que ali se construía, agora todos esses fatores faziam desses distritos, locais com baixos índices de violência e fácil acesso à capital. Cresceu então a especulação imobiliária, o que pode ter gerado gentrificação e uma certa espetacularização urbana, uma tendência das cidades contemporâneas, conforme nos relata Paola Berenstein Jacques (2007, p. 23):

O atual momento de crise da noção de cidade se torna visível principalmente através das idéias de “não-cidade”: seja por congelamento - cidade-museu e patrimonialização desenfreada - seja por difusão - cidade genérica e urbanização generalizada. Essas duas correntes do pensamento urbano contemporâneo, apesar de aparentemente antagônicas, tendem a um resultado bem semelhante e que pode ser chamado de “espetacularização” das cidades contemporâneas. (JACQUES, 2007, p.23)

Vale lembrar também que a cidade de Petrópolis (RJ) é construída já após grandes convulsões sociais na Europa, que ocasionaram a vinda da Família Real para o Brasil, por iniciativa de um imperador, assim como se fazia na Europa nos tempos áureos das monarquias. Podemos entendê-la como uma forma de reafirmar o modelo monárquico, que viria a cair 46 anos depois da fundação de Petrópolis, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Nesse período, a região foi também um local seguro para a Família Imperial, em caso de convulsões sociais, que eram comuns à época na então corte, a cidade do Rio de Janeiro. Em suas estadias de verão na cidade, o imperador a transformava em capital e

atraía boa parte da elite, o que levava a um aumento ocasional da população nesse período. E também ao reforço de uma relação com a cidade que talvez prevaleça até hoje: a ideia de que a cidade não é feita necessariamente para quem a habita e sim para quem a visita, que deve ser gentilmente servido e reverenciado pelos moradores menos abastados, já que elevam a importância da cidade, trazem a ela grandes acontecimentos e movimentam a sua economia. Por essa lógica de formação, Petrópolis pode ser considerada um exemplo de demonstração de poder em tempos de crise, conforme nos fala Lefebvre:

Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. Convém ressaltar este paradoxo, este fato histórico mal elucidado: sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras. Em seguida, a produção dos produtos substituiu a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na Cidade. (LEFEBVRE, 1968, p. 13)

Petrópolis emerge como “cidade” por interesse de um monarca, com suas atividades principais em torno de um palácio, mas já num momento em que a monarquia no Brasil está em crise, demorando pouco mais de 40 anos para ser proclamada a República. A partir de então, a cidade talvez tenha assumido certa expansão e atração de uma população mais diversa, mas sua aura de imperial e elitizada nunca fora abandonada.

As contradições que a permeiam podem ser percebidas desde a fundação até os tempos atuais. Seu projeto urbano central, que atendia aos intentos do imperador, lhe confere o título de cidade-museu nos tempos atuais, com um Centro Histórico planejado e harmônico, porém já saturado. Com um eixo de crescimento periférico, desde os anos 2000, já dentro de uma nova lógica urbanística, baseada em condomínios, *shoppings* e no transporte por automóvel, entre outros elementos comuns às cidades contemporâneas. Se no primeiro momento, a cidade é “espetacularizada” por seu projeto urbanístico e seu clima ameno, sendo projetada para atrair a corte, hoje ela se projeta com vistas a atrair pessoas de alto poder aquisitivo, que queiram sair da capital em busca de um modelo de qualidade de vida específico, pautado no conforto e no alto padrão de consumo, aproveitando a proximidade com a capital e oferecendo o padrão de vida semelhante ao dos bairros de elite da capital fluminense, assim como acontece atualmente nos subúrbios americanos, por exemplo.

Nos últimos vinte anos, os distritos de Petrópolis se tornaram, novamente, uma alternativa às classes abastadas da Região Metropolitana, com base nesse modelo de

qualidade de vida: confortável e seguro, porém, mais uma vez, caro e não muito acessível à realidade dos moradores locais. Jacques classifica esse modelo como espetacularização, descrevendo uma situação muito semelhante ao vivenciado em Petrópolis:

Escutamos muito falar hoje em cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo (no sentido debordiano). A fórmula passou a ser conhecida de todos, discursos contemporâneos esquizofrênicos: propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas; e privatização pela construção de novos bairros ou empreendimentos fechados nas áreas de expansão periféricas, que se tornam produtos para a especulação imobiliária. Muitas vezes os atores e patrocinadores dessas propostas são os mesmos, assim como é semelhante a não-participação ou a pseudo-participação (nos planejamentos estratégicos ou alguns planos diretores) da população em suas formulações (apesar da proliferação dos discursos ditos de “participação”), e a gentrificação (enobrecimento com expulsão da população mais pobre) das áreas como resultado, demonstrando que as duas correntes urbanísticas aparentemente antagônicas são somente as duas faces de uma mesma moeda: a mercantilização espetacular das cidades contemporâneas. (JACQUES, 2007, p. 93)

Em Petrópolis, é possível perceber essas duas correntes de pensamento presentes em diferentes partes. A movimentação do início dos anos 2000, em que muitas pessoas que tinham casas de veraneio se mudaram para a região, em busca de segurança e qualidade de vida. com a crescente violência urbana no Rio de Janeiro, pode ter ajudado a reforçar o caráter de “não-cidade”, espetacularizada e elitizada. Isto porque, a partir desse momento, houve um crescimento no número de condomínios, o que acentuou gradativamente a especulação imobiliária na região, o que fez com que crescesse ainda mais um eixo específico da região: o distrito de Itaipava, onde se concentraram boa parte desses novos moradores, remoldando consideravelmente o perfil socioeconômico local.

Portanto, se em parte do Centro Histórico prevalece a ideia da cidade-museu, com os imóveis tombados e a estética europeia do projeto urbano de Koeler, o que se vê no restante da cidade e, principalmente no eixo de crescimento mais forte atualmente, que fica no distrito de Itaipava, é a não-cidade, uma cidade-shopping, onde se espetaculariza o que Jacques chama de “espaços terminais do capitalismo selvagem”. Mas isso não é uma exclusividade local.

Essa quase esquizofrenia dos discursos contemporâneos sobre a cidade vem surgindo muitas vezes simultaneamente em uma mesma cidade, com propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e com a construção de novos bairros *ex-nihilo*, nas áreas de expansão periférica, que se tornam produtos para a especulação imobiliária. Muitas vezes, os atores e

patrocinadores dessas propostas também são os mesmos, assim como é semelhante a não-participação da população em suas formulações, e gentrificação das áreas como resultado, demonstrando que as duas correntes antagônicas são faces de uma mesma moeda: a mercantilização espetacular das cidades. (JACQUES, 2004, p. 23)

Nos últimos anos, o que se percebe nesse novo eixo de crescimento é que os condomínios e *shoppings* se tornaram os espaços de convivência, numa busca constante dos novos moradores por exclusividade, segurança e um novo conceito de qualidade de vida, pautado no consumo e no individualismo. O automóvel, por exemplo, tem se configurado cada vez mais como o principal meio de transporte e, como o relevo acentuado dificulta o alargamento das vias, o trânsito tem ficado cada vez mais caótico. E assim, Itaipava, o terceiro distrito passou, então, de uma vila de agricultores nos tempos em que foi aberto o Caminho Novo e construída a Villa Imperial, a um paraíso do que podemos chamar de Estilo Boutique, conforme tendência apontada por David Harvey (2014):

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana. (...) Até mesmo o desenvolvimento incoerente, insípido e monótono das áreas suburbanas, que continua a prevalecer em muitas partes do mundo, encontrou agora seu antídoto no movimento chamado “novo urbanismo”, que enaltece a venda da comunidade e o “estilo boutique” como modo de vida como um produto criado pelos agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos. É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo pra si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana. Seu impacto vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais (pelo menos a julgar por sua gigantesca escala e pelo fato de ser onipresente) já criadas na história humana para a concretização dos nossos mais profundos desejos. (HARVEY, 2014, p. 46-47)

Ao passar por Itaipava, é comum ser surpreendido por panfletos de condomínios esplendorosos, principalmente nos fins de semana, quando o local recebe maior número de visitantes. Entretanto, será que a população, de fato, também frequenta esses novos espaços e exerce o seu direito à cidade? Caso não, o local se esvazia fisicamente, assim como se esvazia de sentido. “A ocupação privada do espaço (...) leva a uma segmentação da população e a uma compartimentação do espaço urbano que inviabilizam a cidade.” (CAIAFA, 2003, p.93). Nesse caso, o que prevalece são os círculos familiares, religiosos e a cultura do consumo e do privilégio, assim como a neurose, que vem junto a intensificação das desigualdades sociais, que leva também a um certo aumento da criminalidade. Cidades que não convidam seus

cidadãos a ocupar, a interagir, que não lhes dêem as condições necessárias para que estes se apropriem, de fato, da cidade que compõem, como ocorreu no início dos anos 2000 na capital do Rio de Janeiro devido ao discurso de aumento da violência urbana, geram cada vez mais essas não-cidades, que podem se transformar num produto atraente, conforme nos mostra Harvey ao descrever as cidades-boutique, que ele descreve como fenômenos da nova fase do neoliberalismo.

Contudo, as falhas no sistema também são demasiado evidentes. Vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades, depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso. (...) Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa. (...) Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal estar da ética neoliberal individualista tornam-se muito mais difíceis de manter. Até mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos, parece - pelo menos superficialmente - cada vez mais implausível. (HARVEY, 2014, p. 47-49)

No caso de Petrópolis, se faz necessário avaliar o impacto: da criação de uma cidade pela elite (o então imperador), a partir dos interesses dessa elite imperial e aristocrática reproduzindo modos de vida europeus; da expansão de seu eixo para áreas não-contempladas no projeto inicial, e que portanto, num primeiro momento, não foram ocupadas por membros dessa elite; e de uma nova expansão veranista já voltada aos interesses também da elite em direção, principalmente, ao distrito de Itaipava. Como esse processo afetou nos modos de vida da população local, não-veranista, não-aristocrática, o cidadão comum? Como ele se percebe dentro dessa cidade, onde ele mora, mas não necessariamente feita para ele? De que formas isso afeta as suas subjetividades?

Guattari (1992) escreveu que “as cidades se caracterizam em grande parte pelos processos subjetivos que deflagram”, conforme citado por Caiafa (2003, p.92). É preciso tomar por base esses processos e também o histórico de construção e desenvolvimento da cidade para entender e identificar as contradições que a compõem. Nesse processo de espetacularização, não há espaço para todos, e a gentrificação é um dos efeitos dessa contradição. Além de ter, muitas vezes, que sair do seu lugar de origem, as pessoas, ainda que

fiquem, vão perdendo seu espaço nele, uma vez que seus novos moradores se tornam o principal foco do poder público e da economia local.

A memória da cultura local - que deveria ser preservada - se perde, e em seu lugar são criados grandes cenários para turistas. Na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardiã das tradições culturais, é expulsa do local de intervenção, pelo processo de gentrificação. Nas periferias ricas isso não chega a ocorrer, uma vez que essas áreas já são projetadas dentro de uma ideia de segregação social, e ainda oferecem um nível de vigilância total, também dentro de um padrão internacional de segurança, que serve também como justificativa para um amplo processo de privatização de espaços públicos, o que vem ocorrendo de forma sistemática na maioria das áreas de expansão das cidades contemporâneas. São condomínios fechados, praças de alimentação e corredores de *shoppings-centers* em profusão. (JACQUES, 2007, p. 24-25)

Em Petrópolis, essa memória da cultura local vem se perdendo ao longo do tempo. Da fundação da cidade até os tempos atuais, foi se naturalizando um modelo de vida em que só pertence à cidade se você é parte do público para quem ela foi projetada ou se tem poder aquisitivo para ocupar os mesmos espaços que ela e seguir os seus padrões de consumo. Tal ideia parece ter sido tão bem sucedida, que prevalece até os tempos atuais, conforme os problemas apontados pelo Plano Diretor de Petrópolis e nas prioridades do poder público, que parece entender como de menor importância as demandas das populações mais pobres. Entretanto, é preciso conhecer o perfil e a diversidade desse cidadão médio, trabalhador, que compõe a maioria da população petropolitana, para compreender a cidade dos tempos atuais, para muito além da alcunha de imperial e de quaisquer outros rótulos que lhe queiram enquadrar.

Ainda que novos moradores tenham chegado, a maioria da cidade ainda permanece pobre e sem acesso a uma série de bens de consumo e serviços de luxo que hoje pautam a economia local. Ao seguir se projetando como uma cidade rica, Petrópolis reforça entre seus moradores a sensação de não pertencer, esvaziando de sentido o cotidiano local das classes menos abastadas, que nesse cenário apenas conseguem sobreviver, abrindo mão de uma série de espaços que não consideram sua existência e portanto se distanciam dela, mesmo estando tão próximos.

Como consequência desse modelo, tanto no Centro Histórico quanto nos distritos, o que se vê hoje é uma cidade muito permeada pelo uso do automóvel, com transporte público caótico, graves problemas de habitação entre os mais pobres, em contraponto ao mercado

imobiliário aquecido entre os mais ricos, entre outros fatores. A prevenção de desastres naturais também é um problema, já que os terrenos estáveis custam caro e é comum a ocupação de áreas de risco por quem não tem dinheiro para escolher onde morar. A oferta de emprego também tem sido reduzida e uma parcela considerável da população vive de trabalhos informais, assim como entre os empregados a média salarial é baixa. Segundo o IBGE, em 2017, a população estava em 295.917 pessoas, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.0%. Além disso, 30,4% da população ocupada apresentava rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

Ao longo dos distritos, principalmente nos bairros mais pobres, é comum ver estradas com calçadas mal cuidadas, ou mesmo ausentes, o que nos faz perceber que a cidade não incentiva que os moradores caminhem por suas ruas. Em Itaipava, terceiro distrito, por exemplo, há hoje uma crescente de condomínios, *shoppings centers* e escolas particulares, e como as distâncias são longas, em horário escolar o distrito apresenta trânsito intenso de veículos.

A ausência de planejamento em relação aos distritos, pode ter gerado contradições. Mas, esse modelo de urbanismo inicial, que não envolvia a integração com os distritos, somado a construções posteriores e a volumes expressivos de veranistas, mais abastados oriundos do Rio de Janeiro já em tempos de crise na segurança pública, pode ter favorecido o que podemos chamar de uma “anti-cidade”, conforme menciona Caiafa (2002):

(...) Nas áreas residenciais segregadas, em geral dependentes do automóvel, cria-se um meio propício às recorrências familiares, à confirmação das identidades. É o modo de vida dos condomínios fechados, que ocorre entre nós e que é o modelo que predomina nas cidades ou anti-cidades americanas (Caiafa, 2001b, 1991 apud.) O espaço público não é um meio ocupável coletivamente. Em geral, só se o ocupa no automóvel particular, o que configura um uso privado da via pública. Ou então nos shoppings, numa atividade já direcionada para um fim, o consumo. Mesmo as reuniões em bares ou restaurantes nesses lugares tendem a eliminar o imprevisível que só o espaço aberto das ruas pode provocar. (CAIAFA, 2002, p. 93)

Considerando um recorte sobre a formação da cidade e alguns elementos que compõem a identidade dos moradores em relação àquele espaço é possível compreender muito mais do que simples características culturais, sociais ou geográficas. Apontar as

características que fazem de Petrópolis hoje algo mais próximo de uma anti-cidade, conceito proposto por Caiafa (2003), para abordar os subúrbios americanos, de “não-cidade” proposto por Paola Jacques para falar sobre cidades elitizadas e gentrificadas, e do estilo butique, proposto por Harvey (2014) é uma maneira de compreender o espaço e as relações que ali se configuraram. Entretanto, se faz necessário compreender as especificidades tanto do processo que a fez ter tal dinâmica, do cotidiano daquela cidade, compreendendo o processo que à levou a atual realidade e suas semelhanças com outras cidades contemporâneas.

Porém, tal interpretação não pode ser absoluta, uma vez que o território petropolitano e sua complexidade podem nos levar a outras territorialidades, modos de vida que fogem à regra da pouca ocupação pública. Podemos citar como uma das exceções a localidade de Correias, no segundo distrito, onde há uma movimentada praça, em que as pessoas se encontram, fazem desfiles de blocos de carnaval, conversam sobre banalidades e ocupam aquele espaço público com uma dinâmica mais próxima das cidades de interior. O local era uma fazenda pertencente a um padre nos tempos do Império. Foi lá que D. Pedro I se hospedou quando se interessou por comprar a fazenda vizinha, um dos primeiros passos para a fundação da cidade. A ocupação daquele território é anterior à fundação da cidade, talvez por isso ele seja utilizado de forma mais orgânica. O principal antídoto situacionista contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no da cultura (JACQUES, 2007).

É importante ressaltar, que não há, aqui, a intenção de buscar verdades absolutas sobre a cidade e sim de analisá-la sob um outro ponto de vista, diferente do tradicional, do suntuoso, do aristocrático, do consumista, somando a novas tendência apresentadas também por David Harvey (2014).

Na verdade, porém, há todo tipo de movimentos sociais urbanos em evidência, buscando superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parecer conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos. Até as administrações urbanas relativamente conservadoras estão procurando maneiras de empregar seus poderes para experimentar novas modalidades de produção do urbano e de democratizar a governança. Haverá uma alternativa urbana? Se a resposta for positiva, de onde ela irá surgir? (HARVEY, 2014, p. 49)

Acrescentemos ainda: haverá uma nova alternativa urbana para Petrópolis? Será possível ressignificar aquele espaço para que ele tenha uma lógica mais igualitária? Ou será que diante de todo esse processo de formação, só resta à cidade reverenciar seu passado e reproduzir sem compreender ou ressignificar as desigualdades resultantes dessa história que não a representa em sua totalidade?

Capítulo 2 - Territorialidades petropolitanas nos tempos atuais

Devido às peculiaridades de seu processo de formação, a cidade de Petrópolis se configurou de forma muito específica em relação a seus moradores. Podemos analisar aquele território tanto no sentido hegemônico (HAESBAERT, 2014), como enquanto “espaço-tempo vivido” (HAESBAERT, 2014). No sentido hegemônico, a cidade vem sendo pautada por uma lógica que visa atrair novos negócios e moradores para aquecer sua economia através do turismo ou da especulação imobiliária. “No sentido do ‘espaço-tempo-vivido’ o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’ ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2014, p.58). O que tentamos compreender é a relação de quem vive aquele espaço tempo proporcionado por essa cidade, gerida segundo essa lógica hegemônica, que constitui uma territorialidade pouco abordada ou levada em consideração pelo poder público e pela economia local.

Aquilo que propomos denominar de paradigma territorial contra-hegemônico, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade- “terra” (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse meio e cujo “bem viver” (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação. (HAESBAERT, 2014, p.54)

Conhecer essa territorialidade, ou seja, saber como a população local tem vivenciado aquele espaço e como é a sua relação com ele pode nos ajudar a compreender os impasses da cidade atual. Mas, como podemos compreender essa relação? Conhecendo diferentes realidades, começando pelas minhas percepções como nascida e criada na cidade e também através de um questionário netnográfico, respondido por 632 pessoas, com o intuito de compreender quem é o morador atual, que lugares ele frequenta e como ele se sente. Os resultados dessa pesquisa são abordados mais à frente, em capítulo inteiramente dedicado a ela.

Analisaremos aqui o perfil dos frequentadores e seu comportamento através de trabalhos de campo realizados em três espaços de acesso livre e gratuito na cidade: o Palácio Quitandinha, hoje administrado pelo Sesc RJ, a Praça da Liberdade, no Centro Histórico e o Parque Municipal de Itaipava, que além de abrigar ocasionalmente eventos, é aberto diariamente para a prática de atividades físicas e outros fins visando o lazer da população. O campo se dá através da observação, visando compreender quem são os sujeitos presentes em cada espaço, como eles se comportam e o que esses elementos podem nos revelar sobre a cidade atual, seus impasses e a vivência da população naquele espaço. Ou seja, o objetivo do campo é compreender a lógica de cada território e as territorialidades ali desenvolvidas, conforme os conceitos de Haesbaert (2014):

É igualmente relevante mapear as distintas possibilidades de se trabalhar com a relação entre território e territorialidade, que se estende desde a indistinção até a completa separação entre eles. Agrupando essas leituras, teríamos desde a territorialidade como uma concepção mais ampla do que território até territorialidade como algo mais restrito, uma simples “dimensão” do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território. Daí:

- a. Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território - materialmente construído), territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos tanto como “condição” (teórica ou simbólica) para a sua efetivação.
- b. Territorialidade praticamente como sinônimo de território: a territorialidade como qualidade inerente à existência do território, condição de sua existência efetiva.
- c. Territorialidade como concepção claramente distinta do território, em dois sentidos: 1 - territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta do território, que seria necessariamente material, concreto; (...) 2 - territorialidade como domínio do “vivido” e do não-institucionalizado, frente ao território como espaço formal-institucionalizado (implicando assim uma visão mais estreita de território, a partir de sua dimensão jurídico-política, formal).
- d. Territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica (ou a “identidade territorial”), conforme utilizado algumas vezes na Antropologia. (HAESBAERT, 2014, p. 65-66)

No caso desse trabalho de campo, temos um território específico a trabalhar, que é a cidade de Petrópolis, representada em seus espaços públicos. Portanto, a concepção que mais se aproxima do que abordaremos aqui é da “territorialidade como claramente distinta do território”, no sentido de “como domínio do ‘vivido’ e do não-institucionalizado, frente ao

território como espaço formal-institucionalizado”. Território e territorialidade estão em constante reconfiguração. No momento em que uma nova territorialização traz novas perspectivas a uma comunidade, conforme aconteceu algumas vezes com a cidade de Petrópolis e seus distritos desde a fundação da cidade, passando pelas fases do veraneio e culminando na fase atual, que a coloca praticamente na Região Metropolitana, são reconfigurados também o espaço e a maneira como a população o ocupa; como ela se entende em relação àquele espaço, o que sobrevive e o que pode acabar se perdendo, quem se adapta e fica e quem sai em busca de outras alternativas. Ao longo de todos esses anos, muitas pessoas tiveram suas histórias atravessadas por esses processos, seja como moradores que tiveram seus espaços modificados pela vinda de novos moradores, seja como novos moradores que constituíram uma nova configuração e territorialidade nesse local e também nas suas vidas. Nesse processo, muitas desigualdades se reforçaram, por vezes de forma tão naturalizada pelos anos anteriores de Império e veraneio, que nem sequer foram percebidas por muitos dos antigos moradores.

Pesquisar esse presente urbano e turístico de Petrópolis como realidade sócio-espacial é procurar compreender a intrincada coexistência, no espaço, entre presente e passado, cujas formas, unidas em suas contradições, existiriam no presente com datações diversas. O espaço sem cessar, é um presente resultante de inseparável nexos (...) de sistemas de objetos e sistemas de ação (...). Objetos que regulam ou configuram o sistema de ações; objetos que, a despeito de ecoarem o passado, existem demarcados pelo presente, quase ia dizendo, pela ação que define as formas desse passado, em um processo de permanente atualização ou, quiçá, de renovada fundação que leva em conta as decisões imediatas de uma certa sociedade. Investigar a urbanização atual de Petrópolis, desse modo, é também inquirir acerca do passado espacial dessa cidade a partir de indagações determinadas pelo presente.

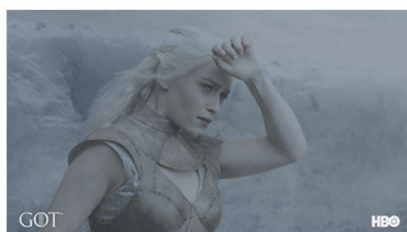
Este presente geográfico-espacial, diga-se ao propósito, não é um tempo que escapa no instante mesmo de sua enunciação. Tal como Milton Santos observou, esse presente é consequência do tempo do modo de produção ou tempo mundial, do tempo do Estado nacional e do tempo específico de um dado lugar. (AMBROZIO, 2008, p. 22)

Para começar a analisar as territorialidades ali envolvidas, uma pergunta: O que é ser petropolitano? Talvez por abranger um território considerável, haja certa dificuldade em compreender isso. O que se percebe ao longo da cidade é uma variação considerável no perfil da população entre os cinco distritos, do Centro até a Posse, cada um deles com suas especificidades climáticas e cotidianas. Cada localidade tem suas próprias dinâmicas e especificidades, o que implica em certa complexidade. Mas, quais seriam os pontos comuns entre esses cidadãos? O hábito de chamar a parte comercial do Centro Histórico de Avenida;

as compras na Rua Teresa; os passeios de charrete nos arredores do Museu Imperial, hoje impedidos devido a um plebiscito anti-exploração animal, realizado em 2018; as viagens cada vez mais longas de ônibus entre os distritos e o Centro; as poucas alternativas de lazer existentes; a espera pela exposição agropecuária local; o hábito dos jovens de passar as tardes na Rua 16 de março, onde se encontram as lojas mais caras da cidade; entre outros. Num pequeno passeio etnográfico é possível perceber que boa parte desses hábitos remete mais ao Centro Histórico do que aos distritos. Essas referências são de memes sobre a cidade na internet e também sobre o que me vem à mente quando penso sobre a questão. Mas, elas podem ser complementadas ao fim do questionário netnográfico.

Figura 10 - Trechos de texto de um site local sobre petropolitanos

2. Se a gente diz que é ruço, é porque é ruço. Não vem com essa de neblina não!



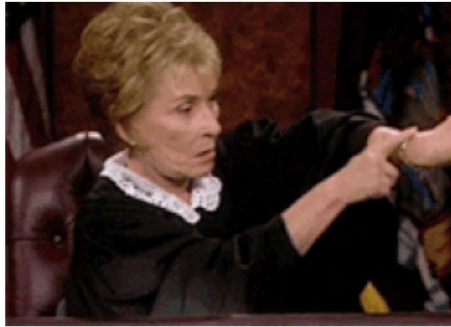
E coloca ruço nisso!

4. Centro não, avenida. "Vinida" para os íntimos.



Nossa cidade, nossas regras.

9. Sair de ônibus é uma loooonga viagem e você precisa se programar com horas de antecedência para não se atrasar.



Ônibus só de 40 em 40 minutos ou de uma em uma hora.

Fonte: Site Sou Petrópolis, 2019. <<https://soupetropolis.com/>>

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor da sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 2006) Com essa citação de Milton Santos, inicio meu primeiro relato enquanto moradora da cidade. Nascida no terceiro distrito, em Itaipava, estudei em escola pública até os 14 anos, e cursei Ensino Médio em escola particular, com descontos consideráveis, já nos anos 2000, quando muitos ex-veranistas haviam fixado residência no local, e portanto seus filhos eram meus colegas de turma. E embora aquele espaço fosse muito querido por mim, eu hoje percebo uma discrepância em relação aos meus colegas: eles iam ao Rio de Janeiro com frequência, algo incomum na minha escola anterior; falavam dos shoppings, dos cinemas, e do quanto sentiam falta de tudo isso por morarem ali, na Região Serrana, embora enquanto adolescentes tivessem muito mais liberdade na serra, onde a violência era reduzida, entre outros tópicos. Nessa época, em 2006, estava sendo construído o Shopping Estação Itaipava, que simula uma estação de trem, e conta com lojas famosas na capital carioca, além de restaurantes, salas de cinema, livraria, loja de departamento e *fast-food*. Ou seja, a demanda dos meus amigos, então recém chegados, estava sendo atendida. Entretanto, até hoje, 13 anos depois, tanto a minha família quanto as pessoas do meu bairro frequentam pouco aquele shopping, já que os preços normalmente são elevados e o ambiente é um tanto quanto pouco convidativo a quem não está acostumado com lugares sofisticados.

Dou esse exemplo, para reforçar algo que menciono nos capítulos anteriores: os novos moradores reforçam um alto padrão de consumo no local, o que não seria um problema se a população já residente anteriormente conseguisse acompanhar esses padrões, entretanto isso

não acontece, já que a qualificação profissional e os empregos qualificados não chegam à cidade na mesma proporção. Ao que parece, a população local se encontra no mesmo lugar em que esteve na época em que D. Pedro II resolveu fundar a cidade: à margem, sem grande importância.

Nesse período dos anos 2000, a região passou por transformações consideráveis em sua paisagem: se antes no trecho da Estrada União e Indústria que configura o “centro” de Itaipava, havia duas escolas públicas, duas escolas particulares, dois supermercados, um posto de gasolina, um terminal de ônibus e alguns pequenos centros comerciais, já tratados como shoppings, hoje a paisagem local viu esses centros comerciais crescerem e se multiplicarem, assim como condomínios de prédios, que antes eram raros, e hoje já representam uma alternativa considerável para os moradores. Há, hoje, mais condomínios de classe média alta e *shoppings* com ticket médio elevado do que serviços e produtos voltados para a população menos abastada, que, conforme nos mostram dados do Censo 2017 representa a maioria da população da cidade.

Vale ressaltar o caso de uma loja local chamada Vivi Modas que se destacou em crescimento nos últimos anos, vendendo justamente artigos de vestuário a preços mais acessíveis, atendendo, portanto a população mais pobre, que evita os shoppings caros. Ela começou como uma loja simples em um dos centros comerciais locais, ainda nos anos 2000, e hoje, em 2020, ocupa um espaço do tamanho de uma loja de departamento em um dos novos centros comerciais locais. O que isso pode nos dizer? Que essa população existe, movimentando a economia, fez crescer um empreendimento local cujos preços a agradam e talvez tenha muito mais a demandar do poder público e de alguns investidores locais do que eles imaginam.

Quando Milton Santos cita os homens lentos, ele se refere principalmente aos mais pobres, aqueles que não têm acesso à velocidade, os que ficam à margem da aceleração do mundo contemporâneo. O errante urbano seria sobretudo um homem lento voluntário, intencional, consciente de sua lentidão, e que, assim, se nega a entrar no ritmo mais acelerado (movimento do tipo rápido), de forma crítica. Sem dúvida, como nos indica Santos, os mais pobres, mesmo de maneira não voluntária, experimentam ou vivenciam mais a cidade, principalmente os espaços opacos, do que os habitantes mais abastados, pois estes obrigatoriamente, possuem o hábito da prática urbana efetiva no cotidiano, e assim desenvolvem uma relação corporal mais próxima e visceral com o espaço urbano. (JACQUES, 2007, p. 100)

Podemos dizer então, que a territorialidade vivenciada pelos novos moradores, de maior poder aquisitivo, pode ser muito diferente da vivenciada pelos antigos moradores, que

tem seus próprios modos de vida, parâmetros de preço, valores e até mesmo concepção de mundo. O que buscamos nesse capítulo é justamente reforçar essas formas de resistência, por vezes involuntárias desses moradores, e chamar a atenção para esse seu conhecimento sistemático da realidade, que se faz tão necessário. Será que o cidadão comum petropolitano percebe a discrepância entre a forma como a cidade se apresenta e os problemas enfrentados por eles em seu dia-a-dia? De que formas eles lidam com ela? Uma postagem de um jornal local no Facebook no dia 4 de novembro de 2019, abordara a cidade como “destaque no cenário nacional em setores importantes”, entretanto, os moradores que comentam a notícia parecem não estar contemplados:

Figura 11 - Comentários em rede social sobre a realidade local



The image shows a screenshot of a Facebook post from the page 'Diário de Petrópolis'. The post text reads: 'Planejamento, desburocratização, modernização de sistemas e investimentos em áreas importantes para favorecer o desenvolvimento da cidade, gerando empregos, renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas, este tem sido o objetivo do governo Bernardo Rossi. E os resultados positivos dos trabalhos se confirmam, com a cidade tendo destaque no cenário nacional em diferentes segmentos.' Below the text is a photograph of a city street with buildings and a monument. The post has 44 reactions and 24 comments. The comments are as follows:

- Rafael Santana Tajan: Mais uma reportagem SUGERIDA pela comunicação da prefeitura né, só tem o trabalho de publicar e babar o ovo dourado do Rossi!!!
- Guilherme Fracetti: Até agora os destaques cidade em cenário nacional foram: dia do servidor público esteticamente bonito, cratera da Concer e cofre de dinheiro em forma de banheira de hidromassagem. O resto precisamos descobrir onde está.
- Lucia Nogueira: Parabéns meu Prefeito Bernardo Rossi pelos resultados positivos de sua Gestão que entra para a história da Cidade. Petrópolis nunca teve tanto destaque Nacional em diversos trabalhos!
- Patrícia Brahms: eu acho que o pessoal do diário de petrópolis (assim mesmo, com letra pequena, tem andado debaixo deste sol brabo que está fazendo e teve seus miolos derretidos. Para publicar uma coisa dessta, só pode ser esta a explicação
- Marco Costa: Tem como mostrar dados??? Ou ja é a campanha paga com o didim dos eleitores???
- André Pezente: Acho que o Diário vive em outro País, ou se vendeu para a prefeitura.
- Alexandre Silva: E segue o Diário fazendo propagandas pro governo.
- Luis Claudio Bach: Até agora não vi nada disso.

Fonte: Página do Diário de Petrópolis no Facebook, 2019.

A reação não é incomum entre usuários de internet, contudo se mostra interessante como contraponto entre o que se quer mostrar e o que de fato se vive. Uma das razões pela qual o questionário netnográfico será uma das metodologias aplicadas aqui é justamente por pressupor que, na internet, as pessoas fiquem mais à vontade para expressar seus pontos de vista e contribuir para a nossa pesquisa. Porém, o trabalho de campo também nos dá um

panoramas interessantes sobre quem tem frequentado espaços públicos abertos locais e como essas pessoas se comportam.

No dia 3 de novembro de 2019, pela manhã, o Palácio Quitandinha, hoje sob administração do Sesc RJ, contava com uma série de atividades gratuitas, voltadas principalmente para o público infantil no entorno de seu famoso lago, que tem o formato do mapa do Brasil. Estavam reunidas cerca de 80 pessoas, entre adultos e crianças, em sua maioria famílias em busca de descanso num domingo de sol e calor. Eram oferecidas bolas, redes e outros artigos esportivos para as crianças, enquanto se vendia artesanato numa feira às margens do lago. Algumas famílias relaxavam no gramado, outras tiravam fotografias. Mas, o movimento mais marcante era o das crianças brincando. E o que chamou atenção, logo num primeiro momento, foram dois grupos de meninos. Um grupo tinha 4 meninos que jogavam vôlei, com bola e rede oferecida pelo Sesc RJ, enquanto o outro grupo composto por 6 a 8 meninos jogavam futebol no gramado, também com bola oferecida pela instituição. Os meninos do vôlei eram brancos, estavam bem arrumados, e visivelmente acompanhados de seus familiares. Os meninos do futebol eram negros, dos poucos que podiam ser vistos naquele espaço e naquele horário. Quando a bola de um jogo invadia a do outro, apenas devolviam. Sem muita interação. Estavam todos juntos, mas algo invisível os separava. Minutos depois, os meninos do futebol estavam no estacionamento conversando entre si. Pareciam morar próximo. Estavam sozinhos. Sem grandes preocupações. Se o fato de meninos de perfis diferentes estarem usufruindo do mesmo espaço, a partir a iniciativa do Sesc RJ de incentivo ao esporte parece um alento, é triste perceber que para a distância que existia entre eles, pouco importava o espaço entre uns e outros.

o Lugar - não importa a sua dimensão - é, espontaneamente a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse desenvolvimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. (SANTOS, 2006, p.174-175)

Entre os frequentadores do espaço naquele momento, a maioria das pessoas era branca e aparentemente de classe média. Era como se os meninos ali fossem intrusos, sob o ponto de vista de alguns, mas aqui vamos entender como essa resistência involuntária, apontada por Santos (2006). Essa situação não ocorre por acaso, conforme falamos na

Introdução, quando a cidade é fundada, o engenheiro Julio Frederico Koeler é um entusiasta do trabalho livre, mas não muito nobre nessa decisão, já que acreditava que a mão de obra livre era mais “produtiva”, uma vez que os negros escravizados já vinham cansados do senhorio, a quem se pagava por seus serviços. Portanto, custava mais barato contratar os trabalhadores livres.

O plano de erigir colônias agrícolas e industriais com trabalhadores livres, oriundos de diversas regiões da Europa, coadunou-se, então, à urbanização do interior, vindo também a constituir-se em novo projeto de povoamento do Brasil, numa tentativa de branqueamento do povo brasileiro. Um projeto de povoamento, traduzido na fórmula de introdução de mão de obra "especializada" com a finalidade de transformar essas vilas e cidades em colônias agrícolas e industriais, tomando por base o modelo de divisão do solo urbano, centro-periférico. Amparada no debate empreendido por Henry Lefèvre, Fania Fridman (2001) apresenta o modelo brasileiro de divisão do solo urbano no século XVIII-XIX. A principal característica pela autora é a formação de um espaço centro-periférico, numa espécie de colagem entre a divisão do solo e a hierarquização de seus usos, de tal forma que a segregação espacial corresponderia também a segregação social. Assim, no centro da urbe se distribuiriam os poderes religiosos e seculares, imediatamente em seu entorno, seriam demarcados os espaços nobiliárquicos e aristocráticos, num espaço intermediário se distribuiria a burguesia, ordenadamente da grande à pequena burguesia e, por fim, já às margens da cidade, se localizaria o campesinato. (DIAS, 2016, p.54)

Não por coincidência, o modelo de urbanização retratado por Dias (2016, p.54) retrata o processo pelo qual a cidade passou, no sentido de: 1) afastar da área urbana a população agrícola e menos abastada; 2) apagar o passado escravocrata da cidade, branqueando a população ao trazer colonos europeus. Talvez esteja aqui a origem da distância entre os meninos, o retrato de um Brasil desigual, que se revela racista em maior ou menor grau, de acordo com o espaço analisado. No caso de Petrópolis, a distância se mantém por questões simbólicas, ainda que os meninos estejam lado a lado. Ainda hoje, é possível perceber resquícios dessa política racista. Que tipo de identidade esse posicionamento gera na população negra até os dias atuais?

Dentro da perspectiva de Stuart Hall (2011), as identidades - e não faria sentido para o autor falar de identidades sociais, pois o mesmo entende que toda formação identitária opera-se em contexto social - se formam num processo dialético de produção de sentidos. Identidade e diferença se determinam e se reforçam, mutuamente, por meio de um processo denominado diferenciação, que conforma e é conformado por atos discursivos produzidos sobre si e sobre o outro, sobre o que se estabelecerá como o igual e como o diferente. Sendo produto e produtor de atos discursivos, o processo de construção identitária inscreve-se no âmbito das relações sociais, e traduz-se numa disputa assimétrica entre indivíduos e grupos pela

apropriação diferenciada dos bens sociais. Logo, a definição das identidades e das diferenças está também sujeita às relações de poder, vindo a tornar-se, ainda, instrumento na operacionalização destas relações. E o poder de definir as identidades e de marcar as diferenças, será também o poder de nomear, valorar, classificar, hierarquizar e separar os grupos e seus indivíduos, que passam a se relacionar a partir de oposições binárias: —de dentro e de fora || ; —bons e maus || ; —os normais e anormais || ; —incluídos e excluídos || . (DIAS, 2016, p. 31)

O que podemos dizer é que essa segregação tão naturalizada percebida num evento aberto e gratuito num domingo ensolarado pode ter muito a nos dizer sobre outras dinâmicas da cidade de Petrópolis. Ao que parece, as consequências dos processos históricos e sociais aqui relatados seguem vivas no cotidiano e se não forem revisadas e questionadas, correm o risco de perdurar por gerações. Usamos aqui um exemplo em que meninos pobres e negros brincam no mesmo espaço que meninos brancos de classe média, mas sem muito interagir, já que estão em grupos diferentes. Vale reforçar que a cor é um agravante nessa situação, porque reforça a situação de segregação, ser pobre e negro implica em duas motivações para “não pertencer ao mesmo universo”. Mas, por muitas vezes, na cidade a classe por si só já é um recorte em relação a quem ocupa ou deixa de ocupar certos espaços.

Aliás, esse cenário nos deixa uma pergunta: porque a população negra e a população mais pobre evitam espaços como o Palácio Quitandinha e a Praça da Liberdade, que inclusive tem esse nome porque era lá que muitos negros escravizados recebiam suas cartas de alforria?

Os novos espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados pelos habitantes locais, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão. A cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo. (...) O corpo daquele que experimenta efetivamente a cidade, o espaço urbano em geral, pode ser visto então enquanto uma forma de resistência à espetacularização urbana, uma vez que as corpografias urbanas, ou seja, essas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do habitante ou do errante, revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui, pois mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional, explicitando as micro-práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas (preocupadas demais com projetos, projeções a priori, e pouco com os desvios a posteriori), mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação. (JACQUES, 2007, p. 95-96)

O trabalho de campo seguiu então para a Praça da Liberdade, bem no coração do Centro Histórico, por volta das 13h, momento em que começava no coreto uma apresentação de circo, com dois artistas independentes, que reunia cerca de cinquenta pessoas, a maioria

absoluta de crianças, todas eufóricas com o espetáculo da dupla Malabagueta, composta pelos artistas Guilherme Avelino e Thalita Barbosa. Em meio a apresentação, observamos o movimento da praça e a maioria era de passantes: ciclistas, idosos, casais, passeavam pelo espaço e iam embora, enquanto as crianças seguiam hipnotizadas o espetáculo. Novamente, a frequência de pessoas negras é proporcionalmente menor, reforçando que aquele cenário predominantemente branco de classe média é comum na cidade. Ao fim do espetáculo, os artistas contaram que estão ali todo fim de semana, normalmente com três apresentações por dia, em cujo final passam um chapéu para terem a recompensa por seu trabalho. Eles dizem que normalmente fica cheio e ressaltam que estão também trabalhando em um projeto da Prefeitura, através do Plano Municipal de Cultura, que leva sua arte a 8 comunidades da região, e que inclusive em breve eles iriam a uma delas ainda naquele dia, o que pode ser importante para conseguir chegar de fato a essa parcela da população que não está nos espaços públicos como a Praça da Liberdade.

Alguns pontos devem ser levados em consideração nessa análise: o Palácio Quitandinha fica afastado do Centro Histórico, contando com alguns bairros pobres no entorno, mas as residências mais próximas são abastadas, afinal o bairro como um todo foi afetado pela construção do Palácio, que visava transformar toda a região em um grande complexo de veraneio. Entretanto, alguns bairros pobres se formaram próximos nos tempos seguintes. O acesso de transporte público é difícil, principalmente aos domingos, quando a frota de ônibus é reduzida, o que torna necessário um carro pra ter acesso facilitado ao local. Além disso, o espaço fica a cerca de 20 minutos do Centro e não tem ligação direta com o Bingen, bairro onde está localizada a rodoviária de Petrópolis. Já a Praça da Liberdade fica bem no Centro Histórico, rodeada pela Catedral São Pedro de Alcântara e alguns prédios abastados. Possivelmente um dos metros quadrados mais caros da cidade, mas apresenta acesso facilitado a pé, por sua localização e ao mesmo tempo atrai turistas por estar entre os locais mais nobres da cidade. A Casa de Santos Dumont e um dos prédios da Universidade Católica de Petrópolis também estão próximos. Trata-se portanto de uma praça com potencial turístico e localizada entre residências abastadas. Esses fatores podem influenciar no perfil dos frequentadores.

O que se percebe tanto em relação à Praça da Liberdade quanto no Palácio Quitandinha é uma vivência peculiar da cidade, compreensível, se entendidos os processos que a ocasionaram: uma vez que a cidade era composta de casarões de nobres em cujo espaço

somente convidados eram bem-vindos, os espaços públicos são pouco ocupados de forma espontânea, e mesmo quando são, não o são por todos os públicos. Em espaços suntuosos, como o Palácio Quitandinha, hoje administrado pelo Sesc RJ, é compreensível que as pessoas menos abastadas se intimidem, mas quando se trata da Praça da Liberdade, cujo acesso é aberto e o perfil de público se mantém, é possível que haja um problema na relação das pessoas menos abastadas com a cidade como um todo, principalmente com o Centro Histórico.

O terceiro espaço analisado durante o trabalho de campo foi o Parque Municipal de Itaipava. Por volta das 16h, do dia 3 de novembro de 2019, o espaço contava com um número maior de pessoas que o Palácio Quitandinha e a Praça da Liberdade. Devido ao tamanho do espaço e à distribuição das pessoas, não era possível uma contagem, mas podemos estimar a presença de mais de 200 pessoas. O perfil segue sendo predominantemente de famílias com crianças, algumas fazendo piqueniques, outras andando de bicicleta, crianças brincando nos parquinhos e pessoas de todas as idades praticando esportes e buscando sombra nas árvores do parque. Vendedores ambulantes aproveitam o movimento para vender balões, lanches, algodão doce, sacolés e alugar brinquedos infláveis para algumas crianças, já que a maioria brinca na imensidão do parque e nos parquinhos gratuitos. O espaço oferece locação de bicicletas, para quem não levar a sua e a ciclovia convida até os menos habilidosos a arriscarem ao menos uma volta. Quadras esportivas são utilizadas pelas crianças e adolescentes andam de skate numa pequena pista recém construída.

O que mais chama atenção no parque naquele domingo é justamente uma diversidade maior de público. Eventualmente, o espaço recebe eventos, abertos e fechados, sendo o principal deles a Exposição Agropecuária, realizada anualmente entre o fim do mês de abril e o início de maio, o que faz inclusive com que o parque seja popularmente conhecido como “Parque da Exposição”. O evento começou na década de 1990, com grandes shows e patrocínios, chegando mesmo a parar o trânsito da cidade com grandes públicos ao receber artistas famosos à época. Após alguns anos de declínio no início dos anos 2010, o evento voltou a ser tradição, mas com ingressos mais caros e áreas divididas em camarote e pista, como se vê em outros eventos. Além dos shows, é instalado um parque de diversões, barracas de comidas e bebidas se espalham pelo parque e animais como cavalos, bois, pássaros e afins são comercializados na Feira Agropecuária. Além da tradicional exposição, o parque passou a

receber nos últimos anos grandes shows de cantores sertanejos e festivais de música alternativos normalmente fechados e pagos, e também festivais de cervejas artesanais, encontros de carros antigos, atrações do Festival Sesc de Inverno, entre outras festividades com entrada gratuita.

Mas naquele domingo especificamente não havia nenhum evento especial. Apenas o sol e os espaços de lazer já oferecidos no espaço. E as pessoas que frequentavam pareciam à vontade, desde os trajes até os comportamentos. Levavam de casa seus lanches e brinquedos, toalhas de mesa, cangas, ouviam música, comemoravam aniversários e deixavam suas crianças brincarem livremente. Os frequentadores ainda eram predominantemente brancos de classe média, mas ali esses traços pareciam estar em menor proporção. Talvez estivéssemos diante do espaço público de lazer mais abrangente da cidade. E por um acaso, esse espaço é recente, existe há pouco mais de 25 anos. Localizado em um distrito que representa o maior eixo de crescimento da cidade nesse período, o parque não apresenta muitas referências históricas e temporais. Encontrava-se inclusive com banheiros sujos, asfalto da ciclovia degradado, gramado queimado e poderia ter o espaço imenso que abarca aproveitado de forma mais qualificada. Mas, ainda assim, aquele é o território escolhido por diversas famílias metropolitanas para passar o domingo. E isso pode nos dizer que as pessoas preferem a simplicidade à suntuosidade, mas também pode nos ajudar a compreender uma outra questão: de construção mais recente, a lógica do parque possivelmente dialoga mais com a realidade das pessoas. Mas, será que essa percepção do local e essa frequência de público muda quando tem evento?

Um exemplo pode ser percebido observando a movimentação do Festival Sesc de Inverno 2018, no Palácio Quitandinha. O imóvel foi construído nos anos 1940 para ser um cassino, com vistas a transformar a região em um grande polo de férias. Suntuoso e fechado durante muito tempo, o prédio desperta reações diversas no público. Ao mesmo tempo em que aparecem pessoas de classes mais abastadas, saudosas dos tempos áureos do Hotel Quitandinha, afoitas pela visita e cheias de histórias contadas por seus familiares, se percebe um certo receio por parte das pessoas menos abastadas em adentrar aquele espaço, chegando as mesmas a ficarem somente na área externa até se certificarem de que é, de fato, permitida a entrada de todos.

Ao que parece, quando o local parece suntuoso demais, as pessoas duvidam que possam entrar sem pagar. A impressão é que a população menos abastada só se sente no direito de ocupar certos espaços se pagar por isso. Embora haja eventos gratuitos, como o Festival Sesc de Inverno, que oferecem uma diversidade de atividades gratuitas e a preços populares, mas que acabam alcançando mais as pessoas de classe média alta, conforme nos mostra uma pesquisa de público realizada pela instituição na edição de 2019:

Figura 12 - Perfil de público do Festival Sesc de Inverno.



Fonte: Pesquisa de público do Festival Sesc de Inverno, 2019.

Porque as pessoas menos abastadas têm esse comportamento? Em que proporção da cidade elas realmente se sentem à vontade? Qual seria a condição para que se sentissem imediatamente pertencentes? Todo esse processo de formação imperial, em formato semelhante a uma vila, seguido por um outro processo de gentrificação, após o fim do império, perpetuada pela expansão do veraneio e pela fuga da violência urbana pelas classes mais abastadas da cidade do Rio de Janeiro, leva ao cenário perfeito para que cada cidadão se feche em seus núcleos, familiares, religiosos, profissionais, sem muito se interessar ou interagir pelo ambiente externo, reforçando um modelo de vida individualista, consumista e pouco afeita a questões de ordem coletiva. Mas, será que são esses os anseios do petropolitano

atual? Como podemos reivindicar o direito à cidade, uma vez que naquela cidade, ele parece ser pouco plenamente exercido.

Capítulo 3 - E Se Petrópolis fosse nossa? Uma análise sobre o Direito à cidade com base nos grandes eventos locais

Até aqui, analisamos o processo de formação e tentamos compreender a dinâmica atual de uma cidade fundada por interesse de um imperador em um período já de crise do próprio império e desenvolvida sempre com base nesse passado, do qual herdou sua vocação turística e de veraneio. Entretanto, percebemos um pequeno paradoxo: onde ficam as necessidades da população local nas prioridades dessa cidade, tão preocupada com a estética e o status? Quem exerce, de fato, o direito de existir e de ocupar esses espaços e com base em que paradigmas ou elementos?

Em 1968, o sociólogo francês Henri Lefebvre escreveu “O Direito à Cidade”, no qual discute como chegamos ao modelo de cidade que tínhamos no século XX, problematiza as abordagens já existentes sobre a Cidade nas áreas de História, Sociologia e Filosofia, levanta a necessidade de uma ciência que tenha como objeto a Cidade, como um todo e não como parte de um processo, questiona o urbanismo que se atém mais à forma do que às necessidades da população e chama a atenção para o quanto a industrialização leva à urbanização e o quanto as desigualdades se fazem evidentes à medida que a sociedade de consumo se desenvolve.

A crítica de Lefebvre vai muito além de uma cidade específica, ela se estende a todo um modelo de desenvolvimento urbano e a todos que se sentem por ela contemplados, chamando a atenção para a segregação e as necessidades da população como um todo, principalmente das classes mais pobres, que ele abarca no conceito de classe operária, por considerar um cenário de cidade resultante e resultado do processo de industrialização. Em Petrópolis, esse processo existiu e influenciou em muito os locais em que as indústrias se instalaram entre o fim do século XIX e meados da década de 1970, quando se inicia um

processo de desindustrialização que deixa consequências até hoje na economia da cidade, que a partir de então se viu dependente do turismo, comércio e serviços. Por isso, nesse caso chamaremos de classe trabalhadora, considerando que somente 28% da população trabalhava formalmente, segundo o Censo de 2017, com média salarial de 2.3 salários mínimos e que 30,4% da população ocupada apresentava rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Ou seja, cerca de 72% da população vive de trabalhos informais ou é dependente de outras pessoas. Um cenário um tanto quanto diferente do que vem à mente, quando se fala em Cidade Imperial, mas muito semelhante à média das cidades brasileiras.

Lefebvre descreve a Cidade como “um centro privilegiado, núcleo de um espaço político, sede do Logos e regido por ele diante do qual os cidadãos são ‘iguais’, com as regiões e repartições do espaço tendo uma racionalidade justificada diante do Logos (por e para ele).” (LEFEBVRE, 1968, p. 38) Entretanto, sabemos que dentro de um contexto de sociedade capitalista, as cidades vêm seguindo dinâmicas cada vez mais desiguais. E isso não é exclusividade dos nossos tempos. Naquele contexto, Lefebvre se atém às segregações geradas dentro do contexto urbano industrial, entre quem detém os meios de produção e os trabalhadores que produzem as mercadorias e reivindica que a cidade seja movida pelas necessidades do proletariado. Ele chama a atenção para os conceitos de valor de uso e valor de troca, aplicados ao espaço urbano, chamando a atenção para a necessidade de que as cidades sejam mais pautadas no valor de uso, ou seja, no cotidiano das pessoas que ali habitam e em suas necessidades, do que no valor de troca, que seria o “quanto” se precisa ter para ocupar aquele espaço.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível em direção ao dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é um valor de uso e o produto é um valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 1968, p. 12)

Se o uso principal da cidade são as festas, temos aqui um universo considerável para avaliar. Nos últimos anos, Petrópolis tem incluído em seu calendário alguns eventos que movimentam a economia local e dizem muito sobre os valores de uso e de troca do espaço urbano. A Bauernfest - Festa do Colono Alemão, realizada sempre na última semana de junho e primeira semana de julho; o Festival de Inverno, realizado normalmente no mês de julho, ocupa pontos turísticos como o Palácio de Cristal, o Palácio Quitandinha e espaços de lazer, como o Parque Municipal, em Itaipava; e o Natal Imperial, que ilumina e espetaculariza as ruas e os espaços culturais da cidade até mesmo com desfiles representações como se o Imperador passasse cumprimentando o público. Outros eventos menores, voltados para o público cervejeiro, também são realizados ao longo do ano. Mas, vamos nos ater a esses três, devido à grande proporção que tendem a tomar e à mobilização que geram, tanto nos agentes públicos e gestores locais, quanto no comércio e nos serviços.

Figura 13 - Palácio de Cristal durante a Bauernfest.



Fonte: Diário de Petrópolis, 2019.

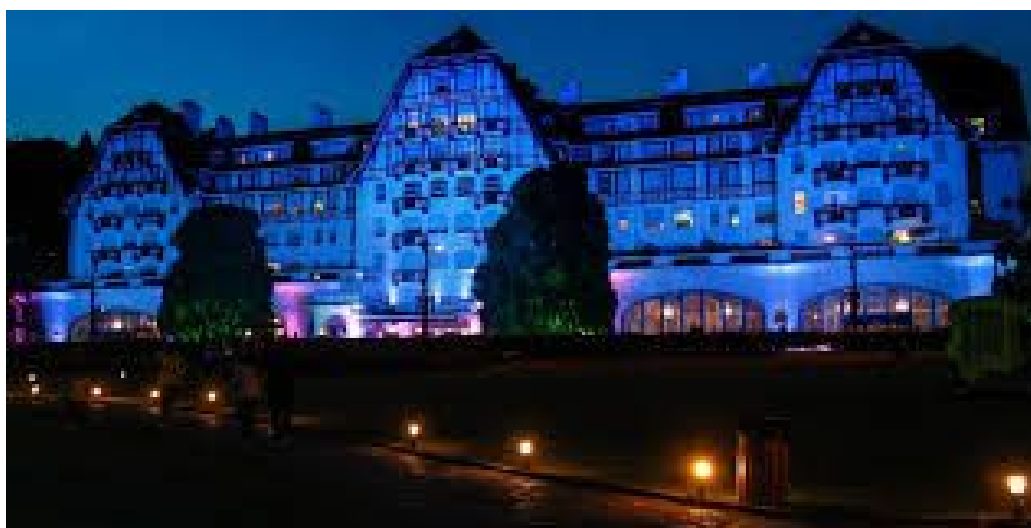
A Bauernfest, Festa do Colono Alemão, acontece na cidade desde 1989 e tem por objetivo homenagear os imigrantes alemães trazidos para a cidade pelo Império, a fim de suprir as necessidades da Villa Imperial, então em construção. Ao longo dos anos, famílias desses imigrantes organizaram festas e quermesses nos bairros em que se alocaram, como uma forma de retorno às origens. Em 1983, eles formaram um clube para reunir os descendentes da colônia e a partir de então começaram a organizar anualmente um festival germânico. A partir dos anos 90, o evento ganha o apoio da Prefeitura, e nos anos 2010, com a reabertura da Cervejaria Bohemia, que foi a primeira cervejaria do país, originando o Museu da Cerveja, por iniciativa da Ambev, a festa ganha um enorme destaque, passando a mobilizar milhares de turistas em direção à cidade nas semanas da comemoração.

O evento acontece normalmente nas proximidades do Palácio de Cristal, na Praça da Confluência, em que se encontram os rios Piabanha, Palatinato e Quitandinha, e por coincidência, há uma praça alemã com o mesmo nome, daí o estabelecimento do local como ponto de encontro. Nos últimos anos, alcançou o status de segundo maior evento de cultura alemã do Brasil, ficando atrás apenas da Oktoberfest, realizada em Blumenau - Santa Catarina, e o mais importante do Sudeste. Além da tradicional culinária alemã, a festa conta com desfiles que celebram a abertura e encerramento da festa, grupos de danças folclóricas de Petrópolis, corais e bandas e cervejas diversas.

Em 2020, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, o evento teve apenas uma edição virtual. Segundo os organizadores, a última edição, que comemorou os 30 anos da festividade, movimentou cerca de R\$ 55 milhões na cidade. Mas, a festa tem, cada vez mais, tomado um caráter turístico. Um dos maiores problemas relatados pelos moradores durante o período é o trânsito, que tende a ficar caótico. Alguns petropolitanos brincam com o fato de que vão só para circular, uma vez que as comidas e bebidas são caras. Outros preferem nem arriscar sair de casa para não ficarem presos no trânsito.

O fato é que a maioria dos petropolitanos que frequentam a Bauernfest são moradores do Centro e bairros próximos. No mais, a festa acaba sendo uma pedida melhor para turistas do que para moradores dos distritos, que em sua maioria somam a alta dos preços com o trânsito caótico e preferem ficar em casa. Há também os que relatam que a festa era boa em suas primeiras edições, que chegaram a ter até mesmo caminhão de chopp gratuito e que atualmente ficou cara e “perdeu a graça”. Há também os que amam a festa e adoram o fato da cidade ter uma colônia alemã. Mas, de acordo com a quantidade de turistas atraídos e a média de preço das comidas e bebidas, a festa mantém certa elitização do uso do espaço, e portanto agrega mais à cidade em valor de troca do que em valor de uso.

Figura 14 - Palácio Quitandinha com iluminação especial no Festival Sesc de Inverno.



Fonte: Portal Acontece em Petrópolis, 2019.

Quando se trata de Festivais de inverno, a cidade tem não uma, mas duas festas a considerar: o Festival Sesc de Inverno, realizado desde os anos 2000, com programação cultural multilinguagem, variando de edição em edição os espaços ocupados, com programação sempre especial no Palácio Quitandinha desde 2009, quando o espaço foi adquirido pelo Sesc RJ, e o Festival Dell'Arte, com programação cultural um pouco mais erudita, ocupando locais como o Palácio de Cristal, o Museu Imperial e a Catedral. Ambos

não foram realizados em 2020, devido à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, tendo apenas versões on-line. Entretanto, podemos considerar aqui os resultados das suas últimas edições.

Em 2019, o evento do Sesc RJ contou com mais de 750 horas de atividades, divididas entre Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Duas Barras. A maioria das atrações eram gratuitas, exceto os grandes shows que pediam doações de alimentos em troca de ingressos. Desde que passou a integrar a programação, o Palácio Quitandinha passou a concentrar a maior parte da programação na cidade, posto que nas últimas edições tem dividido com o Parque Municipal de Petrópolis. Pela importância patrimonial e tamanho do prédio, o festival se torna uma grande oportunidade de ocupá-lo com atividades diversas, o que tem se consolidado ano a ano. A iluminação do espaço no período de festival também chama a atenção do público e tem virado uma das marcas do evento. Entretanto, o maior público da edição 2019 foi registrado em Petrópolis, com o duo AnaVitória, que lotou o Parque Municipal de Itaipava. Entretanto, outras atrações de peso como Jota Quest e Pitty não tiveram o mesmo êxito no ano anterior, mesmo com entrada gratuita. O que se percebe ao frequentar o festival é que o público local, em Petrópolis, ainda é tímido para comparecer ao evento, ele comparece mais aos eventos de música em espaços abertos, mas não necessariamente às outras linguagens, como artes cênicas, literatura, etc. Sendo o festival multilinguagem é interessante observar como o público não se apropria necessariamente de todas as linguagens, o que pode fomentar inclusive ações para promover essa aproximação do público em relação às linguagens menos procuradas. Para além disso, nesse caso talvez possamos ir além do festival e pensar como, não só em Petrópolis, certas linguagens artísticas ainda passam uma certa ideia de recorte de classe, de atividade que demanda distinção para saber apreciar, de “coisa para quem pode”. Mesmo quando a atividade é gratuita, muitas vezes o público não se sente à altura da atividade oferecida, talvez por não estar habituado com aquele tipo de manifestação ou linguagem artística. O Festival Sesc de Inverno seria, então,

uma excelente oportunidade de democratizar esse acesso à arte em suas diversas linguagens, dentro de uma cidade como Petrópolis, ainda carente desse tipo de atividade, entretanto talvez ele esbarre nas barreiras invisíveis de classe ali estabelecidas no que se refere ao lazer e ao entretenimento.

Segundo pesquisa de público do próprio Sesc RJ, a maioria das pessoas que frequentam é de classe média. Resta a dúvida: se mesmo colocando grandes atrações de forma gratuita, o que falta para que a ocupação do evento seja mais plural (ao menos em termos de renda)? Talvez o problema não esteja na organização do evento em si, e sim na lógica já retratada aqui, de que grandes eventos na cidade normalmente são mais voltados para turistas que para os moradores.

Figura 15 - Perfil de público do Festival Sesc de Inverno.



Fonte: Pesquisa de público do Festival Sesc de Inverno, 2019.

Já o Festival Dell'Arte de Inverno foi cancelado em 2019, sob argumento de que a verba de R\$ 150 mil disponibilizada pela prefeitura naquele ano seria insuficiente. Tradicional no município, o Festival da Dell'Arte ocorre anualmente no mês de julho desde 2000, com

programação em espaços abertos ao público, como a Catedral São Pedro de Alcântara, o Museu Imperial e o Palácio de Cristal. Em 2018, o Festival ocupou também o Theatro D. Pedro, Centro Cultural Raul de Leoni, Casa Stefan Zweig e Praça da Liberdade, com 10 dias de eventos totalmente gratuitos. Não há dados divulgados sobre o público, mas as atrações têm um recorte mais erudito, trazendo música clássica, corais e outros gêneros como o chorinho. Segundo Myrian Dauelsberg, fundadora do Instituto Dell'Arte, Petrópolis tem uma vocação cultural e eventos como o Festival de Inverno impulsionam a economia e trazem benefícios para a cidade, porque movimentam toda a cadeia produtiva.

Figura 16 - Papai Noel cumprimenta o público no Natal Imperial.



Fonte: G1, 2018. <<https://g1.globo.com/>> /Divulgação/Prefeitura de Petrópolis

A terceira festa da nossa análise será o Natal Imperial, que tem ganhado grande destaque nos últimos anos. Em 2019, foram 60 dias de festa, com início da programação em novembro e encerramento somente em janeiro de 2020. A proposta é que a cidade se torne um mundo mágico de Natal com toda a iluminação e decoração do Centro Histórico e de uma

programação cultural que vai desde atrações musicais e de teatro a desfiles temáticos na Rua do Imperador. O principal palco das apresentações foi o Palácio de Cristal, que também se transformava na Casa do Papai Noel, com atividades para toda a família.

Entretanto, em fevereiro, a Tribuna de Petrópolis noticiou que os gastos com o Natal Imperial não haviam refletido a arrecadação de ISS no período, chamando a atenção para o fato de que a Prefeitura não havia divulgado os valores gastos. Segundo o jornal, em dezembro de 2018, a cidade arrecadou R\$ 197.198.000,00 em ISS de hotéis, pousadas e hostels, valor que não superaria em muito os meses de baixa temporada, e portanto não justificaria os gastos com o evento. Ao veículo, o economista Marcelo Scistowicz disse que somente o dobro da arrecadação daria o evento como satisfatório para os cofres públicos. Um levantamento do jornal, chegou ao valor de R\$ 4.978.000,00 em licitações para o Natal Imperial, sendo somente R\$ 1 milhão proveniente de verba específica do IMCE (Instituto Municipal de Cultura e Esporte).

A edição de 2018 já havia sido alvo de uma CPI na Câmara Municipal, após denúncias de artistas, fornecedores e produtores que, em março de 2019, ainda não haviam recebido cachê sobre suas participações. Foram constatadas irregularidades nas contratações, porém as investigações foram embargadas pela Justiça em outubro do mesmo ano, sob alegação de imprecisão nas denúncias apresentadas. O juiz Cleber Ghelfenstein solicitou novas investigações. Mas, a CPI culminou na demissão do então presidente do Instituto Municipal de Cultura e Esportes, Leonardo Randolpho.

A festa, de cifras milionárias, é motivo de orgulho para os governantes, que inclusive ostentam os gastos e criam expectativas em relação à edição seguinte. Mas, assim como na Bauernfest, o trânsito volta a ficar caótico, já que os desfiles fecham as ruas do Centro Histórico e congestionam todo o entorno, o que não seria um problema se a festa não fosse predominantemente frequentada por turistas e/ou se a cidade organizasse um esquema de

transporte público eficiente ao menos para os moradores, que nesse caso também parecem se mobilizar para frequentar. Um dos pontos altos do desfile, pode reforçar inclusive o patrimonialismo e o apego da cidade com seu passado imperial: em certo momento do desfile de Natal, simula-se um ato em que atores interpretam a Família Imperial, em carruagens e interagindo com o público, o que costuma ter grande repercussão positiva entre moradores e visitantes. Um retrato literal da teatralização da cidade em torno da aura de cidade européia e imperial.

Figura 17 -Ator caracterizado como imperador desfila em carruagem elétrica no Natal Imperial.



Fonte: Diário do Turismo, 2018. <<https://diariodoturismo.com.br/>>

Mais uma vez, é preciso perguntar, após 177 anos de fundação: a cidade é de quem? As festas aqui analisadas são realizadas na perspectiva dos grandes eventos, são megaproduções, com grandes patrocínios e um objetivo em comum: movimentar a economia através da atração de turistas. Se não nessas festas, em que momento o cidadão exerce seu direito a ocupar a cidade em que vive para alguma atividade além do trabalho, do deslocamento e da satisfação de suas necessidades básicas, como as compras de

supermercado? Há festas populares? Sim. Mas, seguindo a tendência de gentrificação e da perda de tradições construídas por antigos moradores, elas vêm diminuindo a cada ano.

O problema é acabar com a divisão “cotidianidades-lazeres” ou “vida cotidiana-festa”. O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada. Assim se formula um dos objetivos estratégicos (que aliás consiste apenas na formulação daquilo que se passa hoje, sem graça nem esplendor, nas cidades em que festividades ou festivais tentam muito sem jeito recriar a Festa). (LEFEBVRE, 1968, p. 128)

Nos anos 2010, foi criado um festival chamado Solstício do Som, inspirado no festival francês *Fête de La Musique*, que ocupava a Praça da Liberdade a cada mudança de estação com artistas locais, sempre em fins de tarde e inícios de noite. Entretanto, moradores do entorno da praça reclamaram junto à prefeitura até que os organizadores não conseguissem mais a licença para realizar o evento. Após ficar sem acontecer em 2018, o festival voltou em 2019 em um espaço privado, porém com entrada franca.

No mesmo período em que acontece a Bauernfest, também acontece uma das poucas festas de bairro tradicionais ainda existentes: trata-se da Festa de São Pedro, realizada nos últimos dias do mês no distrito de Pedro do Rio. Distante das tradições alemãs, a festa junina conta com barracas e comidas típicas e costuma ser a eleita dos moradores de lá e dos bairros mais próximos. Possivelmente, a festa de São Pedro poderia nos dizer mais sobre o valor de uso daquele espaço por parte dos moradores do que a festa direcionada a colonos e frequentada por turistas. Porém, por não ser um evento oficial badalado, essa análise somente poderia ser feita a partir de um trabalho de campo presencial, que não foi possível, já que a festa não aconteceu em 2020, também devido à pandemia.

Na análise de Lefebvre (1968), é possível perceber que existem cidades em diferentes tempos e espaços, e que o seu desenvolvimento depende de uma série de fatores sociais, econômicos e políticos. O autor menciona as cidades gregas, as cidades orientais, as cidades

medievais e discorre sobre as características de cada modelo de cidade. Ao tratar da cidade grega, o autor ressalta que aquele é tido como um modelo ideal por muitos urbanistas, mas que tem problemas como a liberdade restrita aos escravos e às mulheres, e que portanto não devemos nos basear em modelos do passado. Ao tratar das cidades orientais, Lefebvre chama a atenção para a organização dessas cidades voltadas para a ordem, a organização, normalmente pautados nas figuras centrais de imperadores, reis e afins. Ao citar as cidades medievais, o autor parece compreender a verdadeira origem das cidades ocidentais atuais, uma espécie de gênese do sistema capitalista. Segundo ele, foi nesses espaços criados a partir da exclusão do meio feudal, é que nasceram ofícios como as manufaturas, criaram-se novas formas de negociar e novas dinâmicas, que possibilitaram a existência das chamadas profissões liberais. Foram as cidades medievais que possibilitaram a ascensão da burguesia e foi a partir delas que muitas cidades européias se desenvolveram.

Considerando como cenário a cidade de Petrópolis, é preciso levar em conta uma série de particularidades. Para começar, se trata de uma das primeiras cidades brasileiras a ter um planejamento urbano, ainda que pautado em modelos de cidade europeus, portanto já nasce como um espaço de poder claramente delimitado. Não por acaso, o projeto do que conhecemos hoje como Centro Histórico era chamado de Villa Imperial. Ao que parece, a cidade foi planejada não para ser um centro urbano e sim para ser uma espécie de vila, o que pode tornar seu projeto original muito mais próximo da dinâmica das vilas medievais, voltadas aos interesses dos senhores feudais, aqui representados na figura do imperador e da então elite brasileira.

A fundação de Petrópolis se dá apenas vinte anos após a declaração da Independência do Brasil em relação a Portugal, um momento importante para a definição dos rumos do novo país. O imperador tinha apenas 17 anos e estava no início de seu reinado, iniciado em 1840, após ser emancipado aos 14 anos para assumir o trono, dando fim ao período regencial,

iniciado com a abdicação de D. Pedro I, em 1831. O período regencial foi conturbado e permeado por grandes revoltas de cunho separatista, como a Revolução Farroupilha, já com fins republicanos, em 1836, no Rio Grande do Sul. Pedro II, portanto, já assumia o trono em momento de grande efervescência política. A construção da cidade torna-se estratégica até mesmo para que fosse possível estar fora da capital em momentos de crise.

Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. Convém ressaltar este paradoxo, este fato histórico mal elucidado: sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras. Em seguida, a produção dos produtos substituiu a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na Cidade. (LEFEBVRE, 1968, p. 13)

Vale ressaltar que as cidades medievais, de fato, se desenvolveram fora dos limites dos feudos, onde quem não era nem senhor e nem servo criava uma dinâmica voltada para as manufaturas, as atividades liberais, entre outros serviços. Podemos fazer aqui um paralelo: Petrópolis foi construída com forma de cidade, mas lógica de feudo. Entretanto, talvez o que represente melhor a cidade seja o que se deu fora desses limites, nas áreas hoje compreendidas pelos distritos. A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. (LEFEBVRE, 1968).

O modelo de cidade para a qual foi criada nesse momento, já não é mais o modelo de cidade existente até mesmo na Europa naquele momento, em que a industrialização, vista como chave por Lefebvre, já tomava seu lugar de protagonismo nas cidades européias. O que temos em Petrópolis é um planejamento com base em outra Europa, ainda monarquista e absolutista. Aliás, o exemplo de cidade europeia também construída de acordo com os interesses de um imperador na Europa é São Petersburgo, na Rússia, fundada em 1703 pelo czar Pedro, o Grande, para ser a nova capital, para que o país tivesse relações mais estreitas com a Europa Ocidental, à qual teria acesso facilitado, uma vez que a cidade estaria às

margens do Mar Báltico. Além de demonstração de poder, a construção da cidade tinha um claro interesse político e econômico. Já construída para ser, de certa forma, mais cosmopolita que Moscou, Petersburgo passou por uma série de mudanças desde então, sendo inclusive palco de disputas durante a Revolução Socialista.

Já Petrópolis visava justamente ser para a então Família Imperial um refúgio de verão, com acesso próximo à capital, o Rio de Janeiro. Não há comparação direta entre as duas cidades, separadas por centenas de milhares de quilômetros e 140 anos entre os momentos de História em que foram fundadas. Mas, vale compreender que ambas foram construídas por imperadores em momentos de afirmação política. Não teremos aqui a possibilidade de analisar as possíveis consequências dessa dinâmica na cidade de São Petersburgo, entretanto a análise em menor escala do desenvolvimento petropolitano e de sua atual dinâmica de uso do espaço urbano e suburbano pode nos levantar uma série de questionamentos.

A dinâmica da cidade parece reproduzir até hoje parte da lógica na qual ela foi desenvolvida. Se hoje não há mais imperador, há ainda o pagamento do *laudêmio*, imposto devido à Família Orleans e Bragança pelos proprietários de imóveis na região do Centro Histórico. Segundo matéria veiculada em 27 de novembro de 2014, o pagamento do chamado *laudêmio* (2,5% sobre o preço de mercado do imóvel) tem de ser feito à vista à Companhia Imobiliária de Petrópolis, entidade administrada pelos descendentes de Dom Pedro II. Caso contrário, o comprador – quem, na prática, acaba desembolsando o valor - não recebe a escritura. Na época, um vereador tentava derrubar a taxa, mas não obteve sucesso. Segundo o veículo, naquele ano foram arrecadados R\$ 4 milhões com o imposto, dinheiro dividido entre cerca de 10 membros da antiga família real.

Conhecida como a Taxa do Príncipe, o imposto foi instaurado em 1847, e é pago pelo comprador sempre que um imóvel localizado na região da antiga Fazenda do Córrego Seco muda de dono, tendo prevalecido mesmo após a proclamação da República, que ocorreu em 15 de novembro de 1889. Em agosto de 2020, a revista *Aventuras na História* também abordou o assunto, explicando inclusive sua origem:

Com a intenção de colonizar terras na região da Fazenda do Córrego Seco, em Petrópolis, ele distribuía terrenos para imigrantes alemães. Os estrangeiros eram úteis duplamente para a coroa: não só serviam como colonos, como também eram taxados toda vez que vendessem o lote para outra pessoa. (Aventuras na História, 25/08/2020)

Em 2013, foi proposto um projeto de Lei contra a cobrança, mas ao que parece, em 2020, o projeto ainda aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O autor do projeto se chama Anderson Juliano, é economista, exercia mandato pelo Partido dos Trabalhadores, mas hoje é filiado ao PSDC (Partido Social Democrata Cristão). Seu principal argumento é que o imposto dificulta o desenvolvimento da cidade, ao fazer com que empresas prefiram investir em cidades vizinhas, como Duque de Caxias, que não cobram o imposto. O ex-vereador também atenta para o fato de que o imposto cobra a mesma taxa tanto para imóveis luxuosos quanto para imóveis mais simples, reforçando, segundo ele, as desigualdades sociais. Além disso, Juliano também argumenta que o imposto não é revertido em melhorias para a população. Segundo Luiz Philippe de Orléans e Bragança, o valor tem um investimento específico: a conservação de prédios históricos e públicos de Petrópolis.

É inegável o valor do patrimônio histórico local, entretanto é preciso rever o que Lefebvre classifica como valor de uso e valor de troca dentro da dinâmica da cidade atual. Além do turismo, qual a função exercida por esses imóveis no contexto da cidade? Qual o seu valor de uso para o cotidiano da população local? Ao que parece, sua conservação se justifica somente pelo valor de troca, que beneficia somente aos vendedores e à antiga família real brasileira. Será que não seria mais justo esse imposto ser revertido em melhorias coletivas para a população através da prefeitura, caso ele não seja extinto? Nesse caso, o impasse do laudêmio permeia somente a região do Centro Histórico de Petrópolis, mas o imposto também pode ser cobrado por outras entidades em outros contextos.

Lefebvre aborda o Direito à Cidade como algo inerente ao desenvolvimento das cidades como conhecemos hoje, mas ressalta que, devido às desigualdades envolvidas no sistema capitalista industrial, que ele tem como ponto de partida, esse direito precisa ser conquistado pelas classes desfavorecidas nesse processo, que o autor resume ao proletariado,

mas que no caso da cidade de Petrópolis pode se estender à classe trabalhadora local, como um todo, desde o Império até os tempos atuais.

O proletariado tem essa missão histórica: apenas ele pode por um fim às separações (às alienações). Sua missão tem um duplo aspecto: destruir a sociedade burguesa construindo uma outra sociedade - abolir a especulação e a abstração filosóficas, a contemplação e a sistematização alienantes, a fim de realizar o projeto filosófico do ser humano. É da indústria, da produção industrial, de sua relação com as forças produtivas e com o trabalho, e não mais de um juízo moral ou filosófico, que a classe operária retira suas possibilidades. É preciso virar o mundo pelo avesso; é numa outra sociedade que se realizará a junção do racional e do real. (LEFEBVRE, 1968, p. 40-41).

Partindo desse cenário do centro histórico, político e econômico da cidade é possível compreender a lógica de ocupação mais recente de certas partes da cidade, como Itaipava e Pedro do Rio, que mais se tornaram grandes polos de veraneio ao longo do século XX, e mais recentemente atraem famílias da capital para moradia permanente sob a promessa de maior segurança e qualidade de vida. Esses novos moradores trazem consigo, junto com o maior poder econômico, a velha tradição petropolitana de se pautar sempre por sua elite. Não se deve culpabilizá-los e sim buscar compreender que a cidade precisa considerar também os interesses dos antigos moradores, que em sua maioria passam a enfrentar outros graves problemas com o crescimento da população local: o trânsito, a precarização do transporte público e o aumento do custo de vida. O questionamento que devemos fazer aqui é: porque essas classes têm tanta dificuldade em se mobilizar e reivindicar o seu Direito à Cidade?

Petrópolis foi planeada e construída como capital suburbana do Segundo Império, sendo, adiante, absorvida pela República. Petrópolis foi demarcada como certa espécie de campo de poder - um espaço urbano construído como território, i. e., espaço determinado por relações de poder historicamente delimitadas: um espaço conquistado, distinguido e nomeado por grupamento da sociedade brasileira que buscou estremar a forma da regência do espaço urbano de Petrópolis. A história desse território parece demonstrar uma linha continuada de territorialidade focalizada em determinações exteriores. Se a vilegiatura [veraneio] e a indústria deram no passado o viés forâneo da ordem urbana de Petrópolis, hoje, com o turismo, o fator exterior continua através de uma reconquista territorial levada a cabo por uma coalizão local gerenciada pelo poder público. (AMBROZIO, 2008, p. 3)

Compreender a normalização do uso restrito da cidade por parte da elite e traçar um perfil do petropolitano médio que traga sentido a essa discussão pode não ser tão simples

quanto parece. Quando esse direito não é oferecido como tal desde sempre, ele passa a ser visto como um privilégio restrito a fatores como: ter dinheiro, estar bem vestido, ter conhecimento, entre outros fatores. Segundo Ambrozio (2008), alguns trabalhos já tentaram construir um perfil do petropolitano:

Para Alberto Ribeiro Lamego - em seu "O Halo da Coroa" - Petrópolis somente interessara naquilo que os guanabarininos fizeram da cidade. Todavia, o que Lamego não alcançou, foi a tensão sócio-espacial entre os trabalhadores ou moradores da cidade e um tipo de nobreza cidadina advinda de projeto imperial que fez nascer uma cidade ligada à vilegiatura, atraindo esses mesmos guanabarininos, neste passo confundidos com a própria elite do país que, dir-se-ia, instalara-se em Petrópolis como senhores de domínios residenciais urbanos. (AMBROZIO, 2008, p. 13)

Essa tensão socioespacial se torna parte inerente da dinâmica da cidade, ao mesmo tempo em que se torna quase imperceptível a quem mora na cidade ou passa a morar, de tão naturalizada que está, dada a baixa auto-estima do petropolitano, retratada por Ambrozio (2008), que ora podemos encontrar na postura do cidadão que simplesmente não frequenta certos espaços, ora no posicionamento do morador que, para frequentá-los, se apropria de uma série de fatores como o poder de consumo ou o conhecimento intelectual, ora na postura do morador que simplesmente vai embora da cidade por não suportar aquela tensão e não compreender as razões de não se encaixar, ora na postura do morador que fica, mas sempre que pode reclama que a cidade não tem nada a oferecer, referindo-se a programações culturais, noturnas e afins. Todas essas formas são adaptações e reações a um espaço, por vezes, sutilmente hostil a quem deveria ser inteiramente acolhedor.

Se considerarmos a cidade como obra de certos 'agentes' históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu 'produto'. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma 'natureza', um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. (...) Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, arquitetônico, e por outro lado o 'urbano', realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (LEFEBVRE, 1968, p. 54)

É a realidade social que precisa se fazer nítida para boa parte da população metropolitana, aparentemente encantada com a teatralização bem sucedida daquele espaço, é possível que, por vezes, essa mesma população esteja mais preocupada em se esforçar para “merecer” o direito à cidade, numa lógica semelhante ao discurso meritocrático que vem tomando conta dos discursos corporativos e midiáticos, do que em reivindicar esse direito. Não é que as pessoas pensem que não “merecem”, na verdade elas querem “merecer” mais do que alguém próximo, já que sempre vão se sentir menos merecedoras desse direito do que as classes mais abastadas, que se manifestam na presença e atração constante dos veranistas ou novos moradores e visitantes. Afinal, se a cidade só tem economia aquecida com a presença desses elementos, a população local se sente, de certa forma, dependente deles. E, portanto, submissa aos seus desejos. Adaptando aos valores dos setores de turismo, comércio e serviços: o cliente tem sempre razão. Então, estaria essa cidade se pautando nessa lógica?

Formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado) agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode reconstruir e dominar. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações. Considerada em seu movimento histórico, em seu nível específico (abaixo e aquém das transformações globais, porém acima das relações imediatas localmente enraizadas, frequentemente ligadas à sacralização do solo, portanto duráveis e quase permanentes na aparência), a cidade passou por períodos críticos. Desestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre trazidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir. Não do supra-sensível, mas de um outro nível. Atos e agentes locais marcaram a cidade, mas o mesmo fizeram as relações impessoais de produção e de propriedade, e por conseguinte as relações entre as classes e as relações de lutas de classe, portanto as ideologias (religiosas, filosóficas, isto é, éticas e estéticas, jurídicas, etc). (LEFEBVRE, 1968, p. 60-61).

Certo é que se o Brasil como um todo foi formado dentro de uma lógica colonial e servil, algumas regiões podem ter sido mais ou menos impactadas por essas questões ideológicas. No caso de Petrópolis, é como se o título de Cidade Imperial, eleita do então Imperador, da elite e depois de muitos de seus sucessores fez com que a cidade se desenvolvesse muito apegada a essa lógica, que afinal parecia lhe favorecer perante o país, lhe dando até mesmo o status de capital do Estado do Rio de Janeiro por cerca de oito anos, entre 1894 e 1902.

Esses tempos são, até hoje, tidos como gloriosos e saudosos por uma camada da população, camada esta que ainda detém as tomadas de decisão na cidade e procura perpetuar essa mentalidade, ensinando até mesmo a história local por um viés altamente suntuoso e atraente nas escolas locais em uma disciplina denominada História, Geografia e Turismo de Petrópolis. A disciplina é oferecida a alunos de 11 a 15 anos da rede municipal e embora pareça somente uma tentativa de reforçar a importância da história local, pode ter um caráter ideológico, ao reforçar justamente a ideia de uma cidade servil, dependente de seus visitantes e subordinada a uma elite que a elege como refúgio, mas pouco afeita às necessidades de sua própria população como algo natural, inerente à sua história e tradições.

Por outro lado, a chegada de novos moradores poderia abalar essa façanha, uma vez que os mesmos não teriam nascido naquela lógica e poderiam criar novos usos e experiências da cidade a partir de sua chegada. Entretanto, muitos desses moradores também ficam fascinados com as belezas arquitetônicas e patrimoniais e, embora se sintam mais legitimados a frequentar e utilizar esses espaços, não necessariamente abrem caminhos para que outros moradores também ocupem esses espaços. “O imaginário é também um fato social.” (LEFEBVRE, 1968, p. 127) Afinal, para esses antigos moradores, os novos ainda podem ser vistos como uma espécie de “veranistas alocados”, moradores ocasionais mas que são diferentes e têm mais direito a ocupar certos espaços que eles devido a seu poder aquisitivo ou ao conhecimento intelectual. E assim, novos processos se criam a partir da chegada de novos moradores, mas os moradores antigos seguem não sendo prioridade nem para si e nem para os gestores e agentes locais.

Se a cidade aparece como um nível específico da realidade social, os processos gerais (dos quais os mais importantes e os mais acessíveis foram a generalização das trocas comerciais, à industrialização em tal contexto global, a constituição do capitalismo comercial) não se desenrolaram acima dessa mediação específica. Por outro lado, o nível das relações imediatas, pessoais e interpessoais (a família, a vizinhança, as profissões e corporações, a divisão do trabalho entre as profissões, etc) só se separa da realidade urbana por abstração; o trabalho correto do conhecimento não pode mudar essa abstração em separações. A reflexão põe em evidência as articulações para que as decupagens sigam as articulações e não para desarticular o real. Evitar a confusão numa continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas, esta é a regra metodológica. Por conseguinte, o estudo das articulações entre os níveis da realidade permite por em evidência as distorções e defasagens entre esses níveis, e não dissolvê-las. (LEFEBVRE, 1968, p. 54).

Com um imaginário carregado de valores elitistas e um espaço que legitima estruturas de poder desde a fundação da cidade até os dias atuais, o que parece é que os níveis de

realidade petropolitanos estão carregados de distorções e defasagens nem sempre tão evidentes à sua população. Sendo uma das principais esse apego ao passado, ainda que sem apropriações e adaptações no presente, como se uma certa “magia” não pudesse ser quebrada. O que parece é que o Império retratado em Petrópolis mais se assemelha aos contos de fada do que à História oficial do país, colonizado por um país europeu e declarado independente do mesmo por interesse da própria Família Imperial, que desejava se estabelecer por aqui e desenvolver esse território como um novo reino ao invés de voltar a Portugal ou manter-se subordinada à antiga metrópole.

Em meados de 1843, época da fundação de Petrópolis por D. Pedro II, já havia no Brasil movimentos que reivindicavam que o país fosse uma república independente. Mas, diante do desenvolvimento proporcionado àquela região pelo estabelecimento da residência de verão dos monarcas se formou ali um grande refúgio até mesmo ideológico, já que a população local se sentia lisonjeada com presença tão ilustre. Essa aura de “principado” parece nunca ter morrido na cidade, ficando essa ideia de privilégio do refúgio repassada aos veranistas que continuaram elegendo a cidade como segunda residência mesmo após a proclamação da República. Ou seja, o desenvolvimento da cidade em muito se limitava aos interesses dessa população flutuante, até mesmo o período de atividade industrial na região foi sempre subordinado às indústrias da capital. Porém, para essa camada, Petrópolis era somente uma estação de férias, uma moradia ocasional. E para quem a habitava durante todo o ano ou toda a vida, o que sobrava?

Aparentemente o resultado dessa dinâmica foi uma cidade esvaziada de sentido ao longo dos anos e portanto teatralizada, apegada ao *status* de eleita do imperador e da elite, que ao não flexibilizar a ocupação dos espaços criados por e para essa elite nos momentos em que ela não estava ocupando-o, criou uma certa defasagem espaço-temporal, como se não importasse quantos anos passassem, a cidade sempre guardaria sua dinâmica imperial, gerando nos próprios moradores uma distorção do valor de uso da sua cidade, na qual ele se sente sempre uma espécie de intruso ou anfitrião, nunca um indivíduo livre para circular por todos os espaços, que compõem, antes de mais nada o seu cotidiano. A segregação se faz presente na dinâmica petropolitana, assim como em toda a sociedade brasileira, até os tempos atuais, porém sem necessariamente haver essa consciência coletiva, já que após tantos anos de espaços tão bem definidos, ainda que com barreiras invisíveis, sobre quem deve ou não frequentá-los, quem não o frequenta já não reivindica esse direito, apenas se conforma em

viver nos espaços que lhes cabem: o familiar, o religioso, o pessoal. Mais que um discurso, o que se forma ao longo desses anos é uma ideologia de segregação, existente em maior e menor grau em todos os espaços sociais da sociedade capitalista, aqui aprofundada por essa dinâmica constantemente voltada para a elite e os visitantes e moradores ocasionais.

O que temos em questão aqui não é uma 'globalidade' incerta, é uma ideologia e é a estratégia de classe que utiliza e sustenta essa ideologia. Ao mencionado uso da inteligência analítica se ligam tanto a extrema parcelarização do trabalho e a especialização levada até seus últimos limites (incluindo os estudos especializados dos urbanistas) quanto a projeção na prática, depois de uma espécie de análise 'espectral' dos elementos da sociedade. A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e ideologias) - voluntário (estabelecendo espaços separados) - programado (sob o pretexto de arrumação de plano).

Em todos os países, incontestavelmente, fortes tendências se opõem às tendências segregacionistas. Não se pode afirmar que a segregação dos grupos, das etnias, dos estratos e classes sociais provém de uma estratégia de poderes constante e uniforme, nem que se deve ver nela a projeção eficaz das instituições, a vontade dos dirigentes. Mais ainda, das vontades, das ações preparadas que tentam combatê-la. E no entanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. (LEFEBVRE, 1968, p. 97-98).

Como será que isso influencia nos usos, de fato, do espaço urbano e suburbano da cidade? Como essa dinâmica permite ou nega que parcelas da população construam, de fato, uma dinâmica de uso dos espaços públicos e privados? Onde ficam as liberdades dessa população, que nem mesmo se dá conta se estiver sendo privada de algo, já que a permissão ou negação de uso de cada espaço não é direta nem literal, mas simbólica, ideologizada e tão bem sucedida que é quase tida como intrínseca àqueles espaços. Quais são, afinal, os espaços em que esses usos são mais fluidos?

Por exemplo, ao circular na Praça da Liberdade e depois no terminal rodoviário do Centro Histórico, é possível perceber uma mudança significativa no perfil dos frequentadores. Se na praça os frequentadores parecem todos brancos de classe média, na rodoviária se percebe uma grande quantidade de pessoas mais humildes, indo dos seus trabalhos para suas casas ou igrejas ou casas de parentes. Sendo as praças espaços livres e gratuitos, o que impede essa parcela mais pobre da população de estar também lá?

Por agora, não tentemos saber onde, como, quem e com quem essas estratégias são elaboradas. Constatamos a existência de estratégias, observando-as como orientações significativas. As segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos nem

de conjunturas locais. Contentemo-nos com indicar que o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as 'liberdades' urbanas, para com a realidade urbana, e por conseguinte para com a segregação. (LEFEBVRE, 1968, p. 99).

Mas, conforme nos orienta Lefebvre, essa dinâmica não pode ser tomada como mero efeito nem de acasos e nem das conjunturas locais, como pode ter parecido até aqui. Há tensões sociais envolvidas, assim como há manutenção dessa lógica ao longo dos anos por parte do sistema político. Quem toma as decisões poderia ser considerado simplesmente conivente, caso não fosse parte integrante dessa dinâmica e contemplado por privilégios que, por muitas vezes, até mesmo dificultam a percepção de que é possível mudar essa realidade. Não se trata de inocência ou de falta de intencionalidade e sim de ainda haver, em todo o país, uma forte tendência a eleger representantes que mais se identificam com os privilégios concedidos à elite do que com os direitos que precisam ser reivindicados pelos menos favorecidos.

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 1968, p. 113)

Dentro dessa dinâmica aprofundada existente na cidade, o problema se torna ainda mais grave. Se no Brasil, como um todo, as minorias e classes menos favorecidas já têm poucos representantes, em Petrópolis essa representação é quase nula. Atualmente, a cidade conta com 15 vereadores, sendo apenas uma mulher, e somente dois representantes de partidos de centro-esquerda, mais ligados a alguma política de conciliação de classes. A grande maioria filiada a partidos de centro-direita, portanto mais alinhados com manter os privilégios da elite do que de reivindicar melhorias para a população menos abastada. O prefeito Bernardo Rossi (PMDB) também vem de uma ideologia de centro-direita e, em seu primeiro mandato, governa seguindo a cartilha dos políticos eleitoreiros: aguardou o ano eleitoral para fazer todas as obras e ações de visibilidade, afinal a memória do povo é curta. Para as eleições de 2020, as chapas ainda estão sendo definidas, mas de 14 pré-candidatos apenas três são de partidos de centro-esquerda, uma realidade muito semelhante ao país atual.

Mas, quais são as formas que legitimam essa dinâmica por tanto tempo? Elas são diretas ou indiretas? Como elas podem ser percebidas por diferentes camadas da população? De que forma essas elites se mantêm sempre no controle da dinâmica da cidade, mesmo que a mesma tenha tantos problemas resultantes dessa lógica?

A coerção e a persuasão convergem como o poder de decisão e a capacidade de consumo. Densamente ocupado e habitado pelos novos Senhores, esse centro é mantido por eles. Eles possuem, sem ter necessariamente toda a sua propriedade, esse espaço privilegiado, eixo de uma programação espacial rigorosa. Têm, sobretudo, o privilégio de possuir o tempo. Ao redor deles, divididos no espaço conforme princípios formalizados, há grupos humanos que não mais podem carregar o nome de escravos, nem de servos, nem de vassalos, nem mesmo de proletários. Com que nome designá-los? Sujeitados, encarregam-se de múltiplos ‘serviços’ de uso dos senhores desse Estado assentado sobre a Cidade. (LEFEBVRE, 1968, p. 120)

Se até aqui tratamos a classe trabalhadora informal petropolitana sem uma denominação, podemos compreender que a partir do momento em que a cidade se estabelece economicamente com base no turismo, comércio e serviços essa parcela da população passa a integrar essa massa de “sujeitados”, conforme nos relata Lefebvre (1968). Essas pessoas se vêem completamente dependentes da movimentação de turistas, veranistas e novos moradores por garantirem suas rendas conforme a demanda desses setores, diretamente ligada ao dinheiro trazido por essas pessoas.

Portanto, é problemático em várias esferas que a economia local seja tão dependente desses setores, o que impacta diretamente na auto-estima e na relação dos cidadãos com a cidade, fazendo com que os mesmos introjetem essa mentalidade e passem a sobreviver sem grandes perspectivas, se deixando manobrar com facilidade por interesses que não são necessariamente delas, mas que, por dependerem dos interessados, eles não se sentem nem legitimados a pensar suas demandas e reivindicar os seus direitos de uso do espaço.

Se os habitantes das diversas categorias e ‘estratos’ se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui ou para ali, sob o pretexto da ‘mobilidade social’, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada é mais extensa que outrora, tanto pior para eles. Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). A vida política, nesse sentido, contestará o centro de decisão política ou o reforçará. Esta opção será, no que diz respeito aos partidos e homens, um critério de democracia. (LEFEBVRE, 1968, p. 123)

Capítulo 4 - Por uma nova leitura da cidade: O Petropolitano e os hábitos de uso da cidade nos tempos atuais

Toda cidade é um sistema de mediações, o que estamos tentando nesse capítulo é ler e interpretar as mediações contidas na cidade de Petrópolis que a permeiam e compõem a sua totalidade. Essa leitura se dá numa tentativa de ir além do senso comum e da história contada a seu respeito, considerando as relações sociais ali contidas, as relações de produção e de propriedade, os elementos que delimitam relações e espaços dentro desse sistema. Como toda cidade, esse sistema é complexo, e pode ser repleto de distorções e defasagens, que sustentam ou questionam as relações ali presentes. A cidade é, portanto, um grande texto, que pode ser lido, questionado e interpretado, de acordo com uma série de circunstâncias espaço-temporais, históricas e sociais.

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo, e inapreensível como tal a não ser para a meditação. (LEFEBVRE, 1968, p. 52)

Entre essas mediações, há sempre muitos signos, significantes e significados, que compõem esse sistema, e as interpretações a respeito dele são o que compõe o imaginário, o que se entende por uma cidade. Essas interpretações podem considerar visões de mundo e interesses distintos, e quanto mais uma cidade puder ser plural nesse sentido, mais democrática ela tende a ser. Mas, se esse imaginário é apropriado pela visão da elite, corremos o risco de construir cidades cada vez mais desiguais. Cabe à sociedade como um todo refletir sobre as cidades que habitamos e sobre que tipo de cidades estamos construindo e perpetuando. “A cidade escrita e prescrita, isto quer dizer que ela significa: ela ordena, ela estipula. O que? Cabe à reflexão descobrir” (LEFEBVRE, 1968, p. 54)

Dada essa reflexão, é preciso considerar as realidades envolvidas, para repensar as práticas que compõem aquela cidade, considerando o valor de uso em detrimento do valor de troca, o cotidiano, as vivências diárias e os problemas e soluções necessários para que cada

cidadão tenha liberdade, qualidade de vida, lazer e que possa ter suas necessidades básicas atendidas. Não se recompõe a cidade e o urbano a partir dos signos da cidade, dos semantemas do urbano, e isto ainda que a cidade seja um conjunto significante. A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática. (LEFEBVRE, 1968, p. 101)

Mais do que isso, é preciso recorrer às entrelinhas, ao espaço vivido, ao cotidiano e à subjetividade das pessoas para compreender tais práticas e relações. Para isso, não basta conhecer um processo histórico e tecer análises a partir do que parece mais evidente. É preciso buscar visões individuais e subjetivas para se chegar mais próximo de decifrar o imaginário coletivo, que sempre pode surpreender.

(...) conceber a cidade como um sistema semântico, semiótico ou semiológico, a partir da linguística, da linguagem urbana ou da realidade urbana considerada como um conjunto de signos. No decorrer de sua projeção para um nível específico, o código geral da sociedade se modifica; o código específico do urbano é uma mediação desse código geral, uma versão, uma tradução, incompreensíveis sem o original e o originário. Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto. Escrever sobre essa escrita ou sobre essa linguagem, elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do 'urbano', aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados - a vida sexual e familiar - e que não se manifesta mais nos tête-à-tête), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração. (LEFEBVRE, 1968, p. 61)

Esse imaginário coletivo pode se explicitar nos mais variados contextos, dado que a cidade é um grande sistema, e também pode apresentar muitas faces, de acordo com as condições socioeconômicas do contexto analisado, com a região a ser considerada, com o estilo de vida predominante, entre outros. Ou seja, uma mesma cidade pode ter uma multiplicidade de imaginários coletivos contidos em contextos variados. Todos eles compõem esse grande sistema que é a cidade, podendo se complementar, se contradizer, apresentar tensões. A dialética da cidade se dá nesses imaginários e é através deles que as pessoas estabelecem suas territorialidades, que vão influir diretamente na forma como elas ocupam ou não os espaços ali presentes.

Na verdade, análise semiológica deve distinguir dimensões e níveis múltiplos. Existe a 'fala' da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a 'língua' da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a 'linguagem urbana', que se pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário e derivado no interior do sistema denotativo (empregando aqui a terminologia de Hjemslev e de Greimas). Finalmente, existe a escrita da cidade: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus

muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o emprego do tempo na cidade pelos habitantes dessa cidade. (LEFEBVRE, 1968, p. 70)

Pensando nisso, utilizamos como ferramenta de pesquisa um questionário netnográfico composto por vinte perguntas que giravam em torno de perfil socioeconômico e hábitos de uso dos espaços públicos por parte da população. A pesquisa foi respondida por 632 pessoas, uma amostra considerável da população, mas com alguns recortes.

- Entre os participantes, 76,9% são mulheres, 22,6% são homens e apenas 0,6% se identificou como transgênero;
- No que se refere à faixa etária, 50,8% têm entre 25 e 44 anos, 15,8% têm entre 45 e 54 anos, 16,8% têm entre 55 e 64 anos e 9% têm entre 18 e 24 anos e apenas 7,5% têm mais de 60 anos;
- Quanto à ocupação profissional, 20,9% por cento dos entrevistados se identificaram como autônomos, confirmando a tendência à informalidade no que se refere ao trabalho na cidade; 19,5% se identificaram como professores, 15,7% se identificaram como funcionários públicos e 12,2% se identificaram como profissionais liberais e 12,1% dos entrevistados se identificaram como profissionais da área de Comércio e Serviços. Essas áreas representam juntas 80,4% da nossa amostra. 19,6% se identificaram como profissionais de outras áreas, estudantes ou aposentados, apresentando percentuais menores de resposta em cada atividade;
- Quanto à escolaridade, percebemos que temos uma amostra privilegiada: 60,4% dos participantes declararam ter curso superior completo, 18,7% declararam ter curso superior incompleto, 16,9% declararam ter o Ensino Médio Completo e apenas 3,9% se soma entre os que responderam ter Ensino Médio Incompleto, Fundamental Completo ou Incompleto;
- 62% dos entrevistados declararam ter filhos, enquanto 38% declararam o contrário. Entre os que têm filhos, 44% têm um filho, 37,6% têm dois filhos, 13,6% têm 3 filhos e apenas 4,9% declaram ter mais de 3 filhos;
- Um aspecto muito importante da nossa amostra é que ela é composta majoritariamente (69,8%) por pessoas que moram na cidade desde que nasceram, o que nos dará uma mostra do imaginário coletivo e do uso da cidade desse petropolitano médio. Além desses, 12,7% por cento dos entrevistados declaram ter se mudado depois de adultos,

7,4% declararam ter ido para a cidade ainda crianças e 5,6% declararam ter morado fora da cidade por um tempo e voltado. 4,1% declararam ter se mudado na adolescência e apenas 0,6% declarou ter se mudado já idoso;

- No que se refere aos distritos, 65,5% das pessoas declararam morar no Centro Histórico, o que pode nos dar uma visão recortada no que se refere à vivência fora dessa área, 17,7% dos entrevistados declararam morar em Cascatinha, 12,8% declararam morar em Itaipava, 2,8% em Pedro do Rio e apenas 1% declarou morar na Posse. Portanto, os distritos mais afastados tiveram uma representatividade menor;
- No que se refere a atividades de lazer ou tempo livre, as respostas eram múltiplas, ou seja, era possível marcar mais de uma alternativa. Diante disso, 72,8% declararam ficar em casa quando não estão trabalhando, 52,4% declararam assistir TV, 51,4% declararam cuidar dos afazeres domésticos, 45,7% declararam ler livros em seu tempo vago, 42,9% declararam que costumam visitar familiares, 41,7% declararam ir a eventos locais, 40,8% declararam sair para atividades diurnas, 40,3% declararam ir a restaurantes. Em torno de 30% declararam viajar para outras cidades, ir ao cinema, reunir amigos em casa e estudar. Em torno de 20% declararam sair para programas noturnos, ir a cachoeiras, igrejas ou bares perto de casa. Em percentuais menores, apareceram atividades como ir ao shopping, ir ao clube, praticar atividades físicas, esportivas e culturais.
- No que se refere a tipos de programação preferidas, 52,1% dos entrevistados declararam que, ao sair de casa, preferem programas gratuitos e ao ar livre, 24,5% declararam não se importarem em pagar entrada, 11,9% declararam preferir pagar por eventos diferenciados em locais fechados, 8,1% declararam se disponibilizarem a pagar apenas consumação;
- Havia uma pergunta sobre visitação de pontos turísticos, que visava saber o quanto a população frequentava, de fato, esses espaços. Os pontos turísticos mais mencionados no que se refere a espaços já visitados foram Palácio de Cristal (98,1%), Catedral de São Pedro de Alcântara (95,6%), Museu Imperial (94,9%), Palácio Quitandinha (91,6%), Casa de Santos Dumont (79,3%), Castelo de Itaipava (59,2%) e Casa da Princesa Isabel (44,5%);

As perguntas seguintes eram mais qualitativas, no intuito de buscar um pouco mais das visões subjetivas dos entrevistados, a fim de decifrar parte do imaginário coletivo desses habitantes:

Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. É um grande jogo que se está realizando sob os nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece. (LEFEBVRE, 1968, p. 85)

A ideia dessa pesquisa foi justamente olhar a cidade na perspectiva desses habitantes, um olhar mais atento aos valores de uso, ao cotidiano, àquilo que facilita ou dificulta sua vida, às formas que ele tem de lidar com as diferenças, aos recursos que ele possa vir a encontrar para ter uma vida mais plena. As perguntas desta parte da pesquisa se referem a: o que eles mais gostam na cidade, o que gostaria de ver na cidade com mais frequência, lugar que mais frequenta nas horas vagas, o que acha do título de “Cidade Imperial”, quantas vezes saiu da cidade no último ano, o que mudaria na cidade, do que sente falta e o que sabe sobre a sua história e a história de sua família.

Ao perguntar o que eles mais gostam na cidade, o intuito é compreender os elementos que os levam a se sentir acolhidos ou orgulhosos de nascer ou viver naquela cidade. A variedade de respostas, poderia nos levar a caminhos mais ou menos surpreendentes, mas o papel dessas respostas na pesquisa é mostrar justamente o que de mais positivo esse imaginário coletivo comporta. Dentre as respostas registradas, 28,4% mencionam o clima, 23,2% mencionam a proximidade com a natureza, 21,6% mencionam a tranquilidade, 17,8% mencionam segurança e 16,6% mencionam a beleza, arquitetura e outras características ligadas à cidade como cenário.

Ao perguntar sobre o que gostariam de ver na cidade com mais frequência, a ideia é compreender as primeiras carências, as demandas mais frequentes e suas motivações. Assim como na pergunta anterior, as respostas eram livres e portanto muito variadas. Mas, as palavras mais mencionadas foram: Eventos e programação cultural mencionados em 68,8%, em sua maioria falando em atender a públicos variados com custo gratuito ou preços mais acessíveis, seguidos por questões estruturais como oferta de emprego, policiamento, manutenção das vias públicas e do patrimônio local e melhorias no trânsito, que foram mencionados por 13,3% dos entrevistados, e demandas de mercado, como novos shoppings e maior variedade de restaurantes e serviços, mencionados por 5,3% dos entrevistados. Nesse

tópico, o que mais chama a atenção é a demanda por atividades culturais e de lazer, ou seja, essa é a demanda mais imediata dessa parcela da população.

Sobre os lugares que mais frequentam nas horas vagas, 37% dos entrevistados faz menção direta ao Centro Histórico, suas ruas, praças e pontos turísticos, entre os quais consideramos também o Palácio Quitandinha, que foi consideravelmente lembrado e também está localizado no Primeiro Distrito, apesar de estar a cerca de 30 minutos do Centro Histórico; 15,9% fazem menção direta a Itaipava, o segundo distrito mais lembrado, com um crescimento acelerado nos últimos anos e grande oferta de restaurantes e bairros, e a locais como o Parque Municipal e os estabelecimentos comerciais locais, assim como a bairros como Nogueira, Corrêas, Secretário e Cascatinha (por seu caráter mais bucólico e residencial). Entre essas respostas também é possível identificar a motivação das pessoas ao procurar tais locais: 31,6% das pessoas declaram optar por locais onde podem satisfazer suas necessidades de consumo, em sua maioria bares e restaurantes e shoppings, mas aparecem também respostas como supermercados e centros comerciais menos abastados; 30,8% declaram preferir espaços como parques naturais, praças, cachoeiras, ruas e locais que possibilitam atividades ao ar livre, entre os espaços mencionados estão o Parque Municipal de Petrópolis, localizado em Itaipava, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, devido à possibilidade de fazer trilhas e tomar banho de cachoeira, a Praça da Liberdade e a Praça Dom Pedro, ambas no Centro Histórico, os jardins do Museu Imperial e também são mencionados os poços da região do Rocío; já 14,5% dos participantes optam por ficar em casa, frequentar a igreja ou frequentar ambientes próximos à sua casa ou trabalho.

Essas respostas talvez sejam as que mais se tensificam com a nossa hipótese, uma vez que indicam grande interesse em frequentar e ocupar os espaços públicos locais. Entretanto, é preciso considerar o público analisado: majoritariamente feminino, morador do Centro Histórico e com curso superior. É como se, de alguma forma, o nosso recorte de público fosse justamente o que se sente legitimado a utilizar a cidade como um todo, já que corresponde a um certo perfil socioeconômico de classe média, enquanto o restante da população, menos representada na pesquisa, mas presente na cidade segundo dados do IBGE, com percentual de renda per capita de talvez esteja inserida nos últimos 14,5% que optam por permanecer nos seus círculos familiares e religiosos. Ainda assim, a nossa mostra nos dá uma perspectiva positiva em relação ao valor de uso da cidade ao apresentar que 30,8% dos entrevistados optam por locais ao ar livre e gratuitos, inclusive reivindicando mais alternativas nesse

sentido. Esse percentual demonstra interesse em democratizar o lazer na cidade, ao apontar sua preferência.

Entretanto, é preciso considerar um outro perfil apresentado entre os entrevistados: 31,6% dos entrevistados escolhem os locais que frequentam para satisfazer suas necessidades de consumo: bares, restaurantes e shoppings são os mais mencionados, espaços que normalmente são mais restritos a quem está disposto a pagar pelos seus serviços e que, na cidade, costumam ser, em sua maioria, mais voltados para classes mais abastadas, justamente porque essa demanda se mostra crescente, conforme nos mostra a presente pesquisa. Tal setor é essencial à economia da cidade e é saudável que ele seja apropriado pela população. Se faz necessário apenas considerar quem na cidade tem, de fato, acesso a esses serviços, quando eles se configuram como uma das principais atividades procuradas pelos moradores em seus momentos de lazer.

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro ao lugar onde se conclui o contrato ou quase contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado. A sociedade urbana, conjunto de atos que se desenrolam no tempo, privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma lógica diferente da lógica de mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito. (LEFEBVRE, 1968, p. 87)

Cabe ao poder público avaliar se as parcelas mais pobres da população também têm frequentado os espaços públicos coletivos e estimular iniciativas que incentivem essa ocupação, como por exemplo criando atividades voltadas para a população de folga às segundas-feiras, já que esse é o dia com menor demanda turística, e nos fins de semana comuns, muitas pessoas dessas camadas estão trabalhando para que turistas e visitantes sejam sempre bem atendidos. Conhecer e atender as demandas de quem nunca se viu como relevante na cidade se faz extremamente necessário, para que a cidade se torne mais acolhedora para todas as classes, reforçando assim a auto estima do petropolitano dependente dos setores de comércio e serviços, que acabam se vendo sempre mais na posição de quem serve do que na de quem é servido, mesmo por seus representantes políticos.

A pergunta se refere à alcunha de Cidade Imperial. Como será que a nossa amostra enxerga esse título? Entre os participantes, 70,2% apontaram o título como positivo, entendendo muitas vezes como um grande privilégio e demonstrando orgulho de morar na cidade outrora escolhida pelo então imperador. Os posicionamentos chamam a atenção para a

beleza da cidade, sua importância na História, seu patrimônio e muitos apontam também a importância do título para atrair turistas e movimentar a economia da cidade. Entre os mais orgulhosos do título, há até mesmo quem diga que o Brasil deveria viver uma Monarquia.

Apenas 33,5% têm algum ponto negativo a ressaltar sobre o título. Alguns, mesmo gostando da alcunha e reconhecendo sua importância, apontam pontos negativos como contraponto, como a impressão de que esse título não tem grande importância para o cotidiano dos moradores, se mostrando mais relevante para os turistas e visitantes. Além disso, perspectivas mais críticas apontam que a história desse título representa apenas uma das faces da cidade, que tem outras riquezas a valorizar, como o próprio patrimônio natural, a história e as lutas da classe operária local, o percurso da Estrada Real, cuja ocupação foi muito anterior à fundação da cidade, entre outros elementos.

Há quem diga até mesmo que o título acaba por atrapalhar o crescimento da cidade, ao prendê-la a um passado remoto. E também os que apontam o pagamento do laudêmio como um resquício dos tempos imperiais que atrapalha a economia da cidade nos tempos atuais, além dos que sinalizam para o aumento do custo de vida ocasionado pelo *status*, que acaba criando um imaginário de que a cidade segue habitada pela elite, elevando o custo de produtos e serviços. Muitos ainda apontam o título como algo que remete a uma parcela da nossa História carregada de exploração e atestam ter até mesmo vergonha ou incômodo com o título da cidade. E há também uma minoria entre os entrevistados que se declara indiferente ao título, e diz que ele não acrescenta em nada em suas vidas.

O que esse dado nos aponta? Que, de fato, há uma certa ideologia que romantiza os tempos do Império, como se fosse uma espécie de conto de fadas, legitimado pelo patrimônio histórico herdado da época, que acaba por ser muito bem sucedido em criar nas pessoas um certo encantamento com esse passado que proporciona um saudosismo em relação aos “tempos gloriosos do Império”. Essa ideologia é o que pode, ainda hoje, fazer com que determinadas parcelas da população ainda não se sintam exatamente pertencentes ou dignas de ocupar todos os espaços da cidade. A aura da preservação do patrimônio faz com que ele possa ser quase sacralizado, ainda que não tenha necessariamente valor de uso para os atuais moradores, ele se sagra no seu valor de troca, na ideia de que ao atrair turistas, ele já cumpre papel suficiente para aquela sociedade.

Como texto social, essa cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a signos, a um estilo. Esse

texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. (LEFEBVRE, 1968, p. 106)

A pergunta seguinte se refere à quantidade de vezes que os participantes da pesquisa saíram da cidade nos último ano. O objetivo é compreender com que frequência os entrevistados costumam recorrer a cidades vizinhas ou à região metropolitana para buscar alternativas ao espaço que ele vivencia, a fim de descobrir o quanto a cidade pode atender ou não às necessidades e expectativas desses cidadãos. Mesmo se tratando de amostra com grande recorte, ao que parece os entrevistado recorrem com alguma frequência às cidades vizinhas: 43,3% relatam ter saído da cidade mais de 5 vezes ao longo do ano, a trabalho ou a lazer; 28,3% declaram ter saído de 2 a 5 vezes da cidade, 8,3% declaram ter saído somente uma vez e 8,4% declaram não ter saído nenhuma vez, 4,1% declaram sair da cidade nos fins de semana, 1,9% declara ficar na cidade somente nos fins de semana e 2,2% declaram sair da cidade todos os dias para realizar atividades em outras cidades.

Considerando o recorte de público que temos aqui e sua demanda por atividades e eventos, podemos considerar que elas saiam da cidade em busca dessas atividades. Mas, muitas também podem sair para trabalhos esporádicos ou para visitar familiares. O que esse dado nos mostra é que 71,6% destes entrevistados consideram sair da cidade esporadicamente, o que demonstra integração com cidades vizinhas e/ou a busca por atrativos que a cidade eventualmente possa não oferecer. Considerando o recorte de público, viajar pode ser também uma atividade de lazer. No entanto, 16,8% consideram sair apenas em caso de extrema necessidade, o que pode significar que a cidade atende às demandas dessa parcela da população ou simplesmente que essa parcela da população não tem acesso a viagens como atividade de lazer. “Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do ‘urbano’.” (LEFEBVRE 1968, p. 102)

As próximas perguntas podem nos ajudar a compreender melhor esse cenários. O que será que essas pessoas mudariam na cidade? Do que será que elas sentem falta? Quando perguntadas sobre o que mudariam na cidade, 30,3% mencionam o trânsito, o transporte público, as políticas de mobilidade em geral e a conservação das vias, reforçando que a mobilidade tem se tornado um problema grave nos últimos anos. Além disso, 21,3% dizem

que mudariam algum fator relativo à mentalidade da cidade, como o conservadorismo, o elitismo, entre os entrevistados também é considerável a impressão de a cidade se pauta mais nos seus visitantes e moradores ocasionais, como polo de turismo e descanso, do que nas necessidades de sua própria população, entre as sugestões estão reduzir o custo de vida, diminuir as desigualdades sociais, investir mais na população mais jovem e reduzir impostos, a extinção do laudêmio é mencionada algumas vezes.

Conforme nos relata Ambrozio (2008), após a desindustrialização ocorrida na cidade nos anos 1970, a cidade perdeu muitos postos de emprego e recentemente o que se vê é uma tentativa de recuperar a cidade a partir do turismo, “uma reconquista territorial ou urbanização turística visando o uso mercantil - o consumo turístico de uma cidade em detrimento do cotidiano urbano e popular de Petrópolis.” (AMBROZIO, 2008, p.26). A mudança parece ter agravado desigualdades já existentes, o que fica perceptível com as impressões da amostra que participou da nossa pesquisa. Portanto, ao que parece, esses setores ainda se demonstraram insuficientes na recuperação econômica da cidade. Vale considerar também que 3,9% mudariam o mercado de trabalho local, que consideram insuficiente para a demanda de emprego na cidade. Considerando o recorte do nosso público, é como se esse percentual representasse um segmento da população que não conseguimos alcançar largamente, mas cuja existência se percebe também nas respostas dessa parcela da população, que podemos considerar como classe média, mas que reconhece e se incomoda com as desigualdades e a falta de políticas públicas e de uma lógica de cidade mais abrangentes e voltadas também para as classes mais pobres.

A pergunta que se segue é relativa às ausências, ao que as pessoas sentem falta no contexto da cidade que habitam. O intuito é compreender o que essas pessoas podem buscar fora da cidade ou o que elas gostariam de ver em vias concretas naquele cenário. As respostas são ainda mais variadas, mas 50,4% dos entrevistados dizem sentir falta de mais atividades de lazer, como eventos e atividades culturais e esportivas gratuitas, praias (demanda que só pode ser suprida visitando as cidades do litoral) e maior diversidade de atividades voltadas para diferentes públicos. É muito mencionada também a falta de atividades noturnas, alguns entrevistados mencionam restrições de ocupação do espaço público nesse horário.

Outra demanda considerável nas respostas é por espaços de consumo como shoppings centers, cerca de 22,4% dos entrevistados mencionam diretamente a necessidade de um

shopping ou de uma maior diversidade no comércio local, muitos apontando a necessidade de estabelecimentos com preços mais acessíveis para a população, outros apontando para grandes lojas de departamento, cinemas e também para grandes franquias de fast-food e restaurantes. E, mencionada por apenas 5,6% dos entrevistados aparece a demanda por emprego e melhores condições de trabalho, seja por empregos mais qualificados, seja por remunerações mais atrativas. Chama a atenção uma das respostas mais contundentes encontradas: *“Emprego. Resposta vaga, né? Ter até tem, tá ruim em todo lugar. É triste ver pessoas formadas e até com pós graduação desempenhando funções que poderiam ser feitas por alguém apenas com ensino médio, não querendo desmerecer essas pessoas, muito menos que as exerce. É triste também ver que o jovem petropolitano sabe que para atuar na sua área, na maioria das vezes, precisa buscar oportunidades longe daqui”*. A afirmação é mais um ponto de atenção em relação à dependência do mercado de turismo e serviços e da falsa sensação de que a cidade tem um poder aquisitivo elevado. Se falta emprego qualificado, conseqüentemente haverá evasão de jovens qualificados para outras cidades; se esses jovens qualificados ficam na cidade, acabam por aceitar empregos que pagam menos. E se o custo de vida na cidade não é elevado, como sobrevivem as pessoas que têm salários mais baixos, que representam maioria da população, embora representem um percentual baixo da nossa amostra? E mais: como fica a relação dessas pessoas com a cidade? Será que elas se sentem no mesmo direito de usar a cidade do que as pessoas de classe média ou alta? Como fica o valor de uso da cidade, quando o valor de troca se revela priorizado de tantas formas por tantos anos?

Se o desejo é superar o mercado, a lei do valor de troca, o dinheiro e o lucro, não será necessário definir o lugar dessa possibilidade: a sociedade urbana, a cidade como valor de uso? (LEFEBVRE, 1968, p. 79) Com base no que percebemos até aqui, temos, de fato, uma cidade elitizada e direcionada somente a uma parcela de sua população. Ao mesmo tempo em que há orgulho de estar numa cidade histórica, com alto valor patrimonial, também se reivindica mais atividades populares, com menores custos e que atendam a todas as parcelas da população. Ou seja, o valor de troca é tido como positivo na visão desses moradores, mas o valor de uso desse espaço também é reivindicado. A sociedade urbana, cuja possibilidade aqui é exposta, não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que ela não as destrua e sim se utilize e se aproprie delas, modificando-as (LEFEBVRE, 1968, p. 131)

Os espaços privados de consumo são sim uma das maiores demandas dessa população, que sempre aprendeu a ser valorizada a partir de seu poder de compra, mas mesmo num recorte mais privilegiado, há demanda por maior diversidade de empreendimentos locais, com alternativas para a população mais pobre. As desigualdades são percebidas e, mesmo entre os privilegiados, incomodam, o que demonstra que, por mais introjetada que esteja no imaginário coletivo a ideia de que é preciso ter certos atributos para “merecer”, de certa forma, estar nessa cidade, há ainda certa solidariedade e empatia com essa maioria da população menos abastada. Mais do que isso, a fala do entrevistado sobre as más condições de trabalho revela que não basta ter curso superior ou ser qualificado para se ter emprego, e, mesmo tendo um emprego, nem sempre ele condiz com as suas qualificações, e por isso não necessariamente há aumento de poder aquisitivo. A partir dessa tomada de consciência, é possível mudar a realidade atual e construir uma cidade mais coerente e pautada no valor de uso para as próximas gerações?

Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. Que a realidade urbana seja destinada aos “usuários” e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos, é uma versão justa porém enfraquecida desta verdade. (LEFEBVRE, 1968, p. 127)

A pergunta seguinte tinha a intenção de desvendar a relação desses moradores com o espaço através do conhecimento, ou não, da trajetória que levou sua família a viver ali. É comum que em espaços com ocupação motivada por relações de poder haja uma certa gentrificação e quando ela não acontece, caso as histórias e tradições não sejam repassadas, valorizadas, protegidas ou reivindicadas de alguma forma, que haja um certo esvaziamento. O intuito dessa pergunta é simples: é saber até que ponto as pessoas entrevistadas conhecem a história de sua própria família, que pode remontar a capítulos mais distantes ou mais recentes da história da cidade. Entre os entrevistados, 53,6% declaram conhecer as origens de sua família na cidade ou, ao menos, no local onde moram, muitos apontam descendência dos alemães que foram trazidos pelo imperador, outros apontam descendência italiana e portuguesa. Também é recorrente o relato de algum familiar que viera do interior de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida, e há alguns relatos de descendentes de

famílias negras e indígenas, que dizem sentir pouca identificação com a cidade por não se verem representadas.

Cerca de 29,7% dizem saber muito pouco ou nada sobre a história de suas famílias na cidade e 15% relatam não descender de famílias locais, declarando vir do Rio de Janeiro em busca de uma vida mais tranquila, ou de Minas Gerais, em busca de melhores oportunidades. É interessante observar em Petrópolis esse caráter de entrelugar: referência de tranquilidade e qualidade de vida para quem vem da capital e de melhores condições econômicas para quem vem do interior de Minas Gerais. Mas, o que podemos observar aqui, em relação às territorialidades é que o sentimento de pertencimento é maior entre pessoas que se entendem, de alguma forma, descendente dos colonos europeus. Talvez por isso, essa parcela represente maioria entre os que sabem a história de suas famílias, já que por ser motivo de certo orgulho, as histórias são perpetuadas por gerações. É notório que são poucos os que conhecem suas histórias quando descendem de famílias mais humildes. Mesmo entre os que se reconhecem de descendência negra e indígena e os que sabem ter origem no interior de Minas, não há riqueza de detalhes nos relatos, como há entre os que se identificam como descendentes dos colonos. Essa relação certamente influencia no quanto cada um se sente legítimo a ocupar a cidade e reivindicar as suas demandas. Para a parcela que se reconhece de descendência europeia certamente é mais fácil reivindicar e ter suas demandas atendidas, assim como para os moradores que não têm uma história familiar com a cidade, já que a elegerem como moradia, eles têm maior consciência das suas próprias necessidades e como novos moradores costumam ter um tratamento diferenciado.

Já para os outros moradores, para os quais até mesmo o conhecimento de sua história é, de certa forma, subtraído ou negado, se torna mais difícil até mesmo reconhecer a possibilidade de reivindicar o seu próprio direito à cidade, que conforme nos fala Lefebvre (1968), quando não é reivindicado em meio a uma sociedade desigual, acaba por reforçar cada vez mais a segregação das parcelas menos favorecidas da população. E aí se forma um certo ciclo vicioso: uma população negligenciada que vive numa cidade pautada num passado elitizado e num patrimônio glorioso, o qual acredita dever à elite que a fundou. Ao não se ver relacionada com essa elite, que passa a figurar como fundadora, numa história vendida como única e verdadeira, mesmo num território que tem ocupação antes e após essa fundação, essa população simplesmente não se enxerga como parte dessa cidade. Ao não se enxergar como

parte dessa cidade, não se vê legítima a reivindicar seus direitos e ao não reivindicá-los acaba fadada a viver sempre à margem dessa cidade.

Mudar essa lógica não deve ser tarefa fácil, uma vez que ela parece estar representada em inúmeros signos, desde os patrimoniais da cidade-museu, até os centros de consumo da cidade-boutique ou shopping center. Mas, compreender essa relação pode ajudar a cidade a se repensar para construir novas dinâmicas, mais inclusivas, menos desiguais. Para se construir dentro dessa cidade uma nova dinâmica em que o patrimônio possa ser ressignificado e apropriado por sua população, agregando valor de uso, é preciso também criar espaços de escuta dessa população a partir dos espaços que ela se sente no direito de ocupar: os postos de trabalho precarizados, o transporte público, os bairros mais carentes, onde um dos maiores problemas são as construções em áreas de risco. Talvez, dessa forma, seja possível inclusive eleger novos representantes, originários ou mais próximos desses espaços e portanto da realidade da maioria, reforçando não só a importância dessa população num caráter coletivo como também os seus direitos individuais à trabalho digno, à educação, ao lazer, à saúde de qualidade, à moradia digna.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no Direito à Cidade.” (LEFEBVRE, 1968, p. 134)

Reivindicar o Direito à Cidade é muito mais do que simplesmente considerar a circulação de pessoas por todos os seus espaços, é compreender que uma cidade para ser plena e saudável precisa acolher as demandas de sua classe trabalhadora. É essa classe trabalhadora que compõe a sua essência, o seu cotidiano, as suas perspectivas de futuro. Não potencializar a relação dessa população com a cidade pode significar condená-la a uma eterna dependência: de seu passado, do turismo proporcionado por esse passado de glórias, do poder aquisitivo de pessoas que vêm de fora ao invés de incentivar o desenvolvimento local. É preciso pensar a cidade por uma perspectiva mais atual: o que temos para oferecer hoje à nossa própria população? Quais são os nossos desafios e o que podemos fazer para torná-los as nossas potências? Como podemos fazer para que a nossa população mais pobre deixe de ser mera mão-de-obra precarizada para oferecer a ela perspectivas reais de construir novas dinâmicas nessa cidade, que sejam autônomas e que falem mais sobre quem de tanto estar à

margem, quase pareceu nem estar ali, embora muito tenha trabalhado para que a cidade tenha do passado tantas tradições?

No seio dos efeitos sociais, devido à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem direitos; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos e sabe-se bem como esses 'direitos' concretos vem completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. (LEFEBVRE, 1968, p. 117)

Mais do que reflexão, é preciso promover esses questionamentos em todas as frentes políticas e sociais para incentivar que o petropolitano, e que todo cidadão brasileiro, se pergunte: o que falta para essa cidade ser, de fato, minha, nossa?

Conclusão - Perspectivas e possibilidades para um novo modelo de cidade

Ao longo desse trabalho, foram suscitadas diversas questões sobre a cidade de Petrópolis, desde sua fundação até os tempos atuais, passando por diversos fatores, até então pouco levados em consideração pelo senso comum: o uso do espaço público, a relação dos cidadãos comuns com o patrimônio local, o que pauta os grandes eventos locais e como os cidadãos locais se sentem em relação aos visitantes, moradores ocasionais e novos moradores, numa cidade majoritariamente voltada para o turismo proporcionado pelo passado de cidade favorita do imperador e da elite carioca.

Esse passado histórico ocupa um lugar ainda muito forte no cotidiano, uma vez que mesmo com a Proclamação da República, a ascendência da indústria e o crescimento da classe operária na cidade, o veraneio ou moradia ocasional, atividade inaugurada por D. Pedro II e seus contemporâneos na região, e o turismo decorrente desse passado se mantiveram ao longo dos anos e seguem como principais motores da economia local, tornando esse passado ainda presente em muitas esferas. Se, por um lado, há motivo de orgulho do patrimônio histórico local, faltam certas ponderações em relação à herança de desigualdades deixadas pela forma como esse patrimônio se construiu e perdurou, sem necessariamente inserir as classes menos abastadas da cidade em suas gloriosas tradições. Essa desigualdade foi intensificada ao longo dos anos, ao reproduzir certa lógica que, direta ou indiretamente, restringe o Direito à Cidade às camadas mais abastadas da população, através de elementos ora sutis, ora evidentes. A rotina de ocupação dos espaços públicos em Petrópolis, assim como dos distritos desenvolvidos para além dos limites do Centro Histórico carregou e ainda carrega um forte recorte de classe. É como se aos moradores menos abastados, a circulação pela cidade estivesse restrita à sua rotina de trabalho, normalmente voltada para os setores de comércio e serviços, enquanto aos moradores mais abastados a cidade se mostra mais receptiva em sua totalidade, com seus jardins, museus e prédios históricos tombados. Diante de tudo o que

analisamos aqui, não seria exagero dizer que, afinal, a cidade foi, desde sempre, construída e pautada pelas necessidades e interesses de seus visitantes, ao longo dos seus 167 anos de História até então.

Mas será que essa parcela da população, à qual tanto se destina, é maioria na cidade? Segundo os dados do IBGE, que mostram que, em 2017, a população estava em 295.917 pessoas, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.3 salários mínimos, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.0%, tem mais gente excluída dessa lógica de cidade tradicional e próspera do que inserida. No mesmo Censo, cerca de 30,4% da população ocupada apresentava rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Entretanto, se essa população é maioria, ela é também a que tivemos maior dificuldade para alcançar com o questionário netnográfico sobre hábitos de ocupação de espaço público em Petrópolis aplicado para embasar o capítulo 4 dessa pesquisa, que visava compreender o imaginário coletivo sobre a cidade, mas devido à baixa adesão, somada à possível restrição de acesso tecnológico entre os mais pobres, se mostrou um recorte, uma mostra parcial desse imaginário. Porém, um recorte interessante, uma vez que mesmo respondido predominantemente por pessoas com ensino superior, o que pressupõe certo recorte de classe, ainda assim houve apontamentos por parte do público sobre a percepção de que a cidade necessita de opções de lazer e entretenimento mais acessíveis para os mais pobres, uma vez que as opções oferecidas hoje são majoritariamente voltadas para as classes mais abastadas.

Devido à pandemia de Covid-19, que restringia a possibilidade de complementação com entrevistas presenciais, o questionário da pesquisa netnográfica foi enviado a partir de grupos e contatos de whatsapp, assim como grupos de moradores no Facebook e comentários em notícias nessa mesma rede social. Esses meios foram escolhidos por serem considerados mais democráticos no que diz respeito a acesso e uso atual da internet, portanto mais

amplamente utilizados pela maioria da população. No entanto, a dificuldade de, ainda nesses meios, alcançar esse público tem algumas possibilidades de compreensão: o hábito de responder pesquisas on-line, ainda não é tão comum entre esses usuários, assim como a motivação em participar de uma pesquisa acadêmica talvez não pareça tão atraente, já que para a maioria da população uma pesquisa acadêmica é uma realidade distante e não parece ser o meio mais efetivo de provocar mudanças no seu cotidiano. Ou seja, como não se trata de um canal com a administração pública local e nem de algo que seja comum ao seu cotidiano, algumas pessoas podem não dar tanta importância a participar de uma pesquisa dessa natureza. Além disso, é possível que muitos possam não ver sentido em responder justamente por não entender que a ocupação de espaços públicos em Petrópolis trate do seu cotidiano. Se a cidade foi sempre pautada em classes mais abastadas, e esses espaços sempre pareceram mais delas, porque os menos abastados vão se sentir legítimos a falar sobre sua relação com ela?

Por que será que as pessoas menos abastadas têm esse comportamento? Essa é justamente a pergunta que motivou essa pesquisa. Afinal, não há impedimento direto para que ninguém frequente ou usufrua da cidade como um todo. O que há é todo esse processo de formação um tanto quanto recortado e, não por acaso, voltado para uma certa elite, sempre colocando os moradores locais mais pobres em posição de subserviência e não de protagonismo. Essa lógica acaba perpetuada pela expansão do veraneio e pelo aumento da população de moradores advindos do Rio de Janeiro nos anos 2000, como fuga da violência urbana na capital e na região metropolitana. Numa cidade que sempre se pautou por quem vem de fora dela, ser adotada como refúgio é sempre motivo de orgulho. Porém, como fica o morador local nesse cenário? Com a cidade passando por uma nova expansão, em direção ao distrito de Itaipava, que se configura como a parcela cidade-shopping (JACQUES, 2007) em contraponto à cidade-museu (JACQUES, 2007) do Centro Histórico. Mas, as barreiras sutis entre quem tem, de fato, direito de ocupar a cidade de forma plena e quem deve fazer o necessário para sobreviver se mantém em ambos os polos. Dessa forma, o morador local, acostumado a viver à margem, acaba se fechando cada vez mais em seus núcleos familiares, religiosos, profissionais, onde se sente de fato confortável e legítimo a estar. Além disso, a

vinda desses novos moradores faz crescer também o mercado imobiliário com novos condomínios e shoppings, reforçando um modelo de vida voltado para o bem estar individual, a segurança e o consumo e, portanto, pouco envolvida com o cotidiano da cidade de forma mais orgânica e profunda. Com a intensificação dessa lógica, se torna ainda mais desafiador perguntar: mas, quais são os anseios do petropolitano atual? Como ele pode reivindicar um Direito à Cidade, conforme trabalhado nesta pesquisa a partir das reflexões de Henri Lefebvre, que ele talvez até desconheça, já que, naquela cidade, parece ser pouco plenamente exercido por pessoas como ele?

Ainda falando sobre Direito à Cidade, uma vez que os novos moradores e moradores ocasionais também passam a integrar a dinâmica local, é preciso compreender também o que buscam nessa cidade nova e o que os motiva a deixar a sua cidade de origem. A desigualdade social, que propicia a violência urbana no Rio de Janeiro e na região metropolitana também compromete o Direito à Cidade, tanto por parte da periferia, devido à falta de condições de acesso, transporte público e até mesmo fatores simbólicos, como os relatados em Petrópolis para ocupar certos espaços, quanto para a classe média e alta, devido ao discurso do medo da violência urbana. A diferença é que exercer plenamente o seu Direito à Cidade é algo, de diversas formas, negado ao morador da periferia, enquanto para as classes mais abastadas exercer ou não esse direito é uma escolha, pautada pelo foco na sua segurança. Em outras palavras, é por conta desse medo de ser assaltada, de levar um tiro de bala perdida ou de vivenciar outra situação de violência é que, na capital e na região metropolitana, a população dessas classes mais abastadas se sente, muitas vezes, tolida a sair na rua, a exercer seu Direito à Cidade em todas as formas que lhe são possibilitadas. E é essa prioridade na sua própria segurança e na integridade de seus bens, que os leva, muitas vezes, a procurar refúgio em locais como Petrópolis.

Mas, a violência urbana não deixa de ser um sintoma extremo e conjuntural, do sentimento de revolta da população mais pobre com a desigualdade, com essa negação do Direito de ocupar a cidade e viver suas vidas de forma plena. Portanto, aumentar o número de moradores abastados numa cidade já desigual também pode ter como consequências o surgimento ou aprofundamento de vários problemas também na região, como o aumento da criminalidade também na cidade nos tempos atuais, caso não haja um plano de redução de desigualdades, que promova uma vida digna a todos, uma política acolhedora para quem

chega e para quem já ocupa aquele espaço, para que estes não se vejam vivendo sempre à margem. Embora, os índices ainda não cheguem aos da Região Metropolitana, a cidade já reflete um certo aumento na criminalidade nas últimas décadas. Segundo o ISP-RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro), houve aumento na média de roubos entre os anos de 2014, que apresentou média de 13 roubos por mês, e 2018, que apresentou média de 32 roubos de rua por mês, mesmo número registrado em 2017, com tendência de redução em 2019 e 2020. No mesmo período houve aumento também do registro de crime de tráfico de drogas: em 2014, média era de 25 registros por mês, já em 2019, a média subiu para 44 registros por mês. Ainda assim, a cidade é tida como uma das mais seguras do Estado, mas é preciso olhar com atenção para esse cenário enquanto há tempo de buscar soluções para os problemas que o acarretam.

Entretanto, nem só da fuga da violência urbana vive o turismo e a moradia ocasional em Petrópolis. Antes ainda de ser esse refúgio da violência nos tempos atuais, havia outro fator que chamava a atenção para promover a cidade e seu entorno em um grande polo de veraneio: o clima e o contato com a natureza, fatores que, somados à arquitetura do Centro Histórico proporcionaram uma certa aura de cidade européia em meio à serra fluminense. Vale ressaltar aqui uma abordagem de Lefebvre em “O Direito À Cidade”, para a conversão também da natureza em um certo valor de troca, a partir do momento em que as cidades atingem um certo ponto de saturação. A partir do que relatamos aqui, essa análise também pode se aplicar à nossa cidade, já que ela se construiu fundamentada no acesso à natureza como certo privilégio, até mesmo para tratar doenças como a tuberculose:

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à ‘natureza pura’) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo ‘concentracionista’ das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa ‘naturalidade’ da qual as pessoas se ocupam a fim de trafica-la e trafegar por ela. A ‘natureza’ ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da ‘criatividade’. Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O urbano assola o campo; este campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do habitar.

O direito à natureza e o direito ao campo não se destroem a si mesmos?

Face a esse direito, ou pseudodireito, o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios - a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas - esse direito caminha lentamente. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Essa última reivindicação se anuncia indiretamente como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, à vida urbana alienada antes de existir 'realmente'. A necessidade e o 'direito à natureza' contrariam o direito à cidade sem direito a eludi-lo (isto não significa que não se deva preservar espaços naturais diante das proliferações da cidade que explodiu).

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. (LEFEBVRE, 1968, p. 117-118)

A abordagem de Lefebvre é, portanto, crítica à atribuição do valor de troca ao “campo”, nesse caso ao interior do Estado, à medida que ele passa a ser tido como espaço restrito à práticas sociais de lazer e férias, em detrimento da dinâmica urbana caótica, barulhenta e agitada. No caso de Petrópolis, essas práticas passam a pautar toda uma lógica de cidade, a ponto de torná-la dependente dessa dinâmica da ocasionalidade e das férias, assim como tantas outras. Entretanto, sendo uma cidade tão grande e diversa, sendo uma das três maiores da Região Serrana do Rio de Janeiro, seria interessante refletir essa grandiosidade e diversidade também em sua economia e na relação dos seus moradores com a cidade. Aquele espaço tem sua dinâmica tão direcionada a visitantes e moradores ocasionais, por tanto tempo, que a relação dos então moradores com aquele, que até então era seu cotidiano, perde quase por completo o seu valor de uso, quando passa a se pautar valor de troca inflado pela especulação imobiliária e pelo poder aquisitivo dos novos moradores fixos ou ocasionais, ao mesmo tempo em que essas práticas sociais de lazer e férias ficam cada vez mais inerentes à condição de pertencer às classes mais abastadas. A dinâmica local vai toda se construindo em função desse valor de troca, pautado no descanso e no lazer como privilégios. Portanto, o valor de uso daquele espaço fica restrito ao trabalho e às atividades produtivas para os mais pobres que habitam a cidade e todos os seus distritos. Ao longo dos anos, com o crescimento de setores como a gastronomia e outros serviços de luxo, o lazer e a vida coletiva se tornam cada vez mais atrelados a esse valor de troca, perdendo (ou nunca ocupando) a função de direitos daqueles moradores, e se convertendo justamente em algo que ele olha como se “não fosse pra ele”, mas apenas para quem tem melhores condições financeiras.

Por tudo isso, é problemático em várias esferas que a economia local tenha perdurado tão dependente do turismo, do veraneio e agora desses novos moradores, que, muitas vezes, trabalham na capital, mas vivem seus cotidianos familiares na cidade. Talvez seja interessante até mesmo para esses novos moradores, que talvez aumentem após a pandemia de Covid-19, que trouxe à tona a rotina de trabalho remoto e está levando muitos a procurar novamente o refúgio no interior, mais próximo da natureza e longe do caos que se converte nas cidades, que a cidade possa diversificar suas atividades, ampliando as oportunidades de trabalho qualificado e de qualificação profissional. Caso contrário, a manutenção dessa dinâmica desigual, em que os moradores mais pobres vivem à margem e sem perspectivas para reivindicar uma cidade mais justa, pode continuar impactando diretamente na auto-estima e na relação dos cidadãos com a cidade. Ao introjetarem essa mentalidade, os moradores mais antigos e contínuos da cidade passam a apenas sobreviver, sem grandes perspectivas, se deixando manobrar com facilidade por interesses que não são necessariamente delas, mas que, por dependerem dos interessados, eles não se sentem nem legitimados a pensar suas demandas e reivindicar os seus direitos de uso do espaço. Para o futuro da cidade, essa baixa auto-estima, essa territorialidade da subserviência, pode acabar por se converter em algo mais amplo e grave, como a violência urbana e outros problemas causados pelo aumento da desigualdade social, que assolam a capital e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assim como tantas outras cidades brasileiras. É preciso dar condições dignas de vida à maior quantidade possível de cidadãos petropolitanos para que essa subserviência seja convertida em potência para a economia e o futuro daquela cidade tão cheia de patrimônios naturais e arquitetônicos, e ainda tão limitada no que se refere a tratar bem aqueles que a compõem.

Haverá uma nova alternativa urbana para Petrópolis? Será possível ressignificar aquele espaço para que ele tenha uma lógica mais igualitária? Ou será que diante de todo esse processo de formação, só resta à cidade reverenciar seu passado e reproduzir sem compreender ou ressignificar as desigualdades resultantes dessa história que não a representa em sua totalidade? Para mudar essa dinâmica, é preciso construir alternativas. O veraneio, a moradia ocasional, o turismo e até mesmo uma certa condição de cidade dormitório, mais recente com a facilidade de acesso à capital e à região metropolitana, podem continuar sendo importantes para o desenvolvimento da cidade. Porém é preciso ir além deles, não se pode perder de vista que a cidade tem uma existência para além dessas condições, desde antes da fundação da Villa Imperial, e precisa construir, antes tarde do que nunca, uma certa

autonomia econômica, que só se constrói identificando potências, resgatando a auto-estima dos moradores, oferecendo-lhes perspectivas para além dos setores de comércio e serviços, democratizando o acesso à saúde, educação de qualidade, dando dignidade aos moradores para que eles possam crescer junto com a cidade e não somente se acostumar com a subserviência dos tempos do Império.

Afinal, quem é o petropolitano atual e como a cidade deveria funcionar para atender aos seus anseios? Para responder a essa pergunta, que tanto motivou essa pesquisa talvez seja preciso simplesmente oferecer a ele as condições de igualdade que sempre lhe foram negadas, para que ele primeiro se sinta digno de ser ouvido em suas próprias necessidades e não só daqueles que pagam seu salário ao morar ocasionalmente ou frequentar a cidade. Segundo Lefebvre, o Direito à Cidade não é dado, mas precisa sim ser reivindicado. Como reivindicar algo que não lhe parece digno, já que gerações da sua família sobreviveram sem exercer esse direito plenamente, com suas vidas restritas aos seus microbairros, ao comércio local e a condições de sobrevivência? De certa forma, a aparente conformidade com a cidade que é oferecida, com suas restrições ao valor de troca e com a dependência de quem vem de fora pode nos suscitar mais dúvidas do que soluções.

Talvez questionar seja realmente o primeiro caminho para mudar essa lógica. Porém, mais do que reflexão, é preciso promover esses questionamentos em todas as frentes políticas e sociais para incentivar que o petropolitano, e que todo cidadão brasileiro, se pergunte: o que falta para a cidade ser, de fato, minha, nossa? Talvez falte, nesse imaginário coletivo não explicitado na nossa pesquisa por falta de participação dessa maioria mais pobre, a consciência de que eles também são cidadãos dignos, assim como seus patrões ou os visitantes ocasionais da cidade. Mas, para despertá-la talvez seja necessário confrontar as esferas de poder na cidade, ainda exercidas por representantes da elite local. De imediato, não há soluções simples, afinal uma mudança só pode ser reivindicada quando pleiteada pelo coletivo.

Portanto, é importante que a cidade tenha representantes conscientes dessas contradições presentes dentro dela, para que hajam mudanças gradativas no sentido de uma cidade mais pautada pelo valor de uso e menos reduzida ao seu valor de troca. Mas, para que esses representantes existam, é preciso que essa conscientização comece no micro, nos espaços comunitários, nas escolas, nos bairros, e em cada espaço minimamente coletivo da

cidade. Ir além do seu passado imperial não se trata de renegá-lo e sim de construir nas demandas atuais da cidade uma nova perspectiva, mas jovem, plural e acolhedora para todas as classes. Emprego qualificado é fundamental para a construção dessa auto-estima coletiva, assim como um foco maior em perspectivas de futuro: mais universidades públicas, cursos profissionalizantes acessíveis; mas tão importante quanto esses fatores é a promoção da consciência que a classe trabalhadora petropolitana é a grande responsável pelo funcionamento da cidade, e que portanto tem todo o direito de ocupá-la em todas as suas esferas, com suas próprias histórias e demandas, com atividades de lazer, com a mesma dignidade oferecida por ela aos visitantes e moradores ocasionais.

Ao terminar esse trabalho, a expectativa é poder lê-lo dentro de alguns anos e ver que a cidade conseguiu superar ao menos alguns dos problemas apontados aqui, e ser não só bonita, com um belo patrimônio e um clima agradável, mas um bom lugar para morar, crescer e construir uma vida digna e plena, como a de quem procura aquele lugar como o refúgio, que ele de fato é capaz de ser.

Bibliografia:

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. *O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. (Uma História territorial)*. 376f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06012009-163050/publico/JULIO_CESAR_GABRICH_AMBROZIO.pdf> Acesso em: 01 setembro 2020.

ARBOS, Philipe. *Petrópolis: Esboço de uma Geografia Urbana*. Trabalhos da Comissão do Centenário. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, vol. VII, p. 178. 1943.

BBC News. Projeto de lei quer acabar com 'taxa do príncipe' em Petrópolis. 27/11/2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/11/141126_laudemio_vale_este_lgb#:~:text=O%20pagamento%20do%20chamado%20laud%C3%AAmio,valor%20%2D%20n%C3%A3o%20recebe%20a%20escritura.> Acesso em 01 setembro 2020.

CAIAFA, Janice. Comunicação e diferença nas cidades. *Lugar Comum* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n.18, p. 91-101, 2003.

CAIAFA, Janice. *Aventura das Cidades: ensaios e etnografias*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DIARIO DO TURISMO. Clima de Natal invade Petrópolis. 12/12/2018. Disponível em: <<https://diariodoturismo.com.br/clima-de-natal-invade-petropolis-rj/>> Acesso em 01 setembro 2020.

DIAS, Geraldo Ventura. Hino de Petrópolis. Disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/Hino_do_munic%C3%ADpio_de_Petr%C3%B3polis> Acesso em: 27 novembro 2018

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do Apagamento à Fala Pública: A Memória Negra Em Petrópolis A Partir Da Trajetória do Quilombo da Tapera*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade em questão. In: HAESBAERT, R. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 53-86

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247 a 264.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do Direito à cidade à revolução urbana*. . São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil em Síntese: Conheça as cidades e os estados do Brasil*. Catálogo de Cidades. Apresenta dados e aspectos demográficos de cada município. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis>>. Acesso em: 24 outubro 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Bases e visualizações: filtro de crimes por área/município. < <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/RelPorArea.html> > Acesso em: 04 outubro 2020.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Mapas ilustrativos. <<http://www.institutoestrada-real.com.br/assets/materiais/mapa-ilustrativo-da-estrada-real.jpg>> Acesso em: 18 setembro 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA* , Salvador, p. 23-29, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, 093.07, ano 8, fev. 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Brasil: Centauro Editora. 2011.

PETROTUR. Planta de Petrópolis, publicada em 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Plano Diretor de Petrópolis - Diagnóstico - Volume 1 - Diagnóstico. Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2013. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/phocadownload/Planejamento/comcidade/diagnostico/diagnostico_05_04.pdf> Acesso em: 24 outubro 2019.

REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA. "A Monarquia Acabou No Brasil Inteiro, Menos Em Petrópolis", diz economista sobre a taxa do príncipe. 25/08/2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-monarquia-acabou-no-brasil-inteiro-menos-em-petropolis-diz-economista-sobre-a-taxa-do-principe.phtml>>. Acesso em 01 setembro 2020.

SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos. O Hino de Petrópolis. 22/09/2006. In: Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jeds20060605.htm>. Acesso em: 27 novembro 2018.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. Gastos com Natal Imperial refletiram na arrecadação do Imposto Sobre Serviço. 10/02/2019. Disponível em: <<https://tribunadepetropolis.com.br/gastos-com-natal-imperial-nao-refletiram-na-arrecadacao-do-imposto-sobre-servico-iss>> Acesso em: 01 setembro 2020.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 90-113.

Apêndice: Questionário Netnográfico.

Disponível

em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpOLsFUPTKy_vp1Wec5V9mFK0wWZtCSa7OcsDh2FcRNUMRYkCh9eA/viewform?usp=pp_url

Pesquisa sobre hábitos de ocupação de espaço público em Petrópolis

Esta pesquisa se destina a embasar a dissertação de mestrado de Taiane Cordeiro, natural de Petrópolis/RJ, e aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT-UFF), sob orientação do professor Luiz Augusto Rodrigues (UFF).

*Obrigatório

Você é:

Homem

Mulher

Outro

Qual a sua faixa etária? *

18-24 anos

25-34 anos

35-44 anos

45-54 anos

55-64 anos

+ de 60 anos

Atividade profissional *

Autônomo

Comerciante

Comerciário

Funcionário Público

Profissional Liberal (médicos, advogados, etc)

Professor

Serviços Gerais (jardinagem, cozinha, serviços domésticos)

Outro:

Grau de escolaridade *

Superior completo

Superior incompleto

Médio Completo

Médio incompleto

Fundamental completo

Fundamental incompleto

Você tem filhos? *

Sim

Não

Caso sim, quantos?

1 filho

2 filhos

3 filhos

+ de 3 filhos

Há quanto tempo mora em Petrópolis? *

Desde que nasceu;

Desde criança;

Desde adolescente;

Já se mudou idoso/aposentado

Opção 5

Qual o distrito em que você mora? *

Centro

Cascatinha

Itaipava

Pedro do Rio

Posse

Hábitos de lazer

Esta parte da pesquisa visa conhecer melhor os hábitos e anseios da população para as horas em que não estão trabalhando.

O que você costuma fazer quando não está trabalhando? *

Fico em casa

Costumo sair para programas diurnos

Costumo sair para programas noturnos

Viajo para outras cidades

Assisto TV

Vou ao cinema

Leio livros

Procuro ir a eventos na cidade

Vou a restaurantes

Visito minha família

Reúno amigos em casa

Vou ao shopping

Vou ao clube

Cuido dos afazeres de casa

Estudo

Vou a cachoeiras

Vou à igreja

Vou a bares perto de casa

Outro:

Em relação ao valor pago, que tipo de programação abaixo você prefere? *

Gratuito e ao ar livre

Não me importo de pagar entrada

Prefiro pagar por eventos diferenciados em locais fechados

Prefiro eventos para convidados

Pago somente consumação

Outro:

Quais os pontos turísticos que você já visitou? *

(também para marcação múltipla)

Museu Imperial

Palácio de Cristal

Casa de Santos Dumont

Catedral de São Pedro de Alcântara

Casa da Princesa Isabel

Palácio Quitandinha

Castelo de Itaipava

Outro:

Relação com a cidade

Essa parte da pesquisa visa compreender como o morador se relaciona com a cidade.

O que você mais gosta na cidade? *

Sua resposta

Qual o lugar que você mais gosta na cidade? Por quê? *

Sua resposta

O que você gostaria de ver na cidade com mais frequência? *

Sua resposta

Qual o lugar que você mais frequenta na cidade nas horas vagas? Por quê? *

Sua resposta

O que você acha de Petrópolis ser conhecida como "Cidade Imperial"? *

Sua resposta

Quantas vezes você saiu da cidade no último ano? *

Nenhuma vez;

Saio da cidade todos os dias;

Só fico na cidade nos fins de semana;

Saio da cidade nos fins de semana;

Saí uma vez;

Saí de 2 a 5 vezes;

Saí mais de 5 vezes.

Outro:

O que você mudaria na cidade? *

Sua resposta

Do que você sente falta aqui, em relação a outros locais que conhece? *

Sua resposta

O que você sabe em relação à sua história e de sua família com o local onde mora? *

Sua resposta

Obrigada por sua contribuição! :)

Em breve, o trabalho que você ajudou será disponibilizado para leitura, para que possamos todos conhecer e construir uma cidade cada vez mais nossa.